

NÉVIO DE CAMPOS

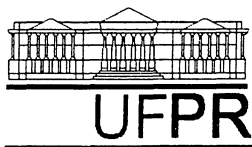
**LAICATO CATÓLICO: O PAPEL DOS INTELECTUAIS NO
PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO PROJETO FORMATIVO DA IGREJA
CATÓLICA NO PARANÁ: 1926-1938**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Área Temática de História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira.

CURITIBA

2002



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **NÉVIO DE CAMPOS** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.


Os abaixo-assinados, DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA; DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA E DR. ÉLIO CANTALÍCIO SERPA argüiram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“LAICATO CATÓLICO: O PAPEL DOS INTELECTUAIS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO PROJETO FORMATIVO DA IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ: 1926-1938”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores

Apreciação

DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA (Presidente)

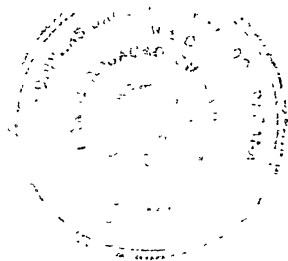
Aprovado 

DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA (Membro Titular)

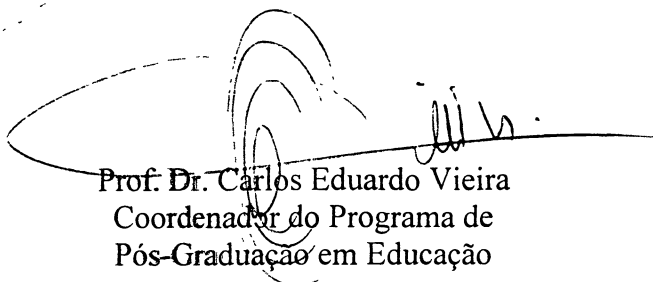
Aprovado Marcus Levy +


DR. ÉLIO CANTALÍCIO SERPA (Membro Titular)

Aprovado Elío Serpa



Curitiba, 30 de agosto de 2002


Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa se efetivou graças à colaboração de muitas pessoas. Neste momento estendemos o nosso reconhecimento aos que contribuíram direta ou indiretamente neste percurso intelectual. De maneira especial manifestamos a nossa gratidão:

À Danielle Marafon e ao Giordano Bruno Marafon de Campos que conviveram comigo em meio aos contratempos que esta pesquisa impôs.

Ao professor Dr. Carlos Eduardo Vieira que fora orientador, bem como encorajador nos momentos de desalento e de dúvida. Ao professor Dr. Marcus Levy Bencostta que muito contribuiu com minha pesquisa no Seminário de Dissertação e no Exame de Qualificação. Ao professor Dr. Élio C. Serpa que fez importantes observações no Exame de Qualificação. À professora Dra. Serlei Ranzi que me ajudou a dominar algumas linguagens próprias da História e ao professor Dr. Gilberto Castro que me iniciou no estudo de M. Bakhtin. Aos colegas de curso que fizeram suas observações e indicaram bibliografias e fontes para pesquisa.

Aos funcionários da Universidade Federal do Paraná e do Círculo de Estudos Bandeirantes que muito contribuíram com este trabalho. Expressamos nosso agradecimento especial a Sebastião Ferrarini que facilitou o acesso aos documentos do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

GRAMSCI

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| RESUMO..... | v |
| ABSTRACT..... | vi |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO LAICATO CATÓLICO NO ESTADO DO PARANÁ..... | 19 |
| 1.1 O EPISCOPADO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL | 26 |
| 1.2 PODER CIVIL E PODER ECLESIAÍSTICO: A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO NO PARANÁ | 35 |
| 1.3 A UNIÃO DE MOÇOS CATÓLICOS DE CURITIBA: PÁTRIA, DEUS E FAMÍLIA..... | 45 |
| 1.4 A AÇÃO CATÓLICA NO PARANÁ: O PAPEL DA IMPRENSA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DA DOCTRINA CATÓLICA..... | 54 |
| 1.5 CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES: CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA..... | 67 |
| 2 O PROJETO FORMATIVO DO LAICATO CATÓLICO NO PARANÁ.. | 79 |
| 2.1 O DIREITO DE ENSINAR A RELIGIÃO CATÓLICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS | 84 |
| 2.2 EDUCAÇÃO SEM MORAL – CIVILIZAÇÃO SEM LUSTRO | 110 |
| 2.3 A FORMAÇÃO DO CIDADÃO PARA A GLÓRIA DA PÁTRIA | 122 |
| 2.4 A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO..... | 133 |
| 3 CONCLUSÃO..... | 145 |
| 4 FONTES HISTÓRICAS..... | 148 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 149 |

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória, os debates e os projetos dos intelectuais católicos leigos em torno da temática educativa à luz do contexto histórico paranaense, do período de estudo que está circunscrito entre 1926 e 1938, discutindo o processo de constituição do grupo, as suas interlocuções com as vertentes teóricas e filosóficas em geral, as suas idéias e intervenções culturais, bem como suas relações com o Estado e com os grupos políticos no cenário paranaense desse período. Discorre sobre as contribuições do laicato católico ao projeto romanizador da Igreja Católica e enfatiza que o papel deste grupo foi criar instituições culturais no contexto paranaense, sem esquecer o contexto político-cultural do Brasil e da Europa como pano de fundo de criação do laicato católico. Apóia-se nos periódicos escritos e dirigidos pelo grupo, os quais nos possibilitaram conhecer que a elite intelectual católica leiga estabeleceu instituições culturais onde congregaram os principais intelectuais e lideranças políticas do Estado e da capital que se colocaram a serviço do projeto romanizador da Igreja Católica.

Palavras-chave: Intelectuais; cultura; formação humana.

ABSTRACT

This dissertation analyses the trajectory, the debates and the projects of catholic intellectuals who are layman about the educative thematic according to the historical context of Paraná, in the study period that is circumscribed between 1926 and 1938, discussing the group constitution process, its interlocution with theoretic and philosophic thoughts in general, its ideas and cultural interventions, as well as its relations to State and Politic Groups in the scenery of Paraná during this period. It runs over the contribution of catholic layman to the romanizing project of Catholic Church and emphasizes that the role of this group was to create cultural institutions in the context of Paraná without forgetting the political and cultural context from Brazil and Europe as a creation support for catholic group. It is based on periodicals written and described by the group, which allow us to know that the intellectual catholic layman elite established cultural institutions where the main intellectual and political leads of State and Capital group to put themselves serving the romanizing project of Catholic Church.

Key-words: intellectual; culture; human development.

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a trajetória do grupo intelectual católico no processo de organização e disseminação da cultura, no Paraná, com ênfase no grupo que interveio de forma sistemática e direta nas questões formativas. Em termos ainda mais específicos, visa analisar a trajetória, os debates e os projetos dos intelectuais católicos leigos em torno da temática educacional à luz do contexto histórico paranaense, do período de estudo que está circunscrito entre 1926 e 1938. Nesse sentido, é fundamental analisar o processo de constituição do grupo, as suas interlocuções com as vertentes teóricas e filosóficas em geral, as suas idéias e intervenções culturais, bem como suas relações com o Estado e com os grupos políticos presentes no cenário paranaense desse período.

Privilegiamos para a análise desse grupo as reflexões feitas por Gramsci a respeito do papel dos intelectuais na organização da cultura. Ao nosso ver, para entendermos o conceito de intelectual em Gramsci mostra-se interessante discutir dois outros conceitos que se agregam, a saber: de cultura e de formação humana.

Gramsci compreende o conceito de cultura em duas direções: de um lado significa o modo de viver, de pensar, de agir e de sentir a realidade por parte de um grupo ou de uma civilização; de outro cultura é entendida como projeto de formação do indivíduo, como ideal educativo a ser transmitido às novas gerações.

Esta noção não foi formulada por Gramsci. Ela era assim concebida pelos gregos e pelos latinos. Para os gregos a palavra **paidéia** e para os latinos **humanitas** assumiam este sentido resgatado por Gramsci. Contudo, o filósofo italiano não toma este conceito tal como os gregos entendiam, ou seja, como um ideal de virtude universal. Para Gramsci, os modos de vida, os modos de pensar e de sentir de um povo são construídos historicamente.

Os modos de vida e os projetos de formação humana são construídos a partir de diversos ambientes, tais como: a família, a língua, o trabalho, a região, a classe social, a escola. São nestas esferas da vida social que se organiza e se dissemina a cultura. São nestes ambientes que se processam os diversos conflitos, as diferentes

concepções de mundo. Portanto, a cultura é o produto do embate e da interação das visões de mundo e das práticas sociais que perpassam esses diferentes ambientes culturais.

Para Gramsci, “a formação humana não se resume a um programa escolar, à ação de uma instituição ou de um grupo de *philosophos* esclarecidos” (VIEIRA, 1999, p. 222). O problema da formação humana deve ser entendido em um quadro de abrangência maior, particularmente nesse contexto chamado de ambiência cultural. Para Vieira, “é no convívio com essa ambiência - marcada pela interação e, sobremaneira, pelo conflito entre diversos influxos e projetos formativos – que o educador é educado, ou melhor, que o indivíduo tem a sua personalidade formada” (Ibid, p. 223).

A experiência formativa nestes diferentes espaços de vida e de luta cultural é mediada pela intervenção daqueles que assumem as funções de organizadores dos projetos em curso nesses ambientes. Essa função mediadora é incumbência dos intelectuais que, para Gramsci, são aqueles que participam das práticas sociais, sintetizam, sistematizam as idéias de um grupo social e propõem projetos de ação. Os intelectuais criam instituições disseminadoras de seus projetos, ou ainda, são capazes de mobilizar os homens a realizarem determinados fins.

Segundo Gramsci:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1988, p. 05-06, grifo no original).

Para Vieira, “o que é essencial nesse conceito é que não existe nenhum a priori de formação e/ou posição institucional para definir o intelectual, cabe ao investigador interessado na sua exploração analisar a natureza dos projetos formativos em curso, a ação dos seus protagonistas e, sobretudo, avaliar em contexto as conseqüências sociais destes projetos” (VIEIRA, 2001, p. 04).

O conceito de intelectual em Gramsci mostra-se mais competente para a nossa análise à medida que privilegiamos as funções dos intelectuais, suas iniciativas no campo político, na direção de projetos educacionais e menos a sua formação e a sua obra literária, filosófica ou científica. Segundo o filósofo italiano, “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, *como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’*” (GRAMSCI, 1988, p. 08, grifo nosso). O conceito gramsciano privilegia, segundo Beired, a função organizativa. O que define os indivíduos que intervêm nos episódios da cultura como intelectuais é a capacidade de organizar o tecido social, refletir sobre si mesmos e sobre a sua relação com a sociedade.

Este conceito estimula um novo olhar para a própria sociedade, para os homens e suas produções. É com base nesse pressuposto que pretendemos analisar as intervenções dos intelectuais católicos leigos no Paraná que foram organizadores da vida prática, criando escolas, fundando instituições, revistas, jornais, enfim, liderando um movimento cultural que visava intervir diretamente sobre o modo de vida e os processos de formação das novas gerações.

No plano específico da temática dessa pesquisa fazemos referência às análises sobre o projeto da Igreja Católica, feitas por Romualdo Dias (1993). Em seu trabalho está presente a seguinte idéia: O projeto da Igreja Católica no Brasil foi implementado a partir de cinco estratégias principais:

Primeiro, a utilização e a divulgação de um referencial doutrinário europeu elaborado pelos pensadores católicos da contra-revolução do século XIX e pelos Documentos Pontifícios; segundo, um processo de articulação e coordenação entre o episcopado brasileiro; terceiro, *a formação de uma elite intelectual a serviço do projeto político-pastoral do episcopado*; quarto, a organização de grupos intermediários, responsáveis por articular as elites com as massas e quinto, a promoção de movimentos religiosos de massas (DIAS, 1993, p. 02, grifo nosso).

Destas ações apontadas por Dias, consideramos a terceira, qual seja: a **formação de uma elite intelectual**, a que representa o nosso objeto de estudo. A

nossa pesquisa, portanto, não visa analisar as intervenções dos papas ou do episcopado brasileiro, nem os movimentos religiosos de massas, como os congressos eucarísticos. Não obstante, entendemos que para interpretar as idéias e o projeto do grupo intelectual católico será necessária analisar as produções do grupo em sintonia com o grande projeto da Igreja Católica. De acordo com Dias, a Igreja Católica investiu estrategicamente na formação de uma elite intelectual. No Brasil, este projeto esteve sob orientação do episcopado brasileiro, particularmente sob a coordenação de Dom Leme. Este bispo formou um grupo de intelectuais em torno do Centro Dom Vital e da Revista “A Ordem”, no Rio de Janeiro. Conforme Dias, a Igreja Católica entendia que o seu projeto de reação passava pela formação de “um grupo de intelectuais prestando seus serviços ao episcopado na reelaboração e divulgação das doutrinas favoráveis ao estabelecimento da ordem social e ao fortalecimento da autoridade” (Ibid, p. 03).

A elite intelectual católica teve uma atuação significativa na elaboração de projetos formativos nas décadas de vinte e trinta. A sua trajetória se estruturou de maneira clara com a liderança de D. Leme ao estabelecer o Centro Dom Vital e a Revista A Ordem como instituições aglutinadoras do laicato católico brasileiro. A exemplo do Rio de Janeiro, a Diocese de Curitiba estruturou o seu clero e estabeleceu as diretrizes para a formação dos intelectuais católicos leigos. Nestes termos, consideramos importante para a história da educação brasileira e paranaense analisar a natureza dos debates formativos promovidos pelos intelectuais católicos leigos no Paraná a fim de contribuir com a compreensão em torno do projeto formativo implementado pela Igreja Católica na sociedade brasileira. Não estamos pesquisando movidos pelo sentimento regionalista, e sim, motivados a fornecer elementos para os programas de pesquisas em história da educação. Isto significa que a compreensão do movimento intelectual católico leigo no Brasil será mais abrangente na medida em que considera as trajetórias dos diversos grupos que se constituíram nas inúmeras cidades e nos Estados brasileiros. Com esta pesquisa, portanto, queremos contribuir para o entendimento do processo de constituição do laicato católico no Paraná, que visava servir ao projeto político-pastoral da Igreja Católica.

O grupo intelectual católico leigo paranaense estava em sintonia com as idéias expressas nas encíclicas, nas cartas pastorais, bem como nas obras dos intelectuais europeus que procuravam estabelecer uma síntese do pensamento católico em meados do século XIX e no início do século XX. Esta idéia se confirma à medida que se percebe que o slogan do projeto católico Deus e Pátria estava presente nos documentos dos pontífices, dos bispos e nos escritos do laicato católico. De um lado, a pesquisa de Dias faz referência a este ideário que mobilizava os intelectuais católicos no interior do Centro Dom Vital. Por outro, as fontes de nossa pesquisa indicam que o laicato católico paranaense estava em sintonia com o grupo da capital da República. O fato de o grupo paranaense estar em contínuo contato com o grupo do Rio de Janeiro não implica poder afirmar que o Centro Dom Vital e o Círculo de Estudos Bandeirantes mantinham relações institucionais, pois não podemos determinar se havia este tipo de relação. Mas, de qualquer forma, é possível afirmar que o grupo católico paranaense acompanhava as atividades dos principais expoentes do laicato católico da capital republicana, dentre eles consideramos: Carlos de Laet, Jackson de Figueiredo e, particularmente, Alceu Amoroso Lima.

Muitos pesquisadores apontam para a disputa entre os católicos e os intelectuais que criticavam o poder da Igreja Católica. Um exemplo, é a autora Marta Maria Chagas de Carvalho, na obra **Molde nacional e fôrma cívica** que estuda os projetos educativos discutidos no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE). Outro autor é Jamil Cury, na obra intitulada **Ideologia e educação brasileira: liberais e católicos** (1977) que investiga a disputa entre os católicos e os que ele denomina de liberais. Segundo Cury, estes grupos travaram uma disputa, cujo objetivo era garantir, na Constituição de 1934, os seus interesses institucionais.

Estes dois pesquisadores, ao analisarem as intervenções dos intelectuais católicos e pensadores leigos/liberais, mostraram que as ações de ambos os grupos visavam organizar projetos que orientassem a educação da sociedade brasileira. Os grupos acreditavam que o sistema educativo cumpria uma tarefa primordial no processo de transmissão dos seus ideais. Representantes do grupo leigo ocuparam uma série de cargos públicos, como por exemplo, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e

Lourenço Filho. Destes lugares institucionais buscavam implantar seus projetos. Os católicos, por sua vez, elaboraram suas estratégias, entre as quais a Liga Eleitoral Católica (LEC) - um espaço privilegiado para articular e mobilizar seus representantes nos órgãos públicos, a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), fundada em 1933 para se contrapor à ABE que a partir de 1932 foi hegemonizada pelo grupo que se auto-intitulava renovadores.

No âmbito paranaense, Carlos Alberto de Freitas Balhana, na obra intitulada **Idéias em confronto**, de 1981, aponta para o embate entre os católicos e os anticlericais, também chamados de livres-pensadores. Além de Balhana, Etelvina Maria de Castro Trindade, na obra **Clotildes ou marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**, de 1996, sinaliza para a disputa no cenário cultural paranaense/curitibano entre os católicos e os anticlericais. No Paraná, como veremos, o grupo intelectual católico estava em sintonia com o projeto nacional. As suas intervenções perpassavam pelos espaços da escola, da imprensa, dos centros de cultura e dos poderes públicos. A rigor, o Estado é um dos espaços privilegiados dessa disputa que se materializava na atuação de políticos e dirigentes no Estado em favor do projeto católico. A trajetória de Caetano Munhoz da Rocha, ao longo de seus dois mandatos (1920-1928), é uma evidência dessa estratégia da Igreja Católica. Conforme artigo escrito por Loureiro Fernandes, este político era o “alto expoente do laicato católico de nossa terra” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1944, p. 356).¹

Nos debates, que ocorrem nos círculos de intelectuais curitibanos, a educação recebe grande importância. Na Curitiba republicana, a escola primária pública é uma reivindicação constante das autoridades de ensino, desde o final do século XIX. Com a propagação das escolas primárias, segue-se a valorização do ensino público secundário de cunho propedêutico e dos cursos profissionalizantes. No Paraná, o *Gymnasio Paranaense* e a *Escola Normal* são as duas instituições que simbolizam esse projeto.

¹ A Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes tinha tiragem anual, portanto, a referência será feita somente citando o ano.

Segundo Trindade:

A importância desses estabelecimentos caracteriza-se, inclusive, pela imponência de sua edificação: a partir de 1904, ergue-se à rua Borges de Macedo, a torre solitária do Gymnasio Paranaense, cuja função única é abrigar um relógio mecânico, logo convertido em ponto referencial da cidade. E a superação da mentalidade eminentemente acadêmica dos estabelecimentos ginasiais por uma visão mais prática do ensino profissional preside, em 1922, ao desmembramento funcional desse edifício. Dele se desloca a Escola Normal, para ocupar, à rua Aquidaban, o moderno Palácio da Instrução (TRINDADE, 1996, p. 22).

As escolas públicas, particularmente, o Gymnasio Paranaense e a Escola Normal foram palcos de disputas entre o grupo anticlerical e o laicato católico. Alguns professores destas escolas, entre os quais destacamos Dario Vellozo², opunham-se ao ideário católico, aos dirigentes eclesiásticos e às instituições católicas. As divergências entre esses grupos não impediam convergência, entre elas destacamos a educação feminina. Em relação a esta questão consideramos as palavras de Trindade: “os grupos envolvidos com a formação da mulher nos espaços escolares – em que pesem suas ideologias muitas vezes divergentes – acabam por traduzir preocupações similares a respeito do ‘ser’ e do ‘agir’ feminino, privilegiando, freqüentemente, a dimensão privada da vida e da educação da mulher” (Ibid, p. 31). O grande contingente de escolas confessionais é representado pelas escolas católicas, crescente em número, sobretudo após a chegada das congregações religiosas educacionais, a partir de 1895.³

Quanto à criação de escolas, é preciso observar que existiam escolas particulares leigas e escolas particulares confessionais. Além dessas, iniciava-se, como vimos, um processo de expansão de escolas públicas. Será nessas instituições,

² Para compreender o papel de Dario Vellozo na constituição do pensamento anticlerical ver o estudo de Maria Lúcia de Andrade, desenvolvido neste programa.

³ “Dentre as instituições católicas masculinas, a primeira a ser criada é o seminário São José, em 1896. São, posteriormente, fundados o Colégio dos Padres Franciscanos (1902) e o Colégio Santa Maria (1925). Quanto às congregações femininas, a primeira a chegar em Curitiba é a dos Santos Anjos em 1895. Seguem-se as Irmãs de São José (1896); as Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (1900); as Irmãs da Divina Providência (1903); as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (1904); as Irmãs de Nossa Senhora do Sion (1906); e as das Franciscanas da Sagrada Família (1906), fundando um número aproximado de 23 casas escolares, na cidade e nos arrabaldes. Dentre todos esses estabelecimentos, o maior e mais prestigioso é o da Divina Providência que conta com 200 alunas em 1906, 510 em 1914 e 744 em 1925. Além dos colégios de maior porte, muitas das congregações religiosas, masculinas e femininas, mantêm escolas gratuitas para crianças pobres da vizinhança, escolas paroquiais e orfanatos (o mais famoso é o do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no Cajuru)” (TRINDADE, 1996, p. 26).

principalmente, que surgirá uma intensa disputa entre católicos e defensores do ensino laico. Enfim, o que se está disputando é a formação intelectual e moral das novas gerações, particularmente daqueles que freqüentam as escolas públicas, de modo específico, os alunos da Escola Normal e do Gymnasio Paranaense.⁴

Em relação às razões da delimitação temporal, é preciso considerar as seguintes idéias: entendemos que o laicato católico começa a se estruturar na cidade de Curitiba a partir de 1926. Até então, as discussões estavam pautadas nas intervenções do clero. Até 1920, a reação católica estava centrada nas intervenções do Pe. Desidério Deschand. Portanto, o que justifica a delimitação temporal de nossa pesquisa é a fundação da União dos Moços Católicos de Curitiba e a criação da Revista “A Cruzada”, em 1926. Estes dois episódios marcam o processo de constituição da intelectualidade católica leiga em Curitiba. Porém, desde 1924, encontramos indícios da formação de grupos de intelectuais católicos leigos. A instituição que deu início a esse processo foi o Grêmio Literário São Luiz. Esta agremiação, criada em 1924, estava vinculada à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral, sob a orientação do Pe. Antonio Mazzarotto. Os fundadores e integrantes desta agremiação estarão entre os pensadores que idealizam e criam as demais instituições, a partir de 1926. Não obstante, esta não chegou a promover uma intensa discussão em torno de projetos educacionais. Ao contrário, nos demais círculos de cultura, criados nos anos seguintes, inicia-se um processo de estudo e debate em torno da questão formativa. De 1926 até o início de 1939, o laicato católico esteve à frente de periódicos, investindo intensamente na criação e no desenvolvimento da imprensa católica no Estado. Em 1929, com a fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes, o grupo católico se fortalece, pois este centro cultural representa um dos mais importantes *locus* de intervenção do laicato católico na capital, congregando intelectuais influentes na cidade e no Estado.

A escolha de 1938 como delimitador final de nosso período de estudo se justifica pelas seguintes razões: a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e

⁴ O Gymnasio Paranaense ministra o ensino secundário misto em 5 anos, de conformidade com o plano de ensino do colégio modelo D. Pedro II, do Distrito Federal, e prepara os alunos para o ingresso nos cursos superiores. A Escola Normal, também mista, destina-se, a partir de 1892, à formação de professores em curso de 04 anos (TRINDADE, 1996, p. 22).

Letras do Paraná, em 1938, e pelo fato de os periódicos dirigidos pelo grupo diminuíram significativamente suas atividades a partir de maio de 1939. Com a fundação desta Faculdade o laicato católico passa a planejar suas intervenções deste local. Com isso, o Círculo de Estudos Bandeirantes deixa de ser o lugar institucional de aglutinação do grupo intelectual católico. Uma significativa parcela dos intelectuais ligados ao círculo foram fundadores da faculdade e assumem o papel de professores e coordenadores nos novos cursos. Até a fundação da Faculdade de Filosofia, o Círculo era o principal *locus* de estudo e de divulgação do pensamento filosófico católico. O primeiro grupo de estudo de Filosofia no Paraná foi formado entre os anos de 1935 e 1936, no âmbito do Círculo de Estudos Bandeirantes, sob a direção do Pe. Jesus Ballarin. Os estudos de Filosofia, até então, somente poderiam ser feitos em São Paulo ou Rio de Janeiro. Com a fundação da Faculdade de Filosofia, a missão atribuída ao Círculo passa para aquela instituição.

Em relação à mudança pela qual passa o Círculo, expressa-se o Presidente da casa, Loureiro Fernandes:

O ciclo inicial de sua vida, bem caracterizado por Lacerda Pinto, ‘Como o de maior alvoroço na produção de trabalhos a serem lidos nas sessões realizadas sem desfalecimentos, todos queriam numa justa emulação dar provas do seu ardor. Nem faltou a justificar essa denominação de **crístãos novos** o cenário apropriado das **catácumbas** que assim chamava o nosso Revmo. Conselheiro aquelas salas da rua José Loureiro, onde estivemos alojados por largos nove anos’. Quão distantes sentimos aquelas humildes e serenas catácumbas da nossa alvorada! O seu segundo período de vida, nesse balanço quinquenal, é período de transição, o Círculo, ao consolidar o seu ideal de formar homens de convicções, vê seus componentes, por fidelidade a nobres ideais, derivarem grande parte da sua atividade para outros sectores culturais. Sentimos nesse ciclo, em hora decisiva para o futuro intelectual do Paraná, a influência dos “bandeirantes”, os quais na multiplicidade dos seus conhecimentos, ao reforçarem posições, deram novos surtos às instituições locais. Nas atividades culturais do Museu Paranaense e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras podemos bem caracterizar esse benefício, reflexo de uma ação sempre circunscrita a roteiro de cultura sistematizada. Homens de boa vontade, alheios ao utilitarismo ambiente, os “bandeirantes” cerram fileiras em pról da consolidação de instituições que hoje honram a cultura paranaense (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, 1945, p. 544-545, grifo no original).

A partir de maio de 1939 não encontramos referência aos periódicos católicos dirigidos pelos leigos. A partir daí, não encontramos revistas ou jornais em Curitiba que fossem orientados pelo laicato católico, exceto a Revista do Círculo de Estudos

Bandeirantes. Este dado aponta também para uma mudança de estratégia do grupo católico: que se move da imprensa e dos círculos de cultura católicos para as instituições de ensino superior.

O Círculo continuou presente no cenário cultural paranaense. O que percebemos, a partir de 1938, é que os “bandeirantes” passaram a agir mais intensamente do interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O grande interesse do projeto do laicato católico era fundar faculdades e universidades a fim de sedimentar o seu ideário entre os jovens que, em função da formação superior, assumiriam as funções públicas e privadas de maior relevo na Capital e no Estado. Portanto, na medida em que concretiza a sua intencionalidade passa a dar suas diretrizes do interior daquela instituição.

A nossa pesquisa será feita a partir das análises das seguintes fontes: Encíclicas de Pio X. “**Il Fermo Proposito**”, 1905 e de Pio XI, “**Divini Illius Magistri**”, 1929 e “**Divini Redemptoris**”, 1937 . Os periódicos - **Alvor**. Curitiba, 1935-1936 (Jornal da Associação dos ex-alunos do Instituto Santa Maria); **A Cruzada**. Curitiba, 1926-1931 (Revista da Mocidade Católica Paranaense); **Cruzeiro**. Curitiba, 1931-1932 (Jornal de propriedade e direção da Legião Paranaense de Boa Imprensa); **O Luzeiro**. Curitiba, 1937-1939 (Orgam da Confederação das Associações Católicas de Curitiba); **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, 1934-1954. Além destas, as **Correspondências do Pe. Luiz G. Miele**. 1929-1973 (Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes) e os **Discursos proferidos pelos paraninfos**. Uma parte destas fontes extrapola o período de nossa pesquisa, não obstante, as usaremos quando se referirem a episódios que ocorreram na temporalidade de nossa investigação.

A nossa compreensão em relação aos documentos oficiais da Igreja Católica, isto é, as encíclicas, são as seguintes: elas são escritas com o propósito de dar diretrizes ao episcopado em seus trabalhos formativos. Portanto, estes documentos são dirigidos aos bispos das nações diversas com o fim de orientar o episcopado para o projeto romanizador. As passagens das encíclicas, que incluiremos em nosso trabalho, se dispõem a esclarecer que o projeto de constituição de uma elite intelectual leiga que

estivesse a serviço da Igreja Católica partiu da alta hierarquia do catolicismo. Dito de outra forma, a constituição do laicato católico foi orientada pelos documentos dos pontífices e reafirmada pelo episcopado brasileiro. Nesta pesquisa não lidamos com documentos escritos pelos bispos brasileiros, no entanto, nos valem das análises feitas por diversos pesquisadores deste campo específico.

As fontes que retratam especificamente o nosso objeto de estudo estão compreendidas em dois grupos: de um lado, os periódicos (A Cruzada, O Luzeiro, Cruzeiro e O Alvor) são definidos pela natureza dos escritos como espaços que o grupo católico privilegiou para mobilizar o seu *exército*. A Cruzada iniciou o seu percurso como Revista Mensal da mocidade católica paranaense, cuja organização e direção estava nas mãos de Rosário Farani Mansur e Frederico Carlos Allende. A partir de 1930 ela passou a ter circulação semanal.⁵ No seu primeiro número, o editorial expressava que esta revista surgiu para defender os princípios e a verdade revelados pela Igreja Católica: “Quando vir a verdade insolentemente negada e a virtude cynicamente proscripta, não deixará esta revista de levantar sua voz para defender a ambas, alumando e alentando” (A CRUZADA, mar. 1926, p. 01). A proposta deste periódico é expressar ao público leitor uma visão de mundo vinculada a religião católica, utilizando uma forma corrente de expressão de natureza moral. O grupo afirmava “somos um pequeno grupo de moços entusiastas e destemidos que professamos de viseira erguida aquella Religião que, além de ser universal, é dos brasileiros” (Ibid, p. 01). Em artigo escrito em razão do primeiro aniversário da revista, o grupo afirma que “com os esforços unidos de uns e de outros, poderemos conseguir o alto intento que temos em mira e que é trabalhar pela Religião e pela patria” (A CRUZADA, mar. 1927, p. 01). A passagem que melhor explicita a natureza dos escritos desta revista é a seguinte: “A Ação Catholica tem necessidade da imprensa catholica, como meio de formação, como defeza da idéia christã, como auxílio indispensável na diffusão e actuação dos princípios christãos, em todas as

⁵ A referência à revista A Cruzada até fevereiro de 1931 será feita citando o mês e o ano, pois este periódico era mensal. Porém, a partir de 05 de abril de 1931 esta revista passa a ser semanal, portanto, citaremos o dia, mês e ano.

esferas, e estados sociais” (A CRUZADA, fev. 1931). Estas passagens, particularmente a última, indicam que o propósito deste periódico tratava-se de divulgar os princípios do catolicismo e contribuir na defesa dos interesses da Igreja Católica.

O Luzeiro⁶ – órgão da confederação das Associações católicas de Curitiba – teve em sua direção no período de 1937 e 1939 Waldemiro T. de Freitas, Roaldo Koehler e João Atila Rocha. Este periódico expressa que “todos reconhecem o valor e o poder da imprensa, sua ação profunda no pensamento dos leitores. A imprensa forma, em boa parte, o ambiente social. E, no momento que atravessamos, compete á imprensa velar pelo patrimônio sagrado das instituições legítimas. Mas, particularmente á imprensa católica, está entregue a sublime tarefa de orientar a consciência dos fieis diante dos grandes problemas sociais” (O LUZEIRO, dez. 1936, p. 01). Diante desta missão que o grupo explicita para a imprensa católica, O Luzeiro se autodenomina “o porta-voz dos planos e dos trabalhos, dos ideais e das realizações da Ação Católica, cujo éco se fará ouvir em Curitiba, no Estado do Paraná, e mais além” (Ibid, p. 01). Estas palavras indicam que a pretensão deste jornal era orientar os fiéis diante dos problemas oriundos do mundo moderno. Nestes termos, não há preocupação predominante com a produção de análises profundas acerca dos pressupostos católicos, e sim uma forte intenção de disciplinar o leitor com palavras de teor moral.

O Alvor⁷ – órgão da associação dos ex-alunos do Instituto Santa Maria – teve como diretor Roaldo Koehler, cujo programa deste periódico se dirige aos católicos que estão à mercê das palavras dos anticlericais. O grupo que está à frente deste jornal “apela aos moços, para que reajam contra essa onda de imoralidade” (O ALVOR, 21 de abril de 1935, p. 01). No mesmo artigo o laicato católico afirma “nos, moços católicos – católicos não porque os nossos paes o são, mas por convicção –

⁶ O Luzeiro era um periódico mensal, portanto quando aparece o dia, mês e ano os citaremos, senão faremos referência usando o mês e ano

⁷ O Alvor era um periódico mensal, portanto quando aparecer o dia, mês e ano os citaremos, caso contrário faremos referência usando o mês e ano.

possuidores do ideal divino, que procuramos algo de mais superior aos prazeres da terra, saberemos reagir como devemos. Saberemos – com o espírito iluminado por Aquele que tudo sabe – constituir uma mocidade sadia e forte, mocidade, que por estar com a verdade, compreende o verdadeiro sentido da mocidade” (Ibid, p. 01).

O jornal *Cruzeiro*⁸ – órgão da legião Paranaense da Boa Imprensa – cujo diretor era Frederico Carlos Allende, estava alinhado ao ideário de propagação da moral católica aos leitores. A este espaço cultural foi reservada a tarefa de persuadir novos militantes para o combate contra o laicismo. O grupo expressava: “Mãos!... precisamos de mãos para o grande edifício do futuro” (CRUZEIRO, 06 set. 1931, p. 01). Para o grupo católico o “*Cruzeiro* era a promessa de luz a despontar no horizonte, em radiações de conquista de uma nova era de pujança mental” (Ibid, p. 01).

De outro, a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, as *Cartas do Pe. Miele* e os *Discursos de Paraninfos* indicam que o grupo católico tinha uma preocupação intensa com a formação intelectual. A *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* foi criada em 1934 com o propósito de expor uma parte dos debates promovidos no interior do Círculo. Por ser um periódico ligado institucionalmente ao Círculo, esta revista cumpre uma tarefa diferente da dos jornais citados acima. Aqueles se dirigiam a um público maior, qual seja: pessoas que se tornavam assinantes por vontade própria ou por convencimento feito pelos amigos. Esta se dirigia aos sócios do Círculo, portanto, não carregava consigo uma função genérica, mas muito específica. Segundo um dos fundadores, Bento Munhoz da Rocha Neto, “nascido de um ideal de cultura, e amparado por um núcleo possuidor da rara capacidade de manter, o Círculo tem realizado galhardamente a sua programação, igual nas horas amargas e nos momentos vitoriosos, sem hesitações sem desfalecimentos, congregando, unindo e animando” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 12 set. 1939).

No entendimento dos fundadores, o Círculo:

⁸ O periódico *Cruzeiro* será citado usando o dia, mês e ano

Seria uma sociedade cultural, não aberta e declaradamente religiosa, confessional. O candidato viria ao Círculo com suas dúvidas, incertezas, talvez preconceitos, mas precisamente para, a seu tempo, desfazer-se dessa carga inútil e prejudicial à verdadeira cultura. Não teria o CEB nem poderia ter por sua específica finalidade ‘converter’ a quem quer que fosse. Quando muito, podia o CEB debater assuntos controversos, esclarecer, argumentar, abrir caminho à verdade (CARTA DE MIELE A LOUREIRO FERNANDES, 06 jul.1956).

Nestes lugares institucionais, particularmente, nas sessões de estudo do Círculo está presente a intenção de formar um grupo comprometido com as questões doutrinárias e filosóficas do catolicismo. O artigo de Liguaru Espirito Santo em homenagem ao padre Jesus Ballarin afirma “eis que tivemos a imensa alegria de, no decurso de 1935, vê-lo ministrando para os ‘bandeirantes’ aquêlo magistral curso de filosofia perene, em luminosa série de lições, que ficaram indelevelmente gravadas nos espiritos de quantos tiveram a ventura de assistir a elas, e hoje são lembrados com profunda saudade” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1943, p. 365-366). Os discursos de paraninfos eram feitos aos formandos da Escola Normal de Curitiba e do Instituto Santa Maria. Nestes pronunciamentos a intenção é expressar aos alunos a última mensagem pedagógica. Estas intervenções são dirigidas a grupos que estão se despedindo daquelas instituições. Alguns continuarão os seus estudos no ensino superior; outros, particularmente, os que são diplomados na escola normal recebem o grau de professores e passam a atuar no magistério. Independente das trajetórias dos formandos, o grupo católico estava preocupado com a formação moral e intelectual de seus alunos. Por isso, os discursos de paraninfos serão lidos na mesma direção dos escritos presentes na Revista do Círculo. As correspondências de Miele com os integrantes do Círculo nos servirão para compreender as discussões estabelecidas internamente entre o grupo. Estes documentos expressam as dificuldades e as conquistas do grupo. Nestes episódios não estão presentes em profundidade as discussões feitas no interior do Círculo, pois não é esta a natureza das cartas.

As fontes que utilizamos para analisar as iniciativas do laicato católico apontam que o grupo estabeleceu a União de Moços Católicos de Curitiba, a Imprensa Católica e o Círculo de Estudos Bandeirantes como espaços privilegiados para expressar o projeto de formação moral e intelectual do laicato vinculado à Igreja

Católica. Apesar destas instituições constituírem os principais espaços do laicato católico, havia diferenças na maneira de expressar e veicular o seu projeto formativo. A União e a Imprensa expressavam pronunciamentos com um forte teor moral, o que indica que estas mensagens eram dirigidas a um público culto⁹ que se engajaria na obra de divulgação dos valores da Igreja Católica junto às massas. O Círculo de Estudos Bandeirantes se estabelece como a instituição aglutinadora dos intelectuais católicos leigos. Neste espaço o grupo católico privilegiou o estudo, a pesquisa e o debate filosófico, teológico e científico.

A nossa pesquisa será efetivada consciente de que as fontes foram produzidas e arquivadas a partir dos interesses do grupo de construir seu próprio monumento. No entendimento de Le Goff “o documento não é um material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória do futuro: o documento é monumento” (LE GOFF, 1990, p. 09-10). Esta passagem retrata que os materiais não são o conjunto daquilo que existiu no passado, mas o resultado das escolhas feitas pela sociedade de um contexto determinado, bem como pelas escolhas dos pesquisadores. Le Goff chama atenção para o risco de cair numa visão positivista, ao acreditar que os documentos são provas/testemunhos dos fatos históricos. Ao contrário, sugere, o pesquisador deve olhar um documento não como qualquer coisa que foi deixado pelo passado, mas como um produto da sociedade que o fabricou e o conservou de acordo com as forças que detinham poder.

Nesta mesma direção o autor Dario Ragazzini assevera que o pesquisador deve considerar os seguintes estágios para melhor compreender a natureza de um documento:

As relações nas quais nasce e se produz o documento; as relações que, no âmbito dos acontecimentos, selecionam o documento (casuais, intencionais, preterintencionais); as relações que, no âmbito dos acontecimentos, conservam, inventariam, catalogam o

⁹ Chamamos de público culto todos os indivíduos que eram leitores dos periódicos dirigidos pelos intelectuais católicos. Este grupo de leitores não era, certamente, indivíduos que iriam dirigir os projetos formativos da intelectualidade católica, mas pessoas que costumavam contribuir com o projeto católico de maneiras as mais diversas

documento; as relações do leitor-intérprete com as suas questões e com os destinatários dos seus estudos (estado da pesquisa, hipóteses, resultados. Metodologia, interesses, estilo etc.) (RAGAZZINI, 2001, p. 15).

Os documentos são enunciados que adquirem significados atribuídos pelos homens, no mundo vivido. Para melhor refino no trato com as fontes nos servimos dos estudos de Bakhtin no que tange ao significado de enunciado.¹⁰

Segundo Bakhtin, a língua é um fenómeno puramente histórico. Este autor compreende a língua dentro da história. Nesta metodologia de estudo, os signos dos enunciados não são reduzidos a alguns sentidos, mas são entendidos nos contextos históricos dos homens, ou ainda, assumem sentido no domínio ideológico.¹¹

É preciso compreender a enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. A enunciação não se encerra na palavra, na fala. É necessário considerar a situação extraverbal. Ou seja, a enunciação está carregada de idéias presumidas. E o presumido somente poderá ser entendido no contexto do enunciado, ou melhor, na situação extraverbal. Só se compreende de maneira ampla o enunciado na medida em que, metodologicamente, assume que os sentidos das palavras são dados na história. De acordo com Bakhtin, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 1979, p. 113).

Para Bakhtin, “o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação” (BAKHTIN, 1976, p. 04).

¹⁰ Bakhtin entende a enunciação no interior do estudo da semiótica. Semiótica poderá ser compreendida como o estudo dos signos. Signo, genericamente, é tudo aquilo que adquire um significado, dado pelos homens, no mundo vivido. Enunciado, portanto, a ação, o ato vivo da fala. É pelo enunciado que se manifestam os signos (BAKHTIN, 1979, p.110-113).

¹¹ O mundo dos signos é o mundo do domínio ideológico. O domínio ideológico deve ser entendido como o conjunto de valores, de crenças, normas ou regras de conduta, de idéias, de visões de mundo que perpassam a vida dos homens concretos (BAKHTIN, 1979, p. 95-96).

No que diz respeito à relação situação verbal e extraverbal, Bakhtin faz as seguintes considerações:

De maneira alguma o discurso reflete a situação extraverbal do modo como um espelho reflete um objeto. O discurso analisa a situação, produzindo uma conclusão avaliativa. O enunciado concreto, sempre une os participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual. O enunciado, conseqüentemente, depende de seu complemento real, material, para um e mesmo segmento da existência e dá a este material expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comum. A situação extraverbal se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação (Ibid, p. 05).

A estrutura da enunciação é de natureza social. É na estrutura social que se dão os elos da enunciação. É lá que se entendem os sentidos dos enunciados – na situação verbal e na situação extraverbal. Parafraseando Carlos Alberto Faraco, podemos dizer que as produções de idéias e do texto são processos fundamentalmente sociais. A consciência e a palavra individuais se constituem em meio a um processo de transformação dialógica da palavra do outro em palavra social. Em outras palavras, as idéias são geradas socialmente no infinito e complexo diálogo que caracteriza o universo da criação cultural/social.

Enfim, neste percurso analítico das fontes, que se caracterizam como enunciados, estamos atentos com as palavras de Bakhtin quando afirma que: “o centro organizador de toda enunciação; de toda expressão, não é interior: está situado no meio social que envolve o indivíduo (...) A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística” (BAKHTIN, 1979, p. 121).

Sendo assim, o discurso do laicato católico paranaense, produzido a partir de diferentes lugares institucionais, deverá ser compreendido nas suas articulações com o contexto mais amplo dos projetos formativos em curso, dos conflitos com os grupos adversários, das orientações do projeto católico, enfim, do contexto gerado pela ação dos diferentes protagonistas do cenário cultural, político, social paranaense.

A análise da trajetória do grupo católico no Paraná está organizada em dois capítulos. No primeiro trataremos do processo de constituição do laicato católico no

Paraná. Esta parte terá início com a apresentação do ideário modernizador que se fazia presente na sociedade brasileira, bem como na cidade de Curitiba. As autoridades políticas acreditavam que seria necessário um projeto de modernização das cidades. Este ideário se fez presente simultaneamente com o processo migratório dos europeus. No plano das idéias começaram a ser expressas concepções anarquistas, socialistas, sindicalistas, protestantes, anticatólicas. A resultante foi uma reação da igreja católica contra o ideário moderno pregado pelos grupos que se intitulavam defensores de tais teorias, estabelecendo a diocese de Curitiba para organizar o clero conforme a doutrina romanizadora e constituir um grupo de leigos que se pusesse a serviço da igreja.

É preocupação dessa pesquisa mostrar como a hierarquia romana e o episcopado brasileiro organizaram o projeto romanizador, isto é, demonstrar como esta estratégia se faz presente nas encíclicas e nas cartas pastorais coletivas. A partir disso, analisaremos como o laicato católico se constituiu no Estado do Paraná, considerando o início e a consolidação desse grupo.

No segundo capítulo a nossa preocupação será analisar o projeto formativo proposto pelo laicato católico. A proposta educativa destes intelectuais está em sintonia com a orientação de Pio XI, com outros documentos da hierarquia da igreja e com o que postulavam os pensadores católicos dos séculos XIX e XX. Iniciaremos com a discussão em torno da encíclica *Illius Magistri* que trata da educação da juventude, cujo documento é o principal referencial de Roma no que tange a questão educativa. A partir disso passaremos à análise do projeto educativo católico que preconizava a formação religiosa, moral, patriótica e intelectual dos paranaenses. A postura do grupo incidia para o que costumavam chamar de educação integral dos indivíduos.

1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO LAICATO CATÓLICO NO ESTADO DO PARANÁ

No Estado do Paraná o projeto de romanização do catolicismo foi iniciado de maneira decisiva a partir de 1894, com a criação da diocese de Curitiba. Até então, o Paraná estava vinculado à diocese de São Paulo. Conforme Marcus Levy Bencostta (1999), os primeiros vinte anos do século XX consistiu na estruturação do clero católico de acordo com a doutrina oficial que preconizava a sua disciplinarização. A partir da década de vinte iniciou em nível nacional, bem como no Paraná, o processo de constituição do laicato católico. Será sobre o processo de formação do laicato católico paranaense, bem como sobre o seu papel na organização dos projetos formativos da Igreja Católica que esta pesquisa se debruçará. Portanto, a nossa investigação tratará especificamente do laicato católico, o que a torna peculiar em relação às pesquisas feitas pelos autores que compõe o nosso quadro teórico. Não obstante, sabemos que para tratar do nosso objeto é necessário entender o projeto integral da Igreja Católica, a fim de que não se faça uma análise isolada do papel dos intelectuais católicos leigos.

O projeto de disciplinarização do clero no Paraná se confirma à medida que sabemos que os bispos tomaram uma série de medidas com o objetivo de formar o clero e os leigos segundo os preceitos do catolicismo romanizador. Um exemplo típico desta postura foi, conforme Élio C. Serpa, o episódio envolvendo o padre Vicente Guarniere, pároco de Palmeira, que fora expulso pelo bispo de Curitiba D. José de Camargo Barros em função de não obedecer a lei da castidade. A decisão de pensar a criação da diocese de Curitiba e, mais tarde, outras dioceses no sul do Brasil são resultados de estratégias organizadas pela alta hierarquia da igreja católica.

A razão premente desta nova configuração do catolicismo no Paraná e em todo o Brasil está relacionada com as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira, bem como no Paraná. De acordo com Augustin Wernet, no prefácio da obra de Élio C. Serpa, “a tradicional sociedade de cultura luso-brasileira se transformou, nestes anos iniciais da modernização, numa sociedade parcialmente marcada pela

modernidade, em nível econômico, sociocultural e religioso” (WERNET, 1997, s.p.). Wernet está se referindo ao momento que circunscreve o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, cujo período se configuram mudanças na maneira de projetar a cidade/sociedade. Estas inovações são associadas ao projeto de modernização e de racionalização do Brasil. Esta postura perpassava pelas esferas política, econômica, cultural, social, religiosa, ética da sociedade. Enfim, havia o desejo de romper com a tradição luso-brasileira e remodelar a sociedade. Este afã pela modernização ocorria à medida que a sociedade brasileira, bem como a paranaense, tornaram-se mais complexas com a chegada de imigrantes europeus, particularmente os de origem italiana e alemã. Com a heterogeneidade cultural, a tradição luso-brasileira começa a perder o monopólio que mantinha sobre as esferas organizacionais da sociedade. São exemplos desta transição, a organização dos trabalhadores urbanos que expressam o ideário anarco-sindicalista e a criação de clubes literários/intelectuais de cunho positivista, republicano, anticlerical.

Juntamente com a tradição luso-brasileira, o poder da igreja católica passava a ser questionado. No Paraná, o intelectual que melhor representa, no início do século XX, a crítica ao clero é Dario Vellozo, que em seus discursos denomina a cultura católica de ultrapassada. Carlos Alberto Balhana retrata em sua pesquisa, intitulada *As idéias em confronto*, o embate entre o grupo anticlerical, centrado na figura de Vellozo, e o grupo clerical, cujo protagonista principal é o Pe. Desidério Deschand. Nestes termos, é possível compreender que no Paraná havia necessidade de implementação do projeto romanizador que consistia em combater os opositores da igreja e instruir o clero e os leigos conforme os preceitos morais/religiosos da Igreja Católica. O que se constituiu no Paraná foi resultado de uma estratégia pensada pela hierarquia romana. Por isso, antes de discutir o processo de constituição do laicato católico paranaense, passamos a apresentar como este projeto se explicita nos documentos de Roma (encíclicas) e nas Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro.

A Igreja Católica esboçou um programa de reação a partir do século XIX a alguns elementos da sociedade moderna, como por exemplo ao laicismo, ao positivismo, ao liberalismo. Segundo Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, em sua

tese de doutorado intitulada **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**, “o século XIX presenciou a laicização do mundo ocidental. Esse projeto, que se iniciou com o humanismo do Renascimento, atingiu a plenitude no século XIX, perdendo então a Igreja as supremacias doutrinárias, política e social que exercia desde os tempos medievais” (GAETA, 1991, p. 30-31). O programa da Igreja Católica de crítica ao laicismo começou a se configurar a partir dos documentos pontifícios. O projeto da Igreja Católica foi denominado pelos anticlericais de ultramontanismo. De acordo com a pesquisadora citada acima, “o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, marcada pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno, visando à própria sobrevivência” (Ibid, p. 31).

A Igreja Católica será dirigida por um longo período por papas que exercerão seu poder alinhando-se à doutrina ultramontana. Segundo Ivan Aparecido Manoel em sua obra **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**, “diante deste novo mundo que se consolidava, o próprio clero católico se dividiu. Grosso modo pode-se constatar, naquele período histórico, um clero identificado com o iluminismo e com o liberalismo e um clero conservador, que passou a condenar em bloco a modernidade. O clero conservador assumiu o controle da Cúria Romana e instituiu a política reacionária da Igreja no período entre Pio VII (1800-1823) e Pio XII (1939-1958)” (MANOEL, 1996, p. 40).

De acordo com a tese de Romualdo Dias intitulada **A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935)**, o pensamento católico foi se definindo numa reação ao movimento revolucionário de 1789. Para este autor, o catolicismo manifestou-se contrário a uma mentalidade e a uma cultura que representavam sérias ameaças para sua soberania social. Alguns documentos pontifícios, principalmente algumas encíclicas de Gregório XVI (1831-1846), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903), Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939), segundo o autor, expressam claramente o projeto de reação católica. Entre os

documentos pontifícios, destacam-se as encíclicas: “Mirari vos” e “Quanta cura”, esta última acompanhada pelo “Syllabus”.

Segundo Gaeta:

A Igreja Católica compreendia-se como portadora da verdade estabelecida e em função disso, os ultramontanos entendiam que a salvação temporal da sociedade dependia da recristianização do mundo. De acordo com a autora, os documentos dos pontífices expressavam os seus programas ancorados em três tópicos básicos: combater o pensamento moderno em todos os lugares e em todos os momentos; combater internamente os adeptos de uma política descentralizada com a primazia do episcopado, impondo a concentração do poder institucional nas mãos do Papa e da Cúria romana; neutralizar a ingerência do poder temporal nos assuntos da Igreja; em outros termos, combater o regalismo (GAETA, 1991, p. 33).

De forma esquemática é possível afirmar que do Papa Gregório XVI ao Pio XI há um intenso investimento no processo de condenação ao laicismo, ao liberalismo, enfim ao mundo moderno. Gregório XVI por meio da Encíclica “Mirari Vos”, condenou o liberalismo religioso e político. Gregório XVI compreendia a modernidade como um período marcado pelas heresias, responsáveis pela subversão. Pio IX no “Syllabus” (1864), formulava os principais erros do liberalismo, do socialismo e da ciência moderna. Ele combateu a modernidade com alguns dogmas, como por exemplo: o dogma da Imaculada Conceição de Maria (1854), a lista dos erros modernos condenados pela Igreja e a realização do Concílio Vaticano I, com a proclamação do Dogma da Infalibilidade Papal. Pio IX na encíclica “Qui Pluribus”(1846), denunciou a soberania da razão humana em relação à fé, como um grande mal. Além disso, condenou o protestantismo, acusando-o de ter dado início ao caminho para todo tipo de insubordinação; condenou o naturalismo e o liberalismo como a fonte dos demais erros de seu tempo. Para Leão XIII, o catolicismo deveria combater o racionalismo e o liberalismo. Leão XIII entende que o racionalismo tem como princípio a autonomia da razão humana, pois ele rejeita a obediência à razão divina e eterna, e coloca na inteligência finita a fonte da verdade. E o liberalismo coloca a fonte de todo poder na vontade de cada um, recusando o poder divino como meio de legitimidade de qualquer autoridade. O programa de Pio X consistia em promover a restauração das coisas em Cristo, para evitar que a humanidade

continuasse caminhando para a ruína. O programa de Bento XV se caracterizou pela preocupação de formar um grande projeto de propagação da doutrina católica, cujo objetivo era combater a sociedade moderna. Pio XI deu continuidade ao programa de crítica aos elementos do mundo moderno, expressando a continuidade da obra iniciada por seus antecessores na encíclica “Ubi arcano”. Ele postulava que o mundo estava em crise, porque não se orientava pelos princípios do direito e da autoridade divina. Considerava também que o laicismo banuiu a Igreja da organização social, alimentou ambições desenfreadas, destruiu a paz entre os povos e enfraqueceu a família. Enfim, Pio XI criticou a sociedade moderna e propôs a devoção ao Cristo-Rei como uma das formas de combater o laicismo e de recuperar a soberania da Igreja Católica.

Nesta análise compreendemos que a atitude assumida pela Igreja a partir da Revolução Francesa, foi de reação às idéias, às instituições modernas e aos grupos que propagavam o ideário laicista. A Igreja opôs-se com seus dogmas e suas doutrinas. Percebemos um empenho em demarcar um vigoroso combate pela constituição da mentalidade que deveria consolidar a presença da Igreja Católica no mundo moderno. Em outras palavras, percebemos as estratégias dos pontífices na busca da manutenção de um espaço para a Igreja Católica na sociedade moderna.

Segundo Gaeta, “os papas do século XIX, sobretudo Pio IX e Leão XIII, fizeram um grande esforço teórico para integrar as instituições liberais numa concepção católica de Estado e Sociedade. Além disso, procuravam harmonizar todo o orbe católico dentro dessa visão” (GAETA, 1991, p. 40).

Essa reação insurge na medida em que a mentalidade moderna ameaçava a unidade visível da instituição eclesial e destruía sua soberania. A ameaça se efetivava a partir do momento em que se recusava qualquer tutela sobre a razão e sobre o ordenamento social. Daí a intolerância diante desta mentalidade e o rigoroso zelo doutrinal. O projeto de reação do catolicismo compunha-se de um esforço conjunto, desde a hierarquia da igreja até os grupos de leigos que teriam como função auxiliar o clero.

Os documentos papais chamavam a atenção para a formação de grupos de intelectuais leigos a serviço do ideário católico. A encíclica “Il Fermo Proposito” de

Pio X, por exemplo, expressa que o campo de atuação dos católicos está definido “la santificación de las almas y la difusión del reino e Dios en los individuos, en las familias e en la sociedad” (PIO XI, 1905, p. 412). Esta afirmação sugere que a restauração das coisas em Cristo implica não somente a restauração das coisas divinas, mas a restauração da civilização cristã.

Os documentos pontifícios sustentavam uma visão de mundo baseada na religião católica que era o arcabouço da reação católica. O catolicismo expunha seu projeto cultural em nome da moral e dos valores divinos. A primeira vista, parece somente interessada em preservar Deus no mundo material, porém não é esta questão que mais está interessando à Igreja Católica. Mais do que discutir a questão de Deus, ela quer preservar e garantir um espaço para si na sociedade moderna. Portanto, trata-se de um embate contra a sociedade moderna que quer estabelecer um projeto desvinculado do pensamento católico, das autoridades e das instituições católicas. Como afirma Dias, trata-se de combater “a mentalidade moderna que ameaçava a unidade visível da instituição eclesial e destruía sua soberania à medida que recusava qualquer tutela sobre a razão e sobre o ordenamento social” (DIAS, 1993, p. 54).

A passagem da encíclica “Il Fermo Proposito” expõe o papel dos leigos no projeto de restauração das coisas divinas e da restauração da civilização cristã: “cuánto ayudan a la Iglesia esos grupos selectos de católicos que se proponen precisamente reunir y concentrar todas suas fuerzas vivas para combatir con todos los medios justos y legales la civilización anticristiana: reparar a toda costa los desórdenes gravísimos que de ésta provienen; introducir de nuevo a Jesucristo en la familia, en la escuela, en a sociedad; restablecer el principio de la autoridad humana como representante de la de Dios” (PIO X, 1905, p. 418-419). O conjunto destas obras sustentadas em grande parte pelos leigos é chamado de Ação Católica ou Ação dos Católicos. No mesmo documento de Pio X aparecem as orientações para que a Ação Católica se organize de acordo com as necessidades próprias de cada nação e a partir das circunstâncias peculiares em que se encontra cada país. Isso indica que os documentos oficiais da Igreja Católica apenas davam as diretrizes gerais para os bispos de cada nação organizarem os documentos norteadores do projeto no interior do país.

Em cada nação os bispos deveriam se reunir (episcopado) e organizar suas diretrizes para o clero local e para os leigos (auxiliares do clero). Nas dioceses os bispos dão as orientações para o clero local e para todo tipo de organização que vise auxiliar o projeto católico. Dito de outra maneira é possível entender que o projeto de formação do laicato católico é uma obra que visa auxiliar a pastoral da Igreja e, portanto, deve estar subordinado a autoridade da Igreja. Esta afirmação indica que o projeto católico foi pensado a partir da seguinte dinâmica: o maior documento da Igreja (encíclica) deverá orientar na elaboração do maior documento da igreja dentro de uma nação (carta pastoral coletiva), e esta deverá modelar a carta pastoral do Bispo da diocese. Esta é a hierarquia que seguem os documentos dentro da Igreja Católica. Os leigos católicos deverão, portanto, seguir as diretrizes dos documentos oficiais. Não obstante, deverão se organizar de acordo com as circunstâncias e necessidades do contexto concreto da região. Dito de outra forma, significa que deverão fazer as devidas adaptações.

Pio XI retoma dos documentos anteriores e expõe na encíclica “Divini Redemptoris” as orientações para a formação de um grupo de leigos que auxiliem o clero católico:

La acción Católica realiza un auténtico apostolado social, porque su finalidad última es la difusión del reino de Jesucristo no sólo los individuos, sino también en las familias y en la sociedad civil. A esta labor formativa, hoy día más urgente y necesaria que nunca, y que debe preceder siempre como requisito fundamental de toda acción directa y efectiva, contribuirán extraordinariamente los círculos de estudio, las semanas sociales, los cursos orgánicos de conferencias. Estos soldados de la Acción Católica, así preparados, serán los primeros apóstoles de sus compañeros de trabajo y los valiosos auxiliares del sacerdote para extender por todas partes la luz de la verdad. Es misión de la Acción Católica difundir ampliamente, por medio de la propaganda oral y escrita, los principios fundamentales, expuestos en los documentos públicos de los Sumos Pontífices (PIO XI, 1937, p. 713-714).

Esta passagem aponta para o projeto católico que determinava o papel do laicato católico no processo de reação ao laicismo, bem como na divulgação da doutrina da Igreja Católica. Os documentos papais forneciam as diretrizes gerais para a formação dos grupos de intelectuais católicos leigos. É interessante observar que a elite intelectual deveria se orientar por estes documentos, mas também e

principalmente carregava consigo uma missão bastante específica, qual seja: estudar e difundir a doutrina da igreja. Em uma passagem deste mesmo documento, expressa-se o papel deste grupo: “para dar a esta acción social mayor eficacia es absolutamente necesario promover todo lo posible el estudio de los problemas sociales a la luz de la doctrina de la Iglesia y difundir por todas partes las enseñanzas de esa doctrina bajo la égide de la autoridade constituída por Dios en la misma Iglesia” (Ibid, p. 705).

1.1 O EPISCOPADO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL

A particularidade da nossa pesquisa consiste na tarefa de compreender o processo de constituição do laicato católico, enfatizando o seu papel na organização dos projetos formativos da Igreja Católica no Paraná.

No Brasil, o processo de reação católica começa a se configurar no final do século XIX e no início do século XX. De acordo com Gaeta, a Igreja Católica brasileira vinha sofrendo modificações, a partir da metade do século XIX. Para a autora, “o catolicismo vigente datado do século XVIII que, permeado pela ilustração de Coimbra, se caracterizava pelo repúdio ao método jesuítico, pelo enfraquecimento da escolástica e pela grande valorização das ciências em detrimento da filosofia e da teologia” (GAETA, 1991, p. 41). Na precisa denominação da pesquisadora, este catolicismo laicizante passa a ser combatido por uma parcela de bispos que assume a orientação de Roma. A modificação consistia na disputa entre o grupo católico que se denominava seguidor do ideário mais liberal e o grupo ultramontano. Paralelamente às mudanças internas da Igreja Católica, a sociedade brasileira vinha sofrendo algumas alterações na medida em que a elite intelectual assimilava cada vez mais as idéias em voga na Europa: o naturalismo, o positivismo, o liberalismo, o evolucionismo e o materialismo. Neste sentido, a Igreja Católica procurava em duas vertentes a sua revalorização: “uma linha do movimento católico brasileiro reformista, que captava uma boa parte do clero nacional, incorporava as propostas liberais e defendia um catolicismo ‘iluminista’ e um Estado regalista, outra tridentina, ligada à Roma” (Ibid, p. 42). O grupo que seguia as orientações do Vaticano passou a assumir uma postura

em favor da implantação dessa reforma ultramontana, a partir da Segunda metade do século XIX.

No Brasil, o grupo que estava ligado a Roma encontra uma forte reação da facção liberal da Igreja Católica, bem como de intelectuais que assumiam posturas anticlericais. Aliado a estes fatos estava a questão do padroado que representava uma imensa dificuldade para a implantação da romanização. O clero brasileiro era dirigido pelo imperador que o mantinha muito escasso e com poucas dioceses, pois ao imperador não interessava promover a expansão dos eclesiásticos. A passagem de Gaeta expressa como figurava o papa nesta questão: “ao papa restava a confirmação dessas atividades religiosas cujas diretrizes se faziam mediadas quer pela vontade do rei, ou pela do imperador, mais tarde” (Ibid, p. 06). Esta realidade representa que os documentos pontifícios não exerciam poder efetivo sobre o clero brasileiro.

A igreja, durante o período colonial e o Império, mantinha uma estreita ligação com o Estado. Não obstante, nem sempre estes dois poderes se mantiveram em harmonia. Esta situação é retratada na obra **Brasil: Igreja contra Estado** de Roberto Romano da seguinte forma: “na colônia, foi tão forte o mando laico sobre o instituto eclesiástico que se pode falar deste último como uma corporação que foi transformada em serva do poder secular, como um departamento do Estado” (ROMANO, 1979, p. 81). Esta realidade permanece no Brasil Imperial. Para Romano a Igreja foi comandada pelo poder estatal. Esta situação, segundo o pesquisador, trazia algumas vantagens para a Igreja Católica, como por exemplo: benefício econômico, pois a obediência ao poder civil rendeu ao clero uma estreita ligação com as oligarquias, que teve como consequência a participação na riqueza; o monopólio de religião do Estado, isto é, até o final do Império, o catolicismo foi a religião oficial; domínio exclusivo da educação. Não obstante, o autor aponta para uma desvantagem, qual seja: o clero mantém-se distante da população, o que proporciona um crescimento da política laica. Em relação a esta questão, Romano afirma que: “o regalismo serviu para manter com eficácia a política do Estado numa perspectiva leiga. E não apenas leiga, mas intensamente anticlerical e racionalista, com o resultado de enfraquecer cada vez mais o poder católico no país” (Ibid, p. 83).

Os estadistas do Império procuravam manter o clero sob domínio, isto é, queriam manter um clero meramente instrumental. Para Romano, “com isto, enfraqueceram ainda mais um dos últimos sustentáculos da monarquia e prepararam seu fim, confluindo, portanto, com as outras forças sociais que rumavam para a formação do Estado republicano” (Ibid, p. 93).

O regime monárquico, de acordo com as análises de Romano, foi destruído a partir do investimento da Igreja contra o regalismo do Estado e pelos estadistas do Império que desejavam enfraquecer o poder da igreja e acabaram destruindo o próprio governo que pretendiam fortalecer. Paralelamente a esta disputa estão presentes as idéias republicanas. Segundo Romano, “afastar o domínio religioso e instaurar a laicidade do aparelho administrativo sintetizam o ideário republicano de maneira certa” (Ibid, p. 97). O projeto romanizador precisava lidar com esta situação e tentar superá-la. O padroado dificultava a criação de novas dioceses, a entrada de congregações religiosas européias masculinas e femininas. Para criar dioceses era necessário ter autorização do imperador assim como para a entrada de congregações estrangeiras no país, portanto, a Igreja Católica estava à mercê do poder político. Em outras palavras, o poder espiritual é submisso ao poder civil. Esta realidade para os ultramontanos precisava ser mudada.

Alguns bispos começam o projeto romanizador a partir do conflito entre o poder civil e o poder da igreja. Segundo Gaeta, “num ritmo sempre crescente o clero teve como expoentes de defesa desses direitos o metropolitano da Bahia D. Romualdo Seixas, o bispo de Mariana D. Antônio Viçoso, o bispo do Ceará D. Luís Antônio dos Santos, o de São Paulo D. Joaquim Antônio de Mello e o bispo do Pará D. Macedo Costa, já vinham sustentando a luta contra o pensamento liberal e o regalismo imperial” (GAETA, 1991, p. 49). Os bispos investiram na criação de seminários, bem como nas pessoas que deveriam dirigi-los. Para dirigir estas casas de formação da nova mentalidade dos futuros líderes da igreja, os bispos que assumiam suas dioceses e o projeto romanizador trouxeram padres estrangeiros, cuja educação receberam nos colégios europeus de cunho conservador.

A Igreja Católica, por sua vez, passou a tornar pública a sua insatisfação com o controle da Monarquia. A reação da igreja estabeleceu-se com a Questão Religiosa, em 1872, quando um grupo de bispos que visava implantar os princípios ultramontanos criticara a maçonaria e expulsara os padres maçons. Este grupo foi liderado por D. Vital e D. Antônio de Macedo que posteriormente foram presos. Esta postura da Igreja Católica de enfrentamento ao Estado Monárquico é apontada como uma situação contraditória por Romano, pois “acirrou as críticas a este último, tornando clara, na consciência dos liberais, por exemplo, a fraqueza das autoridades monárquicas para manter a ordem no interior do país. Em seguida, ela teve de compartilhar, com o regime contra o qual lutava a imagem de poder a ser derrubado” (Ibid, p. 84).

O grupo ultramontano procurava recuperar o poder do papa. A igreja queria livrar-se do domínio do regalismo ou do Estado laico, no qual o poder civil está acima do poder espiritual, ou seja, acima do poder da igreja. Romano faz as seguintes considerações a este respeito: “a infalibilidade do Papa é proclamada, pois, em 1870, tendo como alvo mortal a soberania imanente do Estado e sua razão sobre as almas. Inicia-se a partir daí, oficialmente, a busca de todos os bispos no sentido de recuperar sua autoridade nas dioceses, a fim de tornar preponderante a Cúria Romana em relação ao todo da Igreja” (Ibid, p. 89).

No Estado de São Paulo, o projeto ultramontano foi iniciado com D. Antônio de Melo (1851–1861). Ele trouxe congregações européias a fim de implantar o seu programa. Além disso, ele fundou o Seminário Diocesano (Seminário Episcopal) que passou a ser dirigido pelos padres capuchinhos. A esta instituição cabia a formação dos futuros padres e bispos. Neste sentido, era preciso um modelo de formação baseado nos princípios romanizadores. Daí a razão da vinda de padres europeus cuja formação deu-se em instituições com teor conservador. Segundo Gaeta, “no Seminário Episcopal os estudos das disciplinas filosóficas e teológicas começaram a ser vistos dentro das obras ultramontanas usadas nos seminários europeus e deixando de lado dos velhos compêndios jansenistas e regalistas” (Ibid, p. 61). A orientação teórica para a formação dos padres mudava, pois os diversos manuais de teologia com

características racionalistas, iluministas e jansenistas de há muito usados nas aulas da Sé Catedral, foram substituídas por outras obras de teologia moral, como a de Gousset e a de Santo Afonso de Liguori” (Ibid, p. 81). Portanto, conforme a autora, “as velhas obras de Fleury e Montpellier, Verney e Genovesi, entre outras, foram substituídas pelas leituras de Joseph de Maistre, Donoso Cortés, Du Bonald e outros autores, com nítida orientação tradicionalista, anti-liberal” (Ibid, p. 81).

Juntamente com a criação do seminário, D. Antônio de Melo trouxe as Irmãs de São Jose de Chamberry, com o objetivo de educar as filhas da elite cafeeira paulista. Foi fundado o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu. Esta instituição, segundo Manoel (1996), atendia aos interesses da oligarquia, da Igreja e do Estado. A elite cafeeira estava preocupada com as idéias modernas que chegavam da Europa no que diz respeito à questão feminina, ou seja, receava o feminismo. Além disso, não havia escolas femininas suficientes e que interessassem à oligarquia. Ao Estado mostrou-se interessante porque retirava de si a responsabilidade de disponibilizar escolas para as demandas existentes. A Igreja Católica estabelecia por meio da educação escolarizada, uma base estratégica para seu programa de recristianização da sociedade sob orientação da doutrina ultramontana.

Segundo Manoel, o projeto do bispo de São Paulo “pretendia abarcar duas esferas sociais ao mesmo tempo: a religiosa e a familiar. Na primeira, formar sacerdotes dentro do espírito das reformas ultramontanas. Na segunda, educar meninas e jovens conforme os conceitos elaborados pela Igreja ultramontana, de tal sorte que elas viessem, posteriormente, a ser educadoras dos filhos e da sociedade conforme os preceitos e a doutrina do catolicismo conservador” (MANOEL, 1996, p. 49).

Segundo Gaeta, “São Paulo também produziu bispos reformadores [ultramontanos] que, colados na figura do mestre ituano, espelharam-se fielmente no paradigma ultramontano clerical” (GAETA, 1991, p. 63). São exemplos de bispos formados no Seminário Episcopal: Dom José Pereira da Silva Barros, bispo de Olinda (1881-1893); D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará; D. Cândido de Alvarenga, bispo do Maranhão (1878-1898) e D. Vital de Oliveira, bispo de Pernambuco; Dom José Camargo Barros, primeiro bispo de Curitiba.

O projeto ultramontano iniciado por D. Antônio J. de Melo vai ser retomado e consolidado no bispado de D. Lino Deodato (1873-1894). Segundo a historiadora, D. Lino Deodato “reconheceu a necessidade de transformar a diocese num centro romanizador, porém, simultaneamente a essa preocupação colava-se outra necessidade que era a de consolidar esse esforço, evitando que a diocese sofresse problemas de solução de continuidade como ocorrera anteriormente” (Ibid, p. 119-120). Esta afirmação em torno da preocupação de D. Lino Deodato é pertinente na medida em que sabemos do projeto implantado por D. Antônio de Melo e que fora abandonado pelo seu sucessor. Nestes termos, justifica-se a atuação de D. Deodato no sentido de consolidar o ultramontanismo e agir para que se indique um sucessor com formação romanizadora.

Para a historiadora, o bispo entendia que “os princípios ultramontanos deveriam percorrer não apenas a esfera essencialmente doutrinária e litúrgica como as visitas pastorais, a prática sacramental, a promoção de sociedades católicas, como também aquela ligada ao âmbito privado dos paroquianos como escolas, partidos políticos, imprensa católica e a família católica” (Ibid, p. 133).

A obra **Igreja e poder em Santa Catarina**, de Élio Cantalício Serpa, discute o papel de D. José de Camargo Barros e de D. Duarte Leopoldo e Silva, ambos bispos da diocese de Curitiba e procura demonstrar que suas atuações estavam alinhadas ao projeto romanizador. Serpa afirma que estes bispos “marcaram suas práticas, à frente das dioceses, pela busca constante de alinhar a igreja aos princípios doutrinários emanados da Santa Sé. Para tanto, valeram-se do trabalho das ordens e congregações religiosas estrangeiras masculinas e femininas que, uma vez estabelecidas nas paróquias, encetavam toda uma prática compatível com os ensinamentos do bispo” (SERPA, 1997, p. 80).

Segundo Dias, a hierarquia católica brasileira, coordenada por Dom Leme, assumiu a obra “restauradora” e “recristianizadora” que consistia em capacitar a Igreja para interferir nas mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, de modo que o reordenamento social desejado por ela se efetivasse fundamentado em valores cristãos” (DIAS, 1993, p. 55). A obra restauradora da hierarquia é analisada por

Romualdo Dias a partir de alguns documentos elaborados pelos bispos: D. Leme (bispo do Rio), D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (bispo da Paraíba), D. Aquino Correa (bispo de Cuiabá), D. Antônio dos Santos Cabral (bispo de Natal) e D. João Becker (bispo de Florianópolis e Porto Alegre). O estudo de Dias aponta para as idéias que os documentos expressam em relação à sociedade moderna em geral e quanto à sociedade brasileira especificamente, em relação aos “males” daquele tempo, às suas causas e “remédios”.

Dom Leme postulou seu programa em sua Carta Pastoral de 1916. Neste documento, ele lembrava o que estava nas encíclicas de Pio X, qual seja: a sociedade estava se definindo por afastar-se de Deus. A saída consistia em restaurar as coisas em Cristo. De acordo com Dias, esta carta se reportava para as causas deste mal, bem como as alternativas a ele: “a falta de amor entre os homens, o desprezo da autoridade, a luta injusta entre as diversas classes e a desmedida ambição dos bens da terra. A instrução religiosa e a ação católica foram indicadas como as atividades principais do ministério católico para o seu tempo” (Ibid, p. 57).

O programa de D. Leme, sob o ponto de vista religioso, aponta para a tentativa de mobilizar os intelectuais e as massas. E do ponto de vista político, D. Leme pode ser considerado um notável estrategista, criador de formas de convivência com o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado. Esta observação de Dias aponta para a complexidade que foi o projeto de reação do catolicismo. Se de um lado, a hierarquia promovia a formação de uma elite pensante que estivesse a serviço do catolicismo, de outro, estabelecia estratégias políticas com os governantes brasileiros, ou seja, a Igreja Católica procurava estreitar as relações com o Estado Republicano. É esta a postura de D. Leme, isto é, mobilizar entre a intelectualidade o estudo e o debate das idéias e do pensamento católico e estabelecer boas relações com as autoridades políticas do Brasil republicano. Isso indica que a Igreja Católica não se contrapunha a todos os elementos do mundo moderno, ou mais do que isto, ela sabia que estrategicamente era irreversível o ideário advindo da Revolução Francesa. Diante disso, a igreja tem uma postura pragmática, qual seja: garantir, no mundo republicano que se denomina laico,

um espaço para sua instituição. Em outras palavras, trata-se de garantir a permanência da Igreja Católica no mundo secular.

De maneira sintética e genérica, é possível entender o programa de D. Leme como uma leitura sobre a sociedade moderna, em geral, e sobre a situação brasileira, em particular. Esta compreensão está em sintonia com as idéias presentes nas encíclicas. Segundo Dias “a personalidade política de D. Leme ganhou evidência pelo papel que ele representou no processo de articulação e coordenação do episcopado brasileiro. Tal fato permitiu à hierarquia maior poder de interferência junto ao Estado e à sociedade em geral” (Ibid, p. 60).

De forma sintética, é possível afirmar que uma série de bispos que receberam sua formação em instituições vinculadas ao projeto romanizador, procuravam implementar nas diversas cidades e Estados brasileiros o programa de reação ao laicismo que postulava uma sociedade desvinculada do ideário católico, das autoridades eclesiásticas e das instituições católicas. Nestes termos, entendemos que os bispos citados nas pesquisas de Dias (1993), de Gaeta (1991), de Bencostta (1999) e de Serpa (1997), procuraram organizar a partir dos cargos que ocupavam o projeto ultramontano na sociedade brasileira. Os estudos acerca dos pronunciamentos feitos por alguns representantes do episcopado brasileiro sustentam que existia uma sintonia entre os bispos das diversas regiões do país. Suas leituras sustentavam que a sociedade, em geral, estava passando por um estado de crise e sua causa era o afastamento de Deus. A sociedade brasileira, em particular, também era concebida como estando em crise e suas principais causas eram a ignorância religiosa do povo e a separação entre a nação e o governo. Sobre o segundo aspecto os bispos afirmavam que a sociedade brasileira tinha uma forte índole católica em função do catolicismo estar presente desde o início da colonização, porém, os dirigentes políticos não professavam esta mesma crença, o que caracterizava a separação entre nação e governo.

O elemento de ação dos bispos ultramontanos foi a relação com as congregações européias, particularmente com as francesas. Para Manoel, esta estratégia “tratava-se, para a Igreja, de um processo em desenvolvimento para

recuperar um lugar central na sociedade, de modo a evitar o perigo de sua destruição institucional, como fora tentado na França à época da Revolução Francesa. Utilizava-se, para isso, como linha de frente, os seus membros mais preparados e, talvez por isso, os mais conservadores e reacionários” (MANOEL, 1996, p. 50).

A partir da implantação da República, assistimos uma intensa disputa entre o ideário católico ultramontano que vinha se configurando em diversas dioceses brasileiras, inclusive em Curitiba, e o laicismo republicano. Segundo Romano, “o antimodernismo eclesiástico voltava-se sobretudo contra o laicismo no domínio da coisa pública e no pensamento” (ROMANO, 1979, p. 81). Nestes termos, o grupo católico investiu na formação de um clero combatente e preocupado com as atividades pastorais. Este encaminhamento dado pelos bispos é considerado por Gaeta da seguinte forma: “não bastava formar o clero num seminário rigorista, reformador, nem usar da autoridade para punir os clérigos indisciplinados. Era preciso estimular os padres a se consagrarem inteiramente às atividades pastorais junto aos leigos” (GAETA, 1991, p. 168). O clero que se contrapôs ao Estado Imperial recebeu sua formação a partir dos princípios romanizadores. Foi este modelo de formação que o impulsionou a luta contra o Estado regalista durante o Império. Será este clero e novos padres/bispos que continuarão se contrapondo aos elementos laicos divulgados pelos anticlericais. Para a Igreja Católica, independe, neste contexto, qual o regime de Estado. O que importa é como tal regime será concebido. Neste sentido, é possível compreender que a Igreja Católica se contrapõe a todo sistema, seja Monarquia ou República, que postula elementos que negam as suas idéias, o poder das suas instituições e as autoridades eclesiásticas, ou seja, que pregue o laicismo. É preciso entender que a sua luta não é contra a Monarquia ou República, mas contra o laicismo público propagado por determinados grupos de intelectuais e de políticos brasileiros. Nestes termos, assistimos a movimentação do episcopado, do clero e dos leigos católicos na tentativa de malograr os projetos laicos e implementar os seus. Este itinerário está representado na trajetória de D. Leme, por exemplo, que procurava estabelecer um programa de estudo a fim de se contrapor aos anticlericais e promovia um estreitamento das relações com as autoridades políticas.

1.2 PODER CIVIL E PODER ECLESIAÍSTICO: A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO NO PARANÁ

A Vigaria Geral de Curitiba estava vinculada à diocese de São Paulo.¹² Em 27 de maio de 1892, pela bula “Ad Universas Orbis Ecclesias”, o papa Leão XIII criou a Diocese de Curitiba. Não obstante, faltava um bispo para unificar, legislar e coordenar o projeto católico nesta região do Brasil. No dia 27 de setembro do mesmo ano, Dom José Camargo de Barros chegou a Curitiba. No dia 30 do mesmo mês e ano, ele assume a diocese.

Havia grande interesse por parte da Igreja Católica na formação da Diocese de Curitiba, pois junto com os imigrantes europeus veio uma diversidade de correntes teóricas, como por exemplo, anarquistas, sindicalistas, socialistas, positivistas, liberais. As idéias liberais estavam presentes entre o grupo que se denominava representante do pensamento laico. Com a criação desta diocese, a Igreja acreditava que estava constituindo um importante elemento de reação aos anticlericais que já estavam presentes no cenário cultural paranaense e, acima de tudo, uma instituição que se colocava como a portadora da missão de organizar o clero e o laicato católico para divulgar a doutrina católica ultramontana. Esta hipótese se confirma na medida em que sabemos que o primeiro bispo recebeu sua formação no Seminário Episcopal, em São Paulo, principal centro ultramontano brasileiro da Igreja Católica. A formação das novas gerações era disputada também pelos intelectuais defensores de um pensamento livre da tutela da Igreja Católica, que vinham se organizando desde fins do século XIX.

De acordo com Gaeta:

Nesse perfil destacou-se D. José de Camargo Barros que se tornou o primeiro bispo de Curitiba, cuja diocese fora criada em 1892, abrangendo os estados do Paraná e Santa Catarina. Esse bispo foi o reformador ultramontano desta diocese, normatizando-a de modo semelhante aos dos outros prelados romanizadores. Discípulo de D. Lino, esse paulista de Itu

¹² A Vigaria Geral era uma espécie de subdiocese. Foi criada por Lino Deodato Rodrigues de Carvalho em 2 de maio de 1879. O vigário geral era delegado do Bispo de São Paulo (FEDALTO, P. A Arquidiocese de Curitiba em sua história, 1956, p. 14)

desdobrou e divulgou um corpo doutrinário cujo efeito detonador explodiu após a morte do seu mestre (GAETA, 1991, p. 337).

No Paraná, o projeto do grupo de anticlericais visava promover uma crítica ao poder do clero local. Este grupo contrapunha-se aos católicos e queria disputar os espaços de formação da juventude e da intelectualidade curitibana.

As correntes de idéias modernas tiveram suas raízes nos movimentos abolicionistas de 1870; nos propagandistas pró-republicanos, iniciado por Ubaldino do Amaral Fontoura, em 1871; no Clube Republicano de Curitiba, fundado em 1885 por Eduardo Mendes Gonçalves; nos jornais republicanos, dentre os quais destacamos o jornal “A Republica, o jornal “Diário da Tarde” e revistas como o Club Curitibano

Foi no campo educacional (Ginásio Paranaense), no campo literário (movimento simbolista), nos periódicos e na imprensa (A República e Diário da Tarde) que se sistematizavam as idéias do grupo que se denominava livres-pensadores.

Os livres-pensadores se posicionavam “contra os reacionários, ultra-montanos, jesuitismo dissolvente, clericalismo rasteiro, contra, enfim, todos os inimigos da Razão, da Ciência, do Progresso, da Justiça, da Caridade, da Liberdade, da Família, da Pátria, e da Humanidade” (BALHANA, 1981, p. 22). O grupo criou várias revistas, entre as quais: O Cenáculo, Jerusalém, Ramo de Acácia, Esphynges, A Batina, Luz de Krotona, Electra. Este grupo contava com espaços para escrever artigos nos jornais “Diário da Tarde” e “A República”. Entre os assuntos abordados destacava-se: a liberdade de consciência, o ultramontanismo, o jesuitismo, o misticismo, a nova religião da humanidade, literatura grega mística, o esoterismo, o medievalismo e outros pertinentes à estrutura eclesiástica católica.

Segundo Marcus Levy Albino Bencostta, em sua tese de doutorado intitulada **Igreja e poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)**, a Igreja Católica demonstra uma certa facilidade para se adaptar às mudanças ocorridas na sociedade brasileira. O autor está se referindo aos episódios ocorridos com a instauração da República, tais como: o decreto do governo provisório que proclamou a separação da Igreja do Estado e uma série de

práticas advindas com o projeto de Constituição Nacional aprovado pelo Congresso, dentre as quais destacamos o estabelecimento do ensino leigo nas escolas públicas.

Na República, a partir de 1890, a laicização do Estado parece querer se configurar. A Igreja Católica, por sua vez, organiza-se a fim de frear a laicização e garantir a sua permanência nas diversas esferas da sociedade.

De acordo com Bencostta, o episcopado brasileiro percebia o lado positivo da separação da Igreja do Estado, qual seja: a liberdade de ação pastoral. Não obstante, pondera o autor “a igreja não aceitou de bom grado o decreto que consolidava a separação entre esses poderes. Em princípio, alertava aos católicos que, em nome da ordem social, da paz pública, da concórdia dos cidadãos e dos direitos de consciência, deveriam eles repelir a separação e exigirem a união entre os dois poderes” (BENCOSTTA, 1999, p. 226).

No período que marcou a aprovação do projeto de Constituição sancionado pelo Congresso Federal, em novembro de 1890, até fevereiro de 1891, momento da aprovação da Constituição, uma série de modificações foram feitas no que tange às orientações do projeto de lei. Em relação a estas mudanças, Augustin Wernet afirma que: “foi resultado do esforço de uma pequena minoria católica no Congresso Constituinte, assim como do empenho daqueles constituintes na conservação da ordem e dos poderes públicos; e, conscientes de que o catolicismo era a religião da grande maioria do povo brasileiro, a justificação religiosa colaboraria para que os cidadãos prestassem obediência às autoridades instituídas pelo Estado republicano” (WERNET, 1991, p. 33).

Na perspectiva que aponta o autor, entendemos que a relação diplomática entre Igreja e Estado interessava a ambos. A este respeito afirma Bencostta: “Igreja e Estado interessaram-se mutuamente pelo restabelecimento de antigas alianças que, por um lado, alimentavam o desejo do Estado de obter legitimação de seu poder com o aval da Igreja, e, por outro, a Igreja esperava que o Estado se tornasse um instrumento que colaborasse no regresso de seu prestígio e de sua ação na sociedade brasileira” (BENCOSTTA, 1999, p. 229).

Esta postura diplomática instaurada pela hierarquia da Igreja Católica se afirma nas décadas de vinte e trinta do século XX. Segundo Bencostta, grande parte dos estudos sobre a Igreja aponta para a idéia de que os anos vinte e trinta caracterizam o período de restauração do catolicismo brasileiro. No viés desta afirmativa o autor observa que “no período anterior àquele denominado de restauração do catolicismo (1920-1930), a ação pastoral-administrativa da hierarquia católica preocupou-se muito mais com a sua organização interna do que, necessariamente, em apregoar uma colaboração efetiva com a República” (Ibid, p. 233). A igreja buscava manter-se aliada ao Estado. Para isso ela precisava implementar estratégias que a colocasse como instituição fundamental nesta nova ordem. Para Bencostta, “as Conferências Episcopais permitiram à hierarquia eclesiástica tratar de temas que impulsionaram a formação de elites capazes de se introduzir no aparato político em defesa dos interesses da instituição eclesiástica” (Ibid, p. 261-262).

Esta tendência se manifesta no Estado do Paraná. O governo de Caetano Munhoz da Rocha apoiou a criação das dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e outras obras. A este respeito o grupo católico expressa-se: “a 20 de outubro transacto, s. exa. Inaugurou. No município de Deodoro, o **Leprosário de São Roque**. E a 26 do mesmo mês realizou-se a inauguração do **Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo e da Escola de Preservação**” (A CRUZADA, nov. 1926, p. 159, grifo no original). O grupo católico paranaense considera Caetano M. da Rocha um modelo de dirigente político que do alto posto do poder público contribuiu com os projetos da Igreja. O grupo anticlerical se manifesta contra as posturas de governantes como Caetano Munhoz da Rocha. Este episódio indica que a Igreja Católica agia em duas direções: a ação pastoral-administrativa dirigia-se no intento de aproximar a Igreja do Estado; o grupo católico atacava e respondia ao grupo que defendia uma República laica. No Brasil, a República não excluiu a igreja do poder.

Em relação a esta questão manifesta-se Wernet:

Os bens da Igreja foram poupados, as ordens e congregações religiosas admitidas sem reserva alguma e a Companhia de Jesus não expulsa. Algumas medidas, cuja ratificação era inevitável em virtude do que então se considerava da própria natureza do Estado Liberal, foram mais tarde reinterpretadas num sentido acomodativo favorável aos interesses da Igreja:

assim foi possível à Igreja Católica receber subvenções da administração pública durante o primeiro período republicano a título de ajuda a obras de beneficência. Outras finalmente foram mantidas integralmente ou parcialmente e a Igreja foi forçada a ceder em questões como: o casamento civil, o ensino leigo, a secularização dos cemitérios e a recusa de direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência (WERNET, 1991, p. 33).

Estas palavras nos ajudam a compreender as posturas de algumas autoridades políticas que governavam no período da Primeira República. Alguns governantes agiam do interior dos órgãos públicos em favor da Igreja Católica. É contra esta postura de alguns políticos que os anticlericais se manifestam. No Estado do Paraná, em relação à postura do governo de Caetano Munhoz da Rocha, o grupo anticlerical se manifesta contra as políticas de auxílio à Igreja Católica. Para este grupo, a República não tem religião, portanto não deveria auxiliar e apoiar obras religiosas. Os livres-pensadores afirmam que o governo de Munhoz da Rocha é reacionário. O grupo católico leigo reage a esta postura de crítica manifestada pelos anticlericais, afirmando que o Brasil é católico desde o início de sua formação e se colocar contrário a esta situação é pôr-se em defesa da separação entre nação e governo, o que significa um atentado à tradição e à história do povo brasileiro.

A postura da Igreja Católica, particularmente dos bispos que assumiam as diversas dioceses nos Estados brasileiros, foi de habilidosa capacidade em se adaptar às mudanças que se configuravam na sociedade brasileira. A partir da instauração da República, a Igreja articulou-se com o objetivo de garantir sua presença institucional nas diversas esferas dos Estados brasileiros. Ela precisava agir rapidamente, pois com o novo regime alguns privilégios lhe foram tirados, entre os quais a implantação do ensino leigo nas escolas oficiais, a separação entre o Estado e a Igreja. A hierarquia da igreja agiu durante a Primeira República no sentido de recolocar o ensino religioso católico nas escolas públicas, o que lhe conferia um privilégio. Além disso, o clero dirigiu a fundação de círculos de cultura com o objetivo de garantir a presença da Igreja Católica no campo intelectual, moral e político da sociedade brasileira.

Conforme Riolando Azzi (1977), a reação da Igreja Católica assumiu um papel decisivo a partir de 1920, quando a hierarquia preocupou-se em sustentar os princípios católicos na sociedade brasileira. Até então, a igreja estava organizando-se

internamente, pois para estabelecer o seu programa de reação ao laicismo se fazia necessário criar um clero combatente e comprometido com as diretrizes da romanização. É na década de vinte que são criados, no Rio de Janeiro, o Centro Dom Vital, a revista *A Ordem* e na década de trinta a Liga Eleitoral Católica, a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). No Estado do Paraná a hierarquia da igreja orientou a criação da União de Moços Católicos de Curitiba, a Imprensa Católica, o Círculo de Estudos Bandeirantes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Estas instituições cumpriam funções peculiares, apesar de serem constituídas com o objetivo de auxiliar o clero no projeto de romanização do catolicismo. Para atingir este estágio de organização, a Igreja Católica vinha agindo desde meados do século XIX e particularmente a partir de 1890 com o objetivo de constituir seu grupo para combater os anticlericais e principalmente divulgar as suas idéias na sociedade brasileira. Este projeto de organização do clero e do laicato se fez presente no Estado do Paraná, começando com a criação da diocese de Curitiba e mais tarde com diversas outras, entre as quais destacamos a de Ponta Grossa, de Jacarezinho, bem como a criação de diversas instituições culturais que auxiliavam o episcopado no projeto romanizador.

O que vinha se configurando no plano do debate e da disputa entre os livres-pensadores e o laicato católico reflete nas práticas políticas dos governadores do Paraná. Romário Martins na sua obra **História do Paraná (1939)** afirma que vários governadores adotam, ao longo da história do Paraná, os termos *ordem e progresso* como slogans que indicam as diretrizes dos governos. Não obstante, alguns governantes tentaram conciliar a ordem e o progresso, termos do léxico positivista, garantindo apoio às idéias católicas. Um exemplo que representa a postura de algumas das autoridades políticas é o governo de Francisco Xavier da Silva, quando auxiliou tanto a instrução de iniciativa pública como a de iniciativa privada, particularmente as escolas confessionais católicas. Outro elemento que indica o apoio ao grupo católico é o afastamento do professor Dario Vellozo da cátedra do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, por ato do governador Xavier da Silva, em 1909 e, mais tarde a transferência do Internato do Ginásio Paranaense para o edifício do Ginásio Diocesano

por decreto do governador Munhoz da Rocha, em 1925. Esta passagem indica a ambigüidade dos governantes no Estado do Paraná, quando suas ações estabeleciam a convivência pacífica entre os princípios positivistas e a tradição católica.

Por outro lado, nos informa Martins, grande parte dos governantes republicanos ou demais dirigentes do Estado, simpatizavam e apoiavam o movimento do grupo anticlerical. São exemplos: o Tenente Mario Tourinho, Sebastião Paraná, Emiliano Pernetá e Ermelino de Leão. Estes nomes, afirma Erasmo Pilotto “faziam parte da comissão do “Centro de Estudos Esotéricos Luz Invisível”, fundada em 1900 e dirigida por Dario Vellozo” (PILOTTO, 1976, p. 458-459).

Estas informações nos ajudam a compreender o contexto histórico do Paraná da época. De um lado, começa o processo de formação do grupo dos anticlericais, também chamado de livres-pensadores; de outro, a formação do grupo dos pensadores católicos que postulava a necessidade de estudar e divulgar a doutrina católica entre a população curitibana, contribuindo, assim, com o projeto romanizador. O grupo católico leigo foi estruturado posteriormente ao movimento anticlerical, isto é, o grupo dos livres-pensadores provocou a organização do laicato católico no Paraná. Estes dois grupos estão disputando espaços nas instituições de formação intelectual e moral da juventude paranaense. Esta disputa passa a se refletir no campo político, ora um governante é simpatizante ou faz parte do grupo dos livres-pensadores, ora outro atende aos interesses ou é representante do laicato católico. As afirmações de Romário Martins e de Erasmo Pilotto indicam que os planos de governos não estão desvinculados desta disputa estabelecida entre os clericais e os anticlericais.

Na mesma direção que sinalizam estes dois autores, uma homenagem a Caetano Munhoz da Rocha feita por Loureiro Fernandes, pontua os seguintes elementos: “homem de convicções e portanto de atitudes definidas, surge a sua figura para a história regional envolta em ‘embates tremendos, atritando-se com egoísmo e ambições que se chocaram contra sua forte personalidade’. Pela sinceridade das suas convicções religiosas e a justiça de suas atitudes, foi Munhoz da Rocha figura ímpar da história administrativa (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, 1944, p. 352).

Os anticlericais não pouparam as suas críticas às atitudes de Caetano Munhoz da Rocha. Os católicos, por sua vez, condenavam os livres pensadores: “o espírito laicista, exaltado por diminuta corrente anticlerical, predominante no escasso elemento intelectual da época, não podia ver com bons olhos um homem impôr-se na política regional a afirmar desassombradamente que era católico e invocar as bênçãos de Deus para sua obra de humano administrador” (Ibid, p. 352).

O grupo católico procura estabelecer um referencial de governo a partir das ações de Munhoz da Rocha, pois em seu governo (1920-1928), “decidiu contribuir para a formação do patrimônio das novas dioceses de Jacarezinho e de Ponta Grossa (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, 1944, p. 353).

Fernandes afirma, que as atitudes de Munhoz da Rocha refletiam o compromisso de seu governo com a Igreja Católica: “fiz consultando os altos interesses do Estado, pois a diocese, se tinham grande alcance de ordem moral e espiritual, constituíam igualmente uma segurança de incalculáveis benefícios de ordem material. E fiz muito bem de interpretar, fielmente, os sentimentos de religiosidade do povo, inspirados nas mais respeitáveis tradições históricas; como legítima expressão de unidade nacional” (Ibid, p. 353).

Nesta passagem, há preocupação em expor que a ação do laicato católico consistia na formação da nação, criando entre os fiéis e cidadãos uma forte crença patriótica de que somente a Igreja Católica poderia constituir a nação e salvá-la do laicismo pernicioso à humanidade. É feita a associação entre Pátria e Igreja Católica, isto é, o Estado Laico Catolicizado constituirá a verdadeira Pátria brasileira. Estes pronunciamentos indicam que a Igreja Católica soube organizar-se e aliar-se às autoridades políticas com o objetivo de obter privilégios para si com a ajuda do poder público.

O clero católico reconhece em vários momentos as ações de Munhoz da Rocha. D. Fernando exprime “respeitosas homenagens ao Exmo. Snr. Presidente do Estado do Paraná, tão benemérito da Religião e da Pátria. Os relevantes serviços prestados à Nação por sua Excia., são tais que o próprio atual Presidente da Federação, publicamente os reconheceu... saudando o Snr. Dr. Munhoz da Rocha como um dos

mais notáveis Governantes da União” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, 1944, p. 355).

A passagem da Carta Pastoral do primeiro Bispo de Ponta Grossa, D. Antonio Mazzarotto, é mais um exemplo de reconhecimento das obras de Munhoz da Rocha em benefício da igreja católica: “a diocese de Ponta-Grossa juntamente com a Providência eclesiástica a que pertence, foi criada há já cinco anos, durante o benemérito govêrno do Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Êste fato nos evoca a nobre figura do então presidente do Estado e atual senador da República, figura de católico destemido e exemplar que não pouco cooperou para o incremento da Religião” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDO “BANDEIRANTES”, 1944, p. 356).

O laicato católico expressa na revista “A Cruzada” o reconhecimento de suas obras enquanto esteve no governo, denominando-o de “figura de saliencia não só na sociedade e na politica do Paraná como tambem em muitos estados da Federação” (A CRUZADA, maio 1926, p. 53).

Em outra passagem deste periódico, o “bandeirante” José de Sá Nunes faz uma homenagem aos atos do governador Munhoz da Rocha ao dizer que “tem cumprido o seu programa de governo com uma rectidão e honestidade admiráveis” (A CRUZADA, nov. 1926, p. 159).

Este pronunciamento foi feito em reconhecimento da criação do Leprosário de São Roque, Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo e a Escola de Preservação, no governo de Munhoz da Rocha. No mesmo artigo, José de Sá Nunes continua afirmando “que o exmo. sr. Presidente do Estado é, inegável e indiscutivelmente, uma das capacidades de relêvo excepcional na direção e administração da grande nau” (Ibid, p. 160).

Estas palavras estão fazendo referência ao significado das ações de seu governo, pois o seu período de mandato está chegando ao fim. Sá Nunes aponta para a extraordinária capacidade de administração de Munhoz da Rocha. Esta mensagem indica como a intelectualidade católica compreendia a postura de dirigentes políticos que militavam em defesa do catolicismo. Munhoz da Rocha era considerado, pela elite intelectual católica leiga, um dos expoentes do laicato católico. Suas ações como leigo

católico foram realizadas a partir do poder público. A saudação pública em reconhecimento dos atos do governante do Paraná é uma estratégia usada pelos católicos que pretendiam apresentar ao público em geral, exemplos de dirigentes que mereciam respeito e confiança.

No mesmo pronunciamento, Sá Nunes comenta a respeito de alguns jornalistas ligados ao grupo dos livres-pensadores que

Enxovalham a reputação de homens de carácter ilibado, e da maior probidade e competência, homens que representam o poder social no mais elevado grau, e que exercem as funções mais dignas de respeito e veneração. Êles achincalham e expõem ao riso público as mais altas autoridades do Estado, ensinando ao povo ignorante e aos jovens sem princípios que o bonito, o elegante, o admirável hoje em dia é o desrespeito, o desaprêço e a desestima a todos quantos têm uma parcela do poder ou da autoridade emanada do Chefe do Estado (Ibid, p. 160-1).

Para o bandeirante, estes jornalistas são “inimigos do Estado, inimigos da pátria, não reconhecem o surto de progresso admirável que nestes últimos anos tem dado a gloriosa terra dos pinheirais, prosseguindo como vai, a passos firmes e largos, na vanguarda dos seus mais adiantados co-irmãos” (Ibid, p. 160-1).

Uma parcela do grupo católico leigo acreditava que o clero e mesmo os leigos não reconheceram, como deveriam, a ação de Munhoz da Rocha em favor da Igreja Católica. Esta acusação é feita por Loureiro Fernandes ao dizer que “apesar da palavra oficial das suas maiores autoridades eclesiásticas, não teve em devida conta grande parte da coletividade católica do Paraná os serviços prestados por Munhoz da Rocha à causa da Religião, e não soube, em circunstâncias oportunas, dentro da esfera serena dos altos princípios, expressar-lhe publicamente, o apreço de que era merecedor como alto expoente do laicato católico de nossa terra” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, 1944, p. 356).

As passagens que tratam das relações estabelecidas entre Igreja e Estado nos revelam que, a partir dos anos vinte, no Paraná, houve uma maior aproximação entre o poder eclesiástico e o poder civil. A nosso ver os privilégios que o catolicismo teve durante o governo de Caetano Munhoz da Rocha foram frutos da ação da hierarquia quando criou diversas instituições que visavam reaproximar a Igreja do Estado. A igreja não podia renunciar aos privilégios que havia perdido com a República e por isso esperava que o Estado se tornasse um instrumento de contribuição para a

retomada de seu prestígio junto à sociedade brasileira. O Estado precisava divulgar entre a população os princípios e símbolos republicanos, pois a proclamação da República foi feita pela elite política do país. A Igreja cumpria uma função importante para o poder civil, uma vez que a maior parte da população brasileira era analfabeta e os meios de comunicação eram escassos e atingia uma pequena parcela de brasileiros. Ou seja, os púlpitos da igreja eram importantes para divulgar o ideário republicano. Nestes termos, o poder eclesiástico era um aliado no processo de legitimação do poder civil republicano.

1.3 A UNIÃO DE MOÇOS CATÓLICOS DE CURITIBA: PÁTRIA, DEUS E FAMÍLIA

A Ação Católica da Igreja no Paraná começa a se definir a partir dos anos vinte, quando o clero juntamente com intelectuais ligados a Igreja Católica organizaram várias instituições de divulgação e de estudo da doutrina católica. Até então, a Igreja Católica tratou de criar um clero combatente e militante conforme determinava a orientação do ultramontanismo. A organização do grupo católico começa a se definir a partir de 1926 com a criação da União dos Moços Católicos de Curitiba e com o desenvolvimento da imprensa católica dirigida pelos leigos. O ápice desse processo ocorre no final da década de 1920, com a fundação do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. Nestes ambientes de debate cultural e de formação moral e intelectual são formalizados os planos de ação deste grupo no Paraná. O laicato católico se articulou em torno destas instituições com objetivos distintos, embora intimamente relacionados. Observamos duas preocupações: na Imprensa e na União de Moços Católicos de Curitiba o grupo católico expressava a retórica militante sem se preocupar com o aprofundamento no debate das idéias da Igreja Católica. No Círculo de Estudos Bandeirantes os intelectuais católicos leigos postulam a necessidade de aprofundar o debate dos problemas sociais, políticos, filosóficos e religiosos à luz da doutrina católica.

Segundo Dias,

Pio X definiu a Ação Católica pautado pelo combate ao laicismo, incentivando a participação dos leigos, e na reação contra o individualismo, propondo a subordinação à hierarquia. Enquanto esta definição apontava os inimigos, uma outra formulada por Pio XI indicava o resultado almejado: a instauração do catolicismo na vida e na sociedade. Para isso, seria necessário o envolvimento de “seculares no apostolado hierárquico”, que seriam imprescindíveis para trazer de novo os povos descristianizados às suas remotas tradições cristãs; para reconquistar o coração dos indiferentes; para combater o laicismo político-social que separou da religião todas as instituições públicas do Estado moderno (DIAS, 1993, p. 102-103).

O Grêmio Literário São Luiz é a origem dos intelectuais católicos de Curitiba. A revista “A Cruzada” relata a fundação desta agremiação: “aos 6 de agosto de 1924 fundou-se nesta Capital, o Gremio Literario de São Luiz, afim de mais incrementar entre os jovens o amor aos estudos e de estimular o gosto pelas letras” (A CRUZADA, mar. 1926, p 16). Os integrantes da diretoria eram: Pe. Antonio Mazzarotto, José Loureiro Fernandes, José Farani Mansur, Frederico Carlos Allende. Estes nomes, mais tarde, estarão integrando os fundadores/diretores da União dos Moços, de revistas e do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Nesta agremiação eram discutidos temas diversos, como por exemplo: os jesuítas, a República, Educação e instrução do povo, a mocidade, o patriotismo e outros temas. Em 1925, na sessão para eleição dos novos membros da diretoria, é feito o seguinte pronunciamento: “não foi inutil a sua fundação, pelo contrario, desde os primeiros dias até hoje essa benéfica instituição de letras vem colhendo louros e espargindo a semente do bem, impregnados de Sciencia e Fé os seus associados labutam com entusiasmo e convictos de que hão de chegar á culminância de suas aspirações de moços” (Ibid, p. 16).

No período de 1926-1927 a Diretoria conta com a participação de outros leigos, entre os quais destacamos Ernani de Abreu, João Camargo, Rosario F. Mansur e Liguarú Espírito Santo que mais tarde estarão entre os que organizam as ações no Círculo de Estudos Bandeirantes.

A revista “A Cruzada” expõe que os objetivos desta agremiação “é propagar a fé e fomentar em seus membros o amor ás sciencias, ás letras e ás artes. Poucos são os nossos associados, mas sua perseverança ao trabalho é inabalável” (A CRUZADA, jul.

1927, p.98). Esta agremiação é uma instituição que visa unir os leigos católicos para divulgar aos curitibanos/paranaenses os dogmas da Igreja Católica. O Grêmio está vinculado à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral que é considerada um importante veículo de transmissão dos princípios do catolicismo aos católicos. A nosso ver, o grêmio funciona como um ponto de partida para a estruturação e formação dos intelectuais católicos em torno da Imprensa e dos círculos de cultura.

No mesmo artigo da revista está explicitada a causa destes jovens quando afirmam: “pedimos força para a campanha que encetamos, como os Cavalleiros da Idade Média, por nosso Deus, nossa Patria e nossa Família” (Ibid, p. 99). Nesta passagem, indica-se que o Grêmio visava construir entre os jovens um forte espírito combativo e militante, usando valores de defesa da família, da pátria e de Deus como slogan norteador da reação da Igreja Católica. Esta instituição, embora expressasse o slogan do movimento católico, não chegou a se constituir como um centro de formação intelectual. O seu papel privilegiado era congregar jovens que estivessem preocupados com a propagação dos princípios do catolicismo, isto é, militar em defesa da Igreja Católica.

No Paraná, em 1926, dá-se um passo expressivo em direção à formação do laicato católico, quando é fundada a União de Moços Católicos de Curitiba. A passagem seguinte retrata a fundação desta agremiação:

A União local foi fundada em 6 de Agosto de 1926, por um grupo de moços e por iniciativa do Snr. Arcebispo. Entretanto, a sua vida começou a se agitar só depois de um anno de fundação. E de facto os movimentos effectuados pela União datam do começo de Setembro, quando a 7 do mesmo mez a União commemorou de modo condigno a data da nossa emancipação política. Logo após assumiu a presidência o dedicado moço snr. Elias Karam que imprimiu á União um surto de engrandecimento (A CRUZADA, abr./ maio 1928, p. 85).

A fundação desta agremiação possibilitou o começo de um longo processo de encontro e militância da intelectualidade católica paranaense. A partir daí, o grupo católico paranaense passa a manifestar e divulgar continuamente as idéias católicas entre a população deste Estado. É a partir de 1926, com a criação da União dos Moços Católicos de Curitiba, que inicia o processo de formação da elite intelectual católica leiga no Paraná. Isso não significa dizer que o catolicismo não estava se organizando e

se contrapondo, anteriormente, aos livres-pensadores que vinham atuando no Estado do Paraná, desde meados do século XIX. A reação católica do final do século XIX e dos primeiros vinte anos do século XX estava muito dependente do clero. Dito de outra maneira, a reação implementada pela Igreja Católica até o final da década de 1910 estava fundamentada nas forças de alguns padres, como por exemplo, nas mãos do Pe. Desidério Deschand. O laicato católico começa a se estruturar como grupo ciente de seu papel, a partir de 1926, particularmente, quando o leigo Elias Karam assume a direção da União de Moços Católicos de Curitiba. A passagem sugere que este intelectual começou a estabelecer o papel desta instituição no projeto romanizador da Igreja Católica ultramontana no Paraná. Esta referência sugere que os leigos estão presentes, e mais do que isto estão começando a organizar-se no sentido de unir e aglutinar suas vontades em torno do projeto católico.

A revista “A Cruzada” relata a posse da diretoria da União de Moços Católicos de Curitiba:

Numa sala do Collegio Bom Jesus effectuou se, sob a presidencia de S. Excia. e Revma. D. João Francisco Braga, bispo diocesano, no dia 29 de agosto de 1926, empossou-se a Directoria da União de Curityba, acclamada na sessão de fundação, a 7 de agosto, e que é a seguinte: Alcides Pereira Junior, Ildefonso Puppi, Fernando Puppi, José Farani Mansur Guerios, Carlos Guerreiro Krüger, Newton de Sousa e Silva, João Camargo e Dermeval Pereira Gomes (A CRUZADA, set. 1926, p. 132).

A União dos Moços Católicos de Curitiba é uma das primeiras instituições criadas pelo grupo paranaense para divulgar a doutrina católica. É uma agremiação reconhecida pelo clero, uma vez que a direção é empossada pelo bispo da diocese de Curitiba. Disso se conclui que o clero do Paraná estava investindo no projeto de romanização da Igreja Católica ao dirigir a criação de centros de estudo e de divulgação da doutrina católica. Destes intelectuais que foram empossados na direção desta agremiação, é interessante observar a presença de José Farani Mansur Guerios, o mesmo que três anos mais tarde, fará parte do grupo dos onze que fundarão o Círculo de Estudos Bandeirantes.

O grupo católico manifesta-se dizendo que a revista A Cruzada “rejubila-se grandemente pela fundação em nosso meio duma associação de moços cujos

nobilísimos fins cooperarão por certo no aperfeiçoamento moral e intelectual da mocidade. Esse acontecimento levado a cabo por ardorosos corações marcará para o Paraná o início de futuro promissor na arregimentação de moços dedicados á causa de Deus e da Patria” (A CRUZADA, set. 1926, p. 132).

A citação feita acima expressa que o grupo, reunido em torno da União de Moços Católicos de Curitiba, tem a tarefa de contribuir na formação moral e intelectual. Pela passagem, a preocupação moral está em primeiro lugar, o que sugere que esta instituição foi criada com o objetivo primordial de repassar à juventude a moral católica. Quando o grupo católico faz referência ao aspecto moral está pensando num código ético baseado nos princípios católicos. Para os católicos não é possível pensar em formação moral sem se fazer menção a religião católica. Por esta razão, o laicato católico vai se auto-intitular o portador da verdadeira moral.

Na revista “A Cruzada” estão descritos os objetivos da União de Moços Católicos: “a) reunir a mocidade catholica para oriental-a nos sãos principios christãos e sociaes e encaminhal-a na estrada do verdadeiro civismo; b) propagar a Religião Catholica e defendel-a em qualquer oportunidade; c) trabalhar em auxilio de todas as obras catholicas e sociais, principalmente as da mocidade” (A CRUZADA, out. 1927).

Na descrição dos objetivos da União dos Moços Católicos é notável que a sua preocupação primordial é com a formação moral dos seus integrantes. Este grupo precisava formar a juventude para divulgar os princípios católicos. Se, na passagem anterior, a revista “A Cruzada” afirmava que a União tinha preocupação com a formação moral e intelectual da juventude curitibana, nesta última citação percebemos que o termo formação intelectual ou termo afim não fazia parte dos seus objetivos estabelecidos.

O grupo acreditava que para alcançar estes fins deveria estabelecer as seguintes estratégias:

- a) realizar reuniões frequentes dos associados, excursões, congressos, conferências, palestras, dissertações philosophicas e retiros espirituaes; b) manter uma bibliotheca, sala de leitura, um orgam official e crear cursos; c) ministrar aos socios divertimentos licitos, representações theatrais em sua séde ou fóra della, realizar festivaes e incrementar directa ou indirectamente a educação tanto intellectual como phisica; d) quando fôr possivel prestar aos socios assistência médica, dentaria e juridica; e) trabalhar pela fundação de sociedade congeneres; f) fomentar a publicação de obras de utilidade social ou religiosa assim como estabelecer intercambio de publicação com sociedades similares; g) promover directa ou indirectamente a fundação de Caixas systema Raiffeisen e de Cooperativas de Producção e de consumo; h) levar a acção social catholica aos meios ruraes, fundando ou promovendo a fundação de Aprendizados Agricolas e Internatos Primarios Ruraes (Ibid, s. p.).

Estas palavras expõem os caminhos que deveriam ser percorridos para alcançar os objetivos estabelecidos pela União, dentre os quais destacamos a realização de dissertações filosóficas. A referência a esta atividade nos informa que o grupo procurava incentivar a pesquisa em torno da filosofia católica. Embora a preocupação primordial fosse com a formação moral dos jovens curitibanos, não estava ausente a necessidade da formação intelectual. Em nosso entendimento, esta instituição expressava que o grupo católico estava pensando o seu projeto em diversas frentes de atuação no cenário paranaense. Ele precisava estabelecer um espaço institucional de combate aos anticlericais e de divulgação da doutrina católica, além de um lugar para o estudo e o debate intelectual. Para divulgar os princípios católicos o grupo determinou que o caminho seria promover congressos, retiros espirituais, publicação de obras religiosas, levar a ação católica para diversos lugares, inclusive nos meios rurais. Para fomentar o começo da formação intelectual de seus membros tratou de estabelecer propostas de palestras, de estudos filosóficos, de criação de bibliotecas, além de trabalhar pela fundação de sociedades congêneres.

O grupo católico conclama a juventude curitibana/paranense a integrar a União, dizendo “Paes, enviae os vossos filhos á UNIÃO DE MOÇOS, porque lá se ensina amar a Deus e a cultivar a Patria” (Ibid, s.p.).

Em 1928 aconteceu o Primeiro Congresso da Juventude Católica que foi realizado em São Paulo, no qual estavam presentes como representantes do grupo do Paraná “Frederico Carlos Allende director gerente desta revista; Rosario Farani

Mansur, e Ernani de Almeida Abreu pela Congregação Mariana dos Jovens da Cathedral; José Molteni Vice-Presidente da Congregação Mariana da Igreja do Senhor Bom Jesus; Elias Karam, Antonio Biscaia e Newton Costa pela União dos Moços e Orlando Sprenger Lobo pela Congregação Mariana do Gymnasio Paranaense (A CRUZADA, set. 1928, p. 181).

Este congresso realizou-se no mês de setembro e contou com a participação da juventude masculina e feminina brasileira. Foi um congresso regional, não obstante, contou com a adesão de quase todos os Estados brasileiros. O objetivo principal deste congresso era “esclarecer o espirito dos moços para que compreendam o papel que deve cada um delles desempenhar para o bem e prosperidade da Igreja e da Patria. Procurou-se ainda temperar as energias de nossos queridos moços com o intuito de tornal-os sempre mais patriotas destemidos e christãos militantes” (A CRUZADA, set. 1928, p. 181, grifo nosso).

O artigo é dirigido àqueles que fazem parte desta agremiação, mas também aos que estão de fora e que poderão se tornar patriotas destemidos e cristãos militantes. A parte grifada ressalta que o congresso procurava estabelecer entre os leigos católicos brasileiros o espírito de militância na propagação dos valores do catolicismo.

A revista “A Cruzada” saúda a iniciativa da juventude Católica Brasileira em realizar o Congresso afirmando que “o abraço gigantesco de todos os Brasileiros fez de São Paulo de Piratininga o altar sagrado e votivo em que toda a Patria Brasileira se offertou a Christo-Rei, eterno Senhor da Nação do Cruzeiro. Salve, Congresso da Mocidade Catholica Brasileira! Salve! (A CRUZADA, out. 1928, p. 209).

O grupo dirigente da revista A Cruzada sugere que este congresso “vae ferir-se na arena grandiosa dos vossos corações, nos vastos campos da vossa intelligencia. Em vossos corações, porque nelles se aninharam, a vontade e a esperança de uma vida bôa e devotada á causa de Deus e da Patria. Em vossa intelligencia, porque sempre estudastes as pegadas gloriosas dos vossos antepassados, que em cada acção costumavam deixar um signal indelevel de fé, uma prova cabal de patriotismo (Ibid, p. 213).

O grupo católico que congregava a União dos Moços Católicos de Curitiba acreditava que a sociedade brasileira estava passando por uma séria crise moral. Em termos genéricos, o mal que contribuiu para isto foi o desprezo pela religião católica, ou na expressão particular dos católicos, o afastamento de Deus. Em termos específicos, o grupo ressaltava dois males: a ignorância do povo e a separação entre a nação e o governo. Esta forma de leitura da realidade estava presente nos documentos do episcopado brasileiro, bem como nos escritos da Revista A Ordem e nos debates estabelecidos no Centro Dom Vital. De acordo com Dias, “os bispos não aceitavam que uma nação ‘profundamente católica’ fosse governada por homens identificados como ateus pela hierarquia” (DIAS, 1993, p. 74). Este será um dos argumentos utilizado pelo laicato católico no Paraná para defender o retorno do ensino religioso nas escolas públicas.

Dias observa que o episcopado brasileiro organizou sua reação contra o laicismo em dois campos: “a ‘ação pela base’ que, no combate ao primeiro mal, cuidava da formação do sentimento popular, cultivando a crença e o patriotismo. E a ‘ação pelo alto’, responsável pelo combate ao segundo mal, formando as elites intelectuais e os homens de governo, aqueles que, pela capacidade de compreender algumas doutrinas e assumir alguns ideais, poderiam dirigir as massas” (Ibid, p. 74). O grupo que pesquisamos privilegiou a “ação pelo alto”, pois criou a União de Moços Católicos que cumpria a tarefa de preparar os jovens para divulgar entre o público culto a doutrina católica. Nesta atividade, o grupo católico se apropriou de alguns elementos da doutrina elaborada pelo conservadorismo europeu, entre os quais, Deus e Pátria. O grupo católico estabeleceu a imprensa como principal veículo para propagar àquele público a doutrina da Igreja Católica. O grupo católico, embora transitasse em diversas instituições, criou ambientes com funções distintas. Alguns dos integrantes da União fazem parte do grupo de direção da imprensa católica. Uma parte dos intelectuais que dirigia os periódicos católicos participava do Círculo de Estudos Bandeirantes. Esta instituição não carregava consigo a missão de divulgar a doutrina católica entre o público culto, mas se constituiu com a preocupação de formar grupos

de intelectuais comprometidos com os estudos e as discussões da filosofia católica, bem como com a preparação de homens para a política.

O grupo católico se apropriou de elementos do conservadorismo para organizar as suas intervenções na União e na imprensa católica. A doutrina conservadora foi elaborada no século XIX, na Europa, por De Bonald, Joseph De Maistre, Jaime Balmes e Donozo Cortes. O grupo católico se expressa como defensor do conservadorismo na medida em que se opõe ao desejo de mudança. Em vez da mudança recorre à tradição e retoma alguns elementos do passado como padrão e modelo para o presente. Nestes termos, o laicato católico recusa a mudança proposta pelo laicismo e defende que a tradição católica no Brasil é a garantia para a manutenção dos valores católicos na sociedade brasileira do século XX. Além de se apropriar deste elemento do conservadorismo, o laicato católico retoma um outro, qual seja: a valorização da nação em detrimento ao indivíduo. Com este argumento o grupo católico se contrapõe ao liberalismo e justifica o seu papel salvacionista da sociedade brasileira. Opõe-se ao liberalismo quando afirma que a liberdade individual não está acima dos interesses da nação, mas ao contrário, a liberdade individual é corrigida pelas regras estabelecidas na sociedade.

Um dos elementos que provocou críticas do conservadorismo, no século XIX, foi o conceito de liberdade expresso pela modernidade. O liberalismo estabeleceu que o indivíduo é livre por natureza e cabe a ele delimitar a harmonia entre a liberdade e a ordem externa. Para o conservadorismo esta noção implica no problema de como impedir o conflito entre a liberdade subjetiva e a ordem externa? A teoria conservadora elaborou o conceito de nação como meio para estabelecer a harmonia entre a liberdade de cada indivíduo e a ordem externa. Para os católicos, a liberdade expressa pelo liberalismo conduzirá à anarquia social, política, cultural e espiritual. Diante disso, a Igreja expressa que a noção de Pátria é a que pode impedir a desagregação da sociedade. Ela se apropria deste elemento do conservadorismo com o objetivo de criar o sentimento de patriotismo para se manter presente na sociedade brasileira. Portanto, quando a Igreja Católica expressa que é preciso lutar em defesa da Pátria ela está afirmando que sem sua contribuição não se constituirá a nação

brasileira. Ou melhor, ela acredita que a Pátria se constituirá à medida que se estabelecer um Estado laico catolicizado.

O grupo católico paranaense por meio da União e da Imprensa procura divulgar a idéia de que a Igreja é a salvadora da humanidade. Este pensamento estava presente em autores europeus, particularmente, em pensadores franceses do século XIX que expressavam os elementos do conservadorismo, ou seja, os elementos de reação às revoluções. Segundo Dias “o anti-racionalismo é utilizado como meio eficaz para exercer o domínio sobre a massa. O princípio de sustentação do Estado e da sociedade não está na verdade elaborada pelo conhecimento humano, e sim, na crença” (DIAS, 1993, p. 36). Este argumento muito utilizado pelo laicato católico expressava que a Igreja lutava em defesa de Deus. A Igreja expunha uma série de dogmas com o objetivo de convencer os fiéis mediante a crença. Segundo as palavras de Dias “os mitos, os dogmas, as doutrinas, todos forjados num espírito de resistência diante do dinamismo que movia a sociedade moderna, apostavam numa recuperação da tutela da igreja sobre o ordenamento social e sobre as consciências dos indivíduos” (Ibid, p. 54). Com esta estratégia a Igreja Católica se colocava como portadora da verdadeira moral porque se julgava representante de Deus no mundo secular.

1.4 A AÇÃO CATÓLICA NO PARANÁ: O PAPEL DA IMPRENSA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DA DOCTRINA CATÓLICA

Os intelectuais católicos leigos no Paraná reagiram ao laicismo e propuseram como mecanismos de propagação dos valores católicos, além da União dos Moços Católicos de Curitiba, a Imprensa Católica. A iniciativa de criar a imprensa católica segue as diretrizes dos documentos oficiais dos papas. O jornal “O Luzeiro” faz referência às diretrizes da encíclica “Nobilissima Gallorum Gens” de Leão XIII que fazia a seguinte afirmação: “é preciso que os leigos de elite, que amam a Igreja, nossa Mãe comum, e por suas palavras e seus escritores possam sustentar utilmente os direitos da religião católica, multipliquem seus trabalhos em defesa da religião” (O LUZEIRO, dez.1936, p. 01).

Conforme Dias, a Igreja Católica acreditava que “a imprensa católica deveria contribuir com a restauração social efetivando as seguintes tarefas: divulgar a doutrina social da Igreja, informar sobre as atividades dos inimigos e sobre os meios de combate já experimentados nas diversas regiões, propor sugestões e alertar contra os comunistas” (DIAS, 1993, p. 109).

Em artigo intitulado “A missão da imprensa católica no actual momento”, a revista “A Cruzada” comenta o pronunciamento do Papa Pio XI aos jornalistas católicos do Congresso de Roma:

O discurso de Pio XI é uma especie do novo Programa para o jornalismo católico, tão profundos, tão actuais e tão claros são os ensinamentos, as orientações, os principios e as normas de acção que delle fluem. O programa do congresso era o de se concertarem na acção mais oportuna e eficiente das comuns directivas, em ordem a collocarem a Imprensa Católica em posição de corresponder ás exigencias do momento, e concorrerem, não para o puro gozo, mas tambem (o Santo Padre acentuava-o) para a fecundação espiritual desta hora histórica, tão importante que fecha o passado e abre o futuro; para tudo aquilo que é humanamente licito pensar, esperar e prever, depois dos acontecimentos que encheram o mundo inteiro de alegria. Temos de olhar para o futuro: estamos numa hora fatidica ou fatal – se se quer falar assim – porque ela comporta factos novos designios daquela Providencia que nunca opera em vão (A CRUZADA, set. 1929, p. 188-190).

A revista cita na íntegra a seguinte mensagem de Pio XI: “o laicato católico deve unir-se á hierarquia católica como esta se une ao chefe, o Papa; é preciso que todos procuremos entender o sentido divino do actual momento histórico” (A CRUZADA, set. 1929, p. 190, grifo no original). A elite intelectual católica leiga afirma que a Acção é dever do:

Próprio Sumo Pontifice, pois a Ele que Deus disse: “*Due in altum*”, foi a Ele que no mistério da sua infinita bondade, confiou a responsabilidade maior. Mas, depois do Papa e em união com Ele, será essa obra da hierarquia, como o foi dos Apostolos e dos seus sucessores no Episcopado desde o principio, e abaixo do episcopado, em dependencia e obediencia plena, será a obra também dos sacerdotes. A esta obra hierarquica todos devem juntar-se, incluindo o laicato católico (Ibid, p. 190).

Para o Papa a “Acção Católica é vida católica pura: tem directivas e principios; a imprensa católica tem perante ela um grande dever a cumprir” (Ibid, p. 190, grifo no original). Ele assevera que colocar “Imprensa católica á margem da Acção Católica que obedece á Hierarquia, não faz sentido. O Papa é agradecido á

quem não só auxilia mas se identifica com a Acção Católica” (Ibid, p. 191, grifo no original). Neste aspecto, o grupo desta revista comenta que “assim como a Acção Católica não pode deixar de ver na Imprensa Católica a grande luz e a grande voz de que precisa, assim também os jornalistas devem fazer tudo quanto neles caiba para auxiliá-la e secundar os seus planos e actividades; é dessa coadjuvação e trabalho simultaneo, dessa cooperação que resultará a necessária coordenação do programa da Acção Católica” (Ibid, p. 191).

No entendimento do Papa “o Apostolado da Imprensa católica, se é difícil de sacrificado, tem a compensá-lo a certeza de um grande bem espalhado pelas almas. São operosos e benemeritos missionários, os jornalistas católicos” (Ibid, p. 191, grifo no original). O grupo católico reitera a afirmação do pontífice dizendo “que para os seus trabalhos, fadigas e sacrificios tinham a compensação de saber que tudo quanto eles fazem, ficará. Passa a vida, passam os homens, mas fica a verdade, fica o Reino de Cristo, fica a Igreja, ficam as almas destinadas á eternidade e uma tal visão deve ser de grande conforto para os jornalistas católicos. (Ibid, p. 191).

A Acção Católica foi indicada por Pio XI como a grande obra de reacção ao laicismo e disseminação dos princípios do catolicismo. A imprensa católica cumpria uma tarefa importante neste processo de propagação dos valores católicos entre os leitores. Os periódicos que analisaremos expressam os elementos do conservadorismo europeu, ou seja, eles se apropriaram dos termos Deus e Pátria com o fim de convencer o público culto da necessidade da religião católica no mundo moderno.

A revista “A Cruzada”, órgão da Mocidade Católica Paranaense, trazia em sua página ilustrativa a seguinte mensagem do Bispo de Curitiba D. José de Camargo Barros: “a imprensa catholica é o pharol erguido no meio das nações, donde a Religião diffunde jorros luz que vão inundar o seio da familia christã e o santuario das consciencias e provocar dest’as mais amor e mais dedicação” (A CRUZADA, mar. 1928, s. p.).

No Paraná, entre 1926 e 1939, a elite intelectual católica leiga esteve dirigindo um ou mais periódicos, o que indica que se mostra bem organizada, pois, aparece uma série de jornais e revistas, como, por exemplo: A Cruzada, o Cruzeiro, O Luzeiro, O

Alvor e a Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. Estes intelectuais pensaram a imprensa como um significativo veículo de intervenção e propagação do ideário católico, ou melhor, um espaço propício para despertar entre os paranaenses o espírito de defesa da Igreja Católica.

No primeiro número da revista “A Cruzada” está exposto o programa deste periódico paranaense quando afirma que “quando vir a verdade insolentemente negada e a virtude cynicamente proscripta, não deixará esta revista de levantar sua voz para defender a ambas, alumando e alentando. Somos um pequeno grupo de moços entusiastas e destemidos que professamos de viseira erguida aquella Religião que, além de ser universal, é dos brasileiros” (A CRUZADA, mar. 1926, p. 01).

O objetivo desta revista é a defesa de Deus e da Pátria. Em nome de Deus e da Pátria, o grupo católico quer garantir espaços na cena cultural paranaense/curitibana para a Igreja Católica. O ideário destes jovens está em sintonia com a luta de intelectuais católicos de outros Estados do Brasil, bem como com o que expressavam os documentos dos papas e do episcopado brasileiro. Este ideal, explicitado pelo artigo, concorria ou disputava com outros projetos ou outras concepções de mundo a formação moral da juventude paranaense. No caso do Paraná, como vimos, os livres-pensadores disputavam com o laicato católico os espaços privilegiados de formação moral e intelectual dos jovens curitibanos. Esta disputa se refletia nas trajetórias destes intelectuais quando atuavam como professores nos colégios da cidade e ao intervirem como escritores nos diversos periódicos presentes no cenário curitibano. Na imprensa católica e na União dos Moços Católicos o grupo católico disseminava os valores católicos endereçados particularmente ao público culto curitibano. Nestes espaços não havia interesse em discutir profundamente as questões filosóficas/teológicas do catolicismo. As mensagens estavam ancoradas num pragmatismo moral cunhado por pensadores conservadores europeus do século XIX.

Na revista “A Cruzada”, em carta aberta, escrita por um leitor que se denomina “um amigo da desejada Cruzada” exprime-se a expectativa criada em torno deste periódico ao afirmar que o Paraná precisa de “uma bella revista que leve aos lares catholicos a boa semente, eis uma das optimas formas de apostolado moderno, de

propaganda engenhosa, inteligente e popular do pensamento, das idéas, da verdade. Seja “A Cruzada” a bem temperada arma de combate de jovens cavalheiros em cujas almas grandes e apostólicas ferva a paixão de defender e propagar a doutrina de Jesus-Christo” (A CRUZADA, mar. 1926, p. 13).

Estas palavras indicam o objetivo da imprensa católica dirigida pelos leigos. A revista “A Cruzada” procura combater os anticlericais e, particularmente, propagar as idéias católicas. Na passagem citada acima, percebemos que o papel da imprensa não era de discutir questões filosóficas, e sim coordenar o projeto de disseminação da doutrina da Igreja Católica, usando os dogmas para estabelecer a verdade por meio da crença. O teor moral está presente na mensagem escrita pelo leitor, quando afirma que a Igreja Católica é a portadora da verdade e por isso é possuidora da verdadeira moral.

No primeiro aniversário do periódico, em março de 1927, o redator, Rosario Farani Mansur falou sobre o papel da imprensa ao dizer que ela “veiu a ser o vehiculo do bem e do mal. Mais do mal que do bem - hão tanto abusado dessa sábia e vantajosa invenção - que fez ruir por terra thronos e dynastias - que desapiedadamente e revoltadamente ambicionou desnortear a Religião – que lançou em abysmos gerações e gerações – arando vaidades, sulcando mentiras e demeando intrigas” (A CRUZADA, mar. 1927, p. 06).

A Revista Católica Paranaense “A Cruzada”, a partir de 1926, passou a ser a porta-voz da intelectualidade católica que começava a dar os seus primeiros passos em direção a constituição de uma elite preocupada com o aprofundamento teórico das questões políticas, filosóficas, teológicas, científicas, literárias à luz da doutrina católica. O projeto desta revista contava com a ajuda do clero, que era representado pelo Pe. Antonio Mazzarotto. Em março de 1928, faz-se uma reflexão em torno do papel deste veículo de comunicação. Em primeiro lugar, discute-se o porque desta revista receber o nome “A Cruzada”. É feita a relação entre o seu nome e as cruzadas medievais: “Cruzada! nome que lhe foi dado depois de muito meditado. Quando o ouvimos, sentimos rebôar o immenso grito de fé e de coragem ‘Deus o quer’. Confiando em Deus, os guerreiros medievaes tudo deixavam e se reuniam ao redor de um chefe, intrepidos partiam para a lucta, contentes de ir derramar o seu sangue pela

defesa d'aquelle que dera o seu pela salvação da humanidade” (A CRUZADA, mar. 1928, p. 17).

Esta referência ao passado demonstra que o laicato católico buscava, na tradição católica, modelos para propor ao presente. Ao fazer referência às cruzadas medievais e, particularmente ao seu slogan, o grupo católico expressa que o principal papel da imprensa é convocar os católicos leitores para se manterem fiéis a Igreja Católica e lutar em sua defesa, principalmente divulgando sua doutrina entre os não leitores.

É interessante observar como este grupo interpreta a tradição católica e a propõe como modelo para o presente: “o passado não morre, sobretudo para nós, discipulos de Jesus, que vivemos dos seus ensinamentos. Na geração moderna renasce a história do que se foi. Assim chega-nos o echo “Deus o quer”. A história nos diz que os cruzados a tudo renunciavam para se alistar nas fileiras sagradas. Porque não havemos de imital-os?” (A CRUZADA, mar. 1928, p. 17).

O redator desta revista, Rosário F. Mansur faz alguns comentários a respeito da boa imprensa e da má imprensa:

Uma grande parte de livros do presente, os impregnados de vicio e immoralidade, são as modernas revistas na quási sua totalidade. Revistas que não veem outra cousa senão o fazer o mal, escandalizando, viciando e corrompendo a humanidade e servindo de verdadeiro êntrave aos ideaes puros do bom livro e da boa revista. Agora se chegarmo-nos á imprensa e tocarmo-la com idéas sans, doutrinas excelsas e com praticas christãs, ella não póde dar que não escriptos de apostolado puro e christão. Não podemos de modo algum servir a ambos. Ou a um ou a outro. Claro está que nós nos devemos alistar ao lado dos nossos maiores na fina insana contra a má imprensa, neste desvairado tempo de modernismo e modernice, de falta de senso commum e de continuas orgias bacchanaes (A CRUZADA, mar. 1927, p. 06-07).

O grupo católico entendia que era um dever propagar a boa imprensa. Para ele era a forma mais rápida de combater a má imprensa, isto é, aquela propagada pelos anticlericais. Em relação ao dever de divulgar a boa imprensa, a revista “A Cruzada” alertava que “a boa leitura preserva dos multiplos erros que envenenam as almas incautas, orna de conhecimentos a intelligencia, fortalece a vontade para o bem, robustece a fé, alenta a esperança num premio eterno e inflamma a caridade para com Deus e para com o proximo; mostra, em uma palavra, o verdadeiro caminho que se

deve trilhar” (A CRUZADA, fev. 1928). Além disso, ela conclama para que “empenhem-se pois todos principalmente os paes de familia que ainda não descuram a educação e instrução de seus filhos, em assignar para o proprio lar e divulgar nas familias de sua amizade á nossa revista” (Ibid, s. p.).

Em março de 1929, o editorial da revista “A Cruzada” faz uma reflexão acerca do percurso realizado pela intelectualidade católica no Paraná no comando da boa imprensa, afirmando que “ella conheceu dias de grande entusiasmo e de desalento tambem. Nem todos os que deviam interessar-se a este surto de boas vontades deram signal de solidariedade. Nem todos os que iniciaram connoso, com animo, o resurgimento da acção catholica no Paraná, sustentaram a carga que devia ser commum. Mas, o nosso ideal ainda existe. Ha-de vencer, porque é o do bem, da verdade (A CRUZADA, mar. 1929, p. 03).

Esta passagem retrata, por um lado, um momento de comemoração, devido à existência deste periódico por três anos no cenário cultural paranaense. Por outro lado, o grupo católico não estava tão homogêneo/unido em torno do projeto que vinha sendo implementado desde 1926.

No mesmo artigo, é explicado o que significam os termos jornais ímpios, licenciosos, levianos ou neutros:

A imprensa impia ataca nossas crenças, nossas leis mais sagradas, nossa moral, nossos brios. É pois peccado grave, favorecel-a, a imprensa licenciosa, sob o fallaz pretexto de arte e literatura, adula e alimenta as mais vis paixões, os instinctos depravados, e zomba da delicadeza christã. A imprensa leviana, ao tratar tudo com diletantismo, affectando o scepticismo, vae habituando o leitor ao gosto do veneno dissimulado nas doses do espirito chistoso que toma as apparencias do galantismo. A imprensa neutra, que equipara a verdade e o erro, sob o pretexto de imparcialidade, nada diz a favor do nossos direitos, liberdades e ideal, como se cala perante erros flagrantes (Ibid, p. 4).

Nestas linhas estão expostos os problemas da má imprensa. E aqueles que tiverem contato com ela, estão agindo em seu favor. Os católicos que consomem este modelo de imprensa não estão contribuindo com o projeto católico. Ao contrário, estão lutando contra. Mesmo os que lêem os periódicos que se dizem neutros, estão contribuindo com os grupos anticlericais. Para o grupo católico, não existe imprensa neutra, ou está a favor de seus interesses, ou está contra.

Após este esclarecimento acerca da má imprensa, o grupo católico pede aos curitibanos que zelem pela imprensa católica, dizendo que “todos os catholicos devem ser os auxiliares estimativos da boa imprensa que os edifica e defende. Sejamos, afinal, nós catholicos, apóstolos da imprensa que trabalha para nós-mesmos, para o nosso ideal: o da justiça, da verdade, da boa fraternidade que ensina o legitimo Evangelho de Jesus Cristo” (Ibid, p. 04).

A tarefa da imprensa católica era doutrinar os católicos e combater os anticlericais. Segundo Dias, “o combate tinha como alvo dois tipos de inimigos: os externos e os internos. Os primeiros eram os inimigos da Igreja. Os segundos eram os próprios católicos que se deixavam impregnar pelo ‘espírito acomodaticio’” (DIAS, 1993, p. 110).

Esta discussão em torno da boa imprensa já estava presente nos debates entre os grupos católicos e anticlericais desde 1910. A revista A Cruzada faz referência ao Centro da Boa Imprensa ao dizer que “é do conhecimento de todo o catholico brasileiro que se interessa pela causa da bôa imprensa, a escolha ha pouco tempo do Revmo. Conego Dr. Alcidino Pereira para Director Geral do “Centro da Bôa Imprensa” com séde no Rio de Janeiro. Por outro lado não o desconhece nenhum paranense, como deputado ao Congresso Estadual e como ilustre filho que é do nosso querido Paraná” (A CRUZADA, mar.1927, p. 17).

Esta revista aproveita a passagem do Cônego Alcidino pelo Paraná e o procura para esclarecer que “o ‘Centro da Bôa Imprensa’ fundado em 1910 e reconhecido de utilidade publica pelo Decreto n. 4374 de 24 de Novembro de 1921 tem séde, foro e administração geral na Capital Federal. É elle uma insituição civil de duração indeterminada que tem por fim procurar o desenvolvimento da imprensa catholica e da sã literatura principalmente para as classes populares” (A CRUZADA, mar. 1927, p. 17). Nestas palavras é possível perceber que a Igreja Católica estava preocupada, desde o início do século, com a questão da má imprensa. Ela caracterizava os jornais laicos e de outras religiões como representantes da má imprensa. A Igreja Católica julgava ser portadora da boa moral, o que lhe dava o direito de se colocar como a instituição que divulgava os bons valores por meio da imprensa.

No mesmo número desta revista, estão expostas as quatorze tarefas do Centro da Boa Imprensa, entre os quais destacamos:

Dirigir e propagar a Liga da Boa Imprensa, fundada por sua iniciativa no mesmo anno de 1910, Colligar jornaes e outras instituições catholicas de publicidade, afim de que, na obra nacional da boa imprensa haja, quanto possivel, união de vistas e alliança de esforços, para maior efficiência dessa mesma obra; Despertar e impulsionar o interesse pratico de todas as classes pela boa imprensa e pela san literatura, apoiando a vida de revistas e jornaes catholicos e a propagação de bons livros, desviando desse modo simultaneamente a acceitação por parte do publico, da imprensa e litteratura más; Promover congressos, reuniões, exposições, conferencias, publicações, concernentes a seus fins (A CRUZADA, mar. 1927, p. 17-18).

Os quatorze artigos foram expostos pelo Diretor Geral do “Centro da Boa Imprensa”, cujo programa visa dar sustentação para a imprensa católica no Brasil. Estes objetivos foram postulados pelo centro, mas cabe aos católicos implementá-los nas suas cidades e Estados. Em relação a isto, o diretor faz o seguinte comentário: “Este programa já em grande parte posto em execução tem unido um grande cabedal de energias em torno da causa nacional da boa imprensa. A ‘União’ é o jornal catholico mais antigo do Brasil e conta 18 annos de existencia; a ‘Resposta’ é órgão official da ‘Liga da Boa Imprensa’ que tem grupos fundados em todo o Brasil” (A CRUZADA, mar. 1927, p. 18).

Esta passagem indica que a discussão em torno da Boa Imprensa era uma questão que assumia uma proporção nacional e as discussões que ocorriam no Estado do Paraná estavam em sintonia com os debates que aconteciam na capital da República.

O Diretor do “Centro da boa Imprensa” em artigo escrito para a revista “A Cruzada” nomeia os seus diretores como representantes da Boa Imprensa no Paraná: “illmos. Snrs. ZANATTA & ALLENDE reconhecendo os altos intuitos que animam a vossa firma na causa da Boa Imprensa, tenho o grato prazer de vos nomear representantes e correspondentes do CENTRO DA BOA IMPRENSA com séde no Rio de Janeiro, em todo o Estado do Paraná” (A CRUZADA, mar. 1927, p. 18).

No segundo ano da revista, já estava expressa a idéia descrita acima, ou seja, o pedido para que os católicos contribuíssem com o projeto da imprensa católica: “é de

mister, outrossim, haja empenho da parte dos bons catholicos, não tanto para continuarem assignantes, como para se tornarem os que ainda o não são, apóstolos propagandistas da boa imprensa, divulgando A Cruzada e procurando-lhe novas assignaturas” (A CRUZADA, mar. 1927, p. 01).

Neste artigo é possível perceber a sintonia entre o programa deste periódico paranaense com o programa do “Centro da Boa Imprensa”. Nesta passagem está presente a grande preocupação com a divulgação da imprensa católica no Paraná.

O Cônego Alcidino Pereira, em março de 1929, declara que:

Compete á Mocidade a chefia dos grandes movimentos e ella não pode fugir á missão salvadora que a Providencia lhe confiára neste momento histórico. Fugir seria uma traição, retrahir-se seria covardia. A mocidade que é impulsiva e generosa ha de chamar a si a gloria de uma reacção na defesa do patrimonio moral do nosso povo e na arregimentação das suas energias para encetar um movimento novo e forte de combate a tudo que venha desfibrar a alma catholica e civica do Brasil (A CRUZADA, mar. 1929, p. 17).

Em função das condições oriundas do laicismo, o diretor do “Centro da Boa Imprensa” conclama a juventude para:

Reagir na esfera da justiça e do direito, a gritar bem alto a nossa suprema força e na hora do combate das idéas manejar as armas serenas da convicção e do exemplo, dizendo aos inimigos comuns da nossa fé e da nossa Patria que o Brasil nasceu sob a egide da Cruz, cresceu sob o influxo da religião catholica, formou a sua nacionalidade sob a direcção das batinas liberaes, ganhou as suas conquistas com o suor dos missionarios, e que hoje na plenitude de suas glorias, na potencialidade de suas energias, na grandeza de suas victorias não vae renegar toda base de seu esplendor e força de sua magnitude pela palavra desautorizada e venal de mercadores de consciencias e retalhadores do brio nacional (Ibid, p. 18).

A revista “A Cruzada” contava com uma série de colaboradores que disseminavam a doutrina católica de combate ao modernismo. Em 1928, ela comenta o significado desta ação: “bem sabemos que não é com elogios que havemos de pagar aos dedicados e esforçados agentes os seus valiosos e arduos trabalhos em prol de uma causa tão santa como é a Bôa Imprensa. Não temos tampouco o fito de salientar entre os agentes os que mais trabalharam, porque estamos certos de que todos se empenharam na divulgação de nossa revista” (A CRUZADA, mar. 1928, p. 49).

No início da década de 1930 surge em Curitiba o jornal “Cruzeiro”, sob a direção dos católicos leigos que se denominavam “Legionários Paranaenses da Boa Imprensa”. No editorial de seu primeiro número exprime o seu ideal e o seu programa ao afirmar que a boa imprensa “é a que compreende o papel e a verdadeira missão construtora do jornalismo são e orientado; é a que conhece a Cezar, conhecendo a Deus, para julgar e doar o tributo devido. É ainda o jornal e o livro que podem entrar livremente no recesso do lar honesto para instruir, corrigir, distrair e não macular consciências, nem envenenar espíritos ávidos de novos conhecimentos” (CRUZEIRO, 15 set. 1931, p. 01).

Na passagem seguinte é possível compreender a expectativa que os legionários criam em torno da imprensa: “apareceu o Cruzeiro no meio jornalístico curitibano para representar o pensamento novo, concentrado em pujante núcleo de idealistas sonhadores de um Paraná maior pela sua inteligência, pela sua cultura e pelo seu valor como povo consciente de seus destinos e do papel que terá de representar na modelagem e construção da nossa Pátria a legar aos brasileiros do porvir” (CRUZEIRO, 10 nov. 1931, p. 01). Estas palavras expressam a perspectiva que eles põem em torno deste periódico, cujo programa representa o esforço da intelectualidade católica paranaense que acredita poder contribuir para o projeto de construção da Pátria catolicizada. Em uma outra passagem, o grupo católico atribui ao Paraná um papel a desenvolver: “somos um povo de grande futuro e de grandes destinos. E ao Paraná, cujo papel decisivo para a realidade da vitória da revolução nesse novo ideal, não dá margem á controversias, deve-se acrescentar a prova de sua capacidade como pioneiro desta outra mais brilhante conquista e vitória de uma nova e nascente mentalidade condutora dos altos destinos da Pátria comum” (Ibid, p. 01). Estas linhas indicam que os intelectuais acreditavam que se precisava renovar a mentalidade daqueles que estavam orientando/dirigindo o país. Nesta tarefa a elite intelectual paranaense deveria contribuir para a restauração dos valores católicos na sociedade brasileira. Os católicos leigos pensam que “o Paraná deve ganhar desde já, a consciência de sua alta cultura, como centro educativo de primeira grandeza, onde brilham ao lado de uma Universidade que honra o Brasil, institutos aprimorados de

instrução, estabelecimentos humanitários que ilustram uma civilização, centros de letras e artes que fazem brilhar lá fora a mentalidade conterrânea” (Ibid, p. 01). Este grupo, ao fazer esta exposição das instituições criadas com o objetivo de despertar a juventude para divulgar o catolicismo e para o estudo da doutrina da Igreja, visava colocar o Paraná em uma posição de destaque no cenário cultural brasileiro.¹³

Uma passagem do editorial do periódico “Cruzeiro” procura retratar a sociedade brasileira a partir do momento em que ela passou a ser orientada pelo ideário laicista:

A sociedade brasileira está se desagregando. Ignoram ou fingem ignorar que a idéia de Patria, que o amor á Patria tem na Religião o seu mais vigoroso esteio. Só a comunhão de crenças é capaz de realizar o milagre. Di-lo a história de qualquer povo. Di-lo particularmente a nossa. Não fosse o catolicismo, o Brasil não seria hoje o grande bloco de continente que vai das Guianas ao Prata. Não fosse o catolicismo, êste imenso território ter-se-ia fragmentado em três ou quatro grandes partes (CRUZEIRO, 25 out. 1931, p. 01).

Nesta passagem, os termos patriotismo e fé se articulam para expressar que o projeto romanizador visa constituir uma nação baseada na fé, isto é, criar um Estado Católico. Por meio do mito do patriotismo, a Igreja procurava estabelecer entre os leitores a premissa de que o bom cidadão é um bom cristão. Ela criou uma íntima relação entre cultura católica e pátria. Para consolidar a doutrina católica entre os fiéis fez-se uso dos dogmas ultramontanos, estabelecendo a crença pela fé.

Esta dinâmica de compreensão da realidade que as fontes indicam deve ser interpretada na direção do que explicita E. Hobsbawn (1998), a saber: o passado pode ser compreendido como modelo/padrão para o presente. É assim que interpretamos os pronunciamentos conferidos pelo laicato católico, isto é, mensagens que têm a intencionalidade de mostrar o presente como o momento decadente e isso em razão

¹³ O grupo católico acreditava que tinha um papel importante no processo de constituição de um nacionalismo católico. Ao mesmo tempo havia no interior do laicato uma preocupação com a questão regional, o que alguns autores denominam de Paranismo. A nossa temática privilegia o papel dos intelectuais no processo de formação de um projeto nacionalista de cunho católico. Por isso, decidimos não discutir no interior de nossa pesquisa a questão do Paranismo. Sugerimos duas obras que tratam deste debate: **Paranismo, o Paraná inventado**. cultura e imaginário no Paraná da Primeira República, de Luis Fernando L Pereira e **O forjador: ruínas de um mito** - Romário Martins, de Décio Roberto Szvarça.

das idéias modernistas, mas também de reler o passado com um olhar positivo e o tomar, no caso a tradição católica, como modelo.

O grupo católico afirma que “o mais saliente e visível de nosso programa, a vertebra estrutural está nesta linha única e exclusiva de educar-nos, educando os que conosco comungarem as mesmas idéias”. Reafirma: educar, educar e educar, repetimos, - eis todo o nosso programa de ação e trabalho” (CRUZEIRO, 17 nov. 1931, p. 01). O laicato católico entende que sua tarefa perpassa, em última instância, pela educação dos católicos que ignoram a doutrina da Igreja. Está convicto de que o projeto de restauração da sociedade a partir dos elementos da religião somente se dá com um programa de formação humana. Para intervir no campo educativo, é necessário, primeiramente, organizar e estruturar uma elite intelectual, aquela que vai dar sustentação a esta intervenção. Portanto, é possível compreender as iniciativas deste grupo – a fundação da União de Moços Católicos, da imprensa e do Círculo de Estudos Bandeirantes – como o processo de constituição intelectual que visavam propor práticas educativas para a juventude paranaense.

O editorial do jornal “Cruzeiro” cita Michelet e, deste se apropria da seguinte forma: “quanto tempo deverá durar a educação? Tanto quanto a vida. Qual é a primeira parte da política? A educação. A segunda? A educação. E a terceira? A educação” (CRUZEIRO, 17 nov. 1931, p. 01). Esta referência a Michelet revela como a elite intelectual compreende o processo de restauração da sociedade. Ele se dá no campo cultural, ou seja, nas práticas culturais que visam a formação do indivíduo. Os espaços criados pelo laicato católico visavam sistematizar as idéias do catolicismo e produzir práticas de formação, sejam elas voltadas para as elites ou para os setores populares.

O grupo católico julga-se portador da solução para os problemas oriundos da laicização do mundo moderno. Era comum entre os católicos, nos documentos dos papas, do episcopado brasileiro e do próprio grupo paranaense a menção aos males provocados pelo laicismo e ao papel salvacionista designado à religião católica. O laicato católico associa o laicismo à *doença* social e o catolicismo aos *remédios* para sanar o mal oriundo do laicismo. Essa idéia está presente na pesquisa de Carvalho: “a

metáfora sanitária é recurso retórico de grande eficiência sensibilizadora: a imagem negativa e um tanto abstrata da ausência de educação é substituída, com vantagem, pela imagem concretizante da doença que induz a imaginação do ouvinte a visualizar, no horror análogo do câncer ou da degenerescência física, os malefícios da situação educacional do país” (CARVALHO, 1998, p. 146).

As passagens retiradas dos periódicos que eram redigidos em Curitiba pelo laicato católico indicam que a Ação Católica foi implementada no Paraná conforme orientação do episcopado e, particularmente, dos papas. O grupo paranaense sabia do papel que a imprensa católica cumpria no projeto de romanização do catolicismo no Brasil, bem como no Paraná/Curitiba. A imprensa católica era uma preocupação constante dos bispos e, não foi diferente na diocese de Curitiba. Conforme Élio C. Serpa, “os bispos voltaram suas preocupações para a imprensa católica” (SERPA, 1997, p. 118). Segundo este autor, D. José de Camargo Barros afirmava que a imprensa católica “é uma obra recomendada pelo Papa Leão XIII a partir do Concílio Plenário Latino-americano, é um instrumento hábil para a propagação da fé, das verdades católicas, desperta a simpatia pela religião, propaga por todas as partes os feitos da Igreja e da religião e combate a imprensa ímpia” (Ibid, p. 118).

Os jornais ímpios para os católicos eram aqueles dirigidos pelos anticlericais declarados, entre os quais destacamos Luz de Krotona (1926), e os que se diziam neutros, Diário da Tarde e A República. Nestes últimos os anticlericais costumavam escrever artigos que se opunham ao ideário da igreja católica. Nestes termos, a imprensa cumpria um duplo papel, divulgar os valores católicos e combater o grupo anticlerical que dirigia uma série de jornais/revistas na capital paranaense.

1.5 CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES: CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

No final da década de vinte, ou mais precisamente três anos depois da fundação da União de Moços Católicos de Curitiba, é fundado na capital paranaense o Círculo de Estudos Bandeirantes. Na conferência em homenagem aos 25 anos de

existência do Círculo de Estudos Bandeirantes, Ligarú Espírito Santo, um dos fundadores, pronunciava as seguintes palavras:

Foi em março, no ano de 1929, à entrada do outono, que, pela primeira vez se reuniram os primeiros sonhadores do Círculo. Eram três os pioneiros: um sacerdote inteligentíssimo, Pe. Luiz Gonzaga Miele, recém-chegado do velho mundo e que acabára de concluir brilhantemente os seus estudos na Cidade Luz, junto à porta de Saint-Lazaire, filho espiritual de São Vicente de Paulo - a Congregação da Missão, - o segundo, José Loureiro Fernandes, um jovem e estudioso médico recém-formado no Rio de Janeiro, dono de admirável idealismo e de invejável capacidade de trabalho, - o terceiro, José Farani Mansur Guérios, ainda acadêmico da Faculdade de Direito da nossa Universidade e, como o segundo, de um idealismo sadio e construtor, admirável na sua tenacidade para o bem. Depois dessa vanguarda, fomos chegando nós, Antonio de Paula, Benedito Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto, Carlos de Araújo Brito Pereira, José de Sá Nunes, Pedro Ribeiro Macedo da Costa e Waldemiro Teixeira de Freitas (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS "BANDEIRANTES", 1954, p. 747-748).

O artigo refere-se aos fundadores do Círculo e principalmente às trajetórias dos três pioneiros que fundaram o Círculo de Estudos "Bandeirantes". É interessante fazer a observação em relação à presença de um representante do clero entre os primeiros idealizadores. A presença do Pe. Miele nos encontros que antecederam e na própria fundação do Círculo de Estudos "Bandeirantes" aponta para o interesse que o clero tinha na formação deste grupo. A sua presença pode ser compreendida também como mecanismo de controle sobre laicato católico. Não obstante, o grau desse controle não se equiparava à forma como estavam submetidas as congregações religiosas. No início da década de 1930, Pe. Miele deixa Curitiba, bem como a direção do Círculo. Mesmo distante, pois estava em São Paulo, ele continuava contribuindo com esta instituição, como atestam suas correspondências.

De acordo com Loureiro Fernandes e Mansur Guerios o projeto do Círculo partiu do Pe. Miele. Estes bandeirantes afirmam que "o Círculo teve como principal ideador e fundador o Revmo. Pe. Luiz Gonzaga Miele, então catedrático de Philosophia do Internato do Gymnásio Paranaense. Professor emérito, dotado de polymórpha cultura, grande espírito de organização e extraordinária capacidade de trabalho, conseguiu logo reunir elementos indispensáveis á fundação deste núcleo cultural" (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1934, p. I).

Os bandeirantes comentam que Pe. Miele “confiou sempre o Conselho a suprema direcção do Círculo de Estudos, na qual permaneceu até Dezembro de 1932, época em que transferiu sua residência dêste Estado. Durante êsse triennio emprestou o fulgor de sua intelligência, engrandecendo o nome da agremiação nascente, consolidando-a no conceito dos meios cultos não só da Capital como do País (Ibid, p. II).

No mesmo artigo, temos a informação a respeito da ação organizada por Pe. Miele, Loureiro Fernandes, Mansur Guerios e Liguaru Espírito Santo no sentido de reunir os intelectuais em torno do Círculo: “datam as primeiras tentativas para a sua fundação de Março de 1929 quando, em nossa companhia e do dr. Liguarú Espírito Santo, dirige o Revmo. Pe. Luiz Miele um convite a várias figuras representativas do nosso meio intelectual para coparticiparem de tão patriótico emprhendimento” (Ibid, p. I). Apenas uma parcela aceitou o convite e passou a cooperar no projeto intelectual do Círculo: “das pessoas convidadas, só onze tomaram parte nas reuniões preparatórias que se realizaram de julho a agosto do mesmo anno, elementos esses que, mais tarde, por uma disposição estatutária, passaram a formar o Conselho Director. É este o órgão administrativo por excellência, ao qual está afecta a orientação fundamental do Círculo de Estudos” (Ibid, p. I).

Em artigo em homenagem ao Pe. Miele escrito por Liguarú Espírito Santo exprime que

Somente a compleição intelectual e moral de um Padre LUIZ GONZAGA MIELE, modelo do cidadão e do patriota, hércules do pensamento, brilhante talento, intelligência invulgar servida por aprimorada cultura geral e filosófica, mestre insigne da mocidade, jornalista e poeta de pena fulgurante e de estilo inconfundível, incisivo e castiço, orador notável entre os mais notáveis, mas, sobretudo, Sacerdote de Cristo: conhecedor profundo das cumiadas e dos abismos do espírito humano, formado na escola do grande São Vicente de Paulo, - somente um atleta do Bem e um apóstolo da divina Caridade, da estatura de um Padre MIELE, ousaria esta “entrada” pelo inóspito sertão do egoísmo, do utilitarismo e da mediocridade, características de épocas de crise e de decadência (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1943, p. 552-553).

A passagem abaixo relata o grupo que fundou o Círculo de Estudos Bandeirantes, considerando a formação de cada um dos integrantes:

Pe. Luiz Gonzaga Miele, Catedrático de Philosophia de Internato do Gimnasio Paranaense; Dr. Antonio Rodríguez de Paula, Juiz de Direito da Capital; Maestro Benedicto Nicoláu dos Santos, Publicista e Musicista; Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, Engenheiro Civil; Dr. Carlos Araújo de Brito Pereira, Cathedrático de Português da Escola Normal da Capital; Dr. José Loureiro Ascenção Fernandes, Médico; Dr. José de Sá Nunes, Cathedrático de

Português do Gymnásio Paranaense; Dr. José Farani Mansur Guerios, Advogado. Dr. Liguarú Espírito Santo, Engenheiro-agronomo; Professor normalista; Dr. Pedro Ribeiro de Macedo Costa, Cathedrático do Gymnásio Paranaense e da Faculdade de Engenharia do Paraná; Dr. Waldemiro Teixeira de Freitas, cathedrático do Gymnásio Paranaense e da Faculdade de Engenharia do Paraná (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1934, p. II).

A citação que se segue faz referência ao encontro que marcou oficialmente a fundação do Círculo bem como a eleição da sua primeira diretoria:

Aos 12 de Setembro de 1929, reuniram-se numa das salas do prédio numero 20 (actual 286) da rua José Loureiro, sob a presidência do Revmo. Pe. Luiz Gonzaga Miele e fundaram o Círculo de Estudos Bandeirantes, sendo aclamada a primeira Directoria. A Directoria à qual foram confiados os primeiros destinos do novo centro de cultura, era assim constituída: Pe. Luiz Gonzaga Miele – conselheiro; Prof. Benedicto Nicolau dos Santos – Secretário Geral; Dr. Liguarú Espírito Santo – Primeiro Secretário; Dr. Bento Munhoz da Rocha – Primeiro Thesoureiro; Dr. Waldemiro Teixeira de Freitas – Segundo Thesoureiro; Dr. José Loureiro A. Fernandes – Primeiro Bibliothecario; Dr. Pedro R. de Macedo Costa – Segundo Bibliothecario (Ibid, p. II).

Os bandeirantes expressam que o projeto de fundação do Círculo efectivou-se com o auxílio de outros personagens influentes no cenário político curitibano/paranaense. A citação que se segue expõe o sentido desta ajuda: “muito contribuiu para a instalação do Círculo o valioso concurso dos Srs. Manoel Ascensão Fernandes, de saudosa memória, Dr. Affonso de Carmargo e Dr. Caetano Munhoz da Rocha, aos quaes o Conselho conferiu, ulteriormente, o titulo de socios beneméritos” (Ibid, p. II).

Pe. Miele em carta a Loureiro Fernandes expõe algumas idéias que nos ajudam a compreender o sentido da fundação do Círculo:

O CEB, no entender dos seus fundadores, seria uma sociedade cultural, não aberta e declaradamente religiosa, confessional. Poder-se-ia nas reuniões ventilar qualquer assunto, mesmo religioso, mas dentro dos princípios da ortodoxia religiosa, filosófica, científica, etc. Não teria o CEB nem poderia ter por sua específica finalidade “converter” a quem quer que fôsse. No âmbito religioso, a “conversão” é Deus que a propicia, pois é ela uma graça sobrenatural. No âmbito filosófico, histórico, científico, a “conversão” depende muito da convicção (fruto do estudo e da reflexão) e é sempre subjetiva (Correspondência do Pe. Miele a Loureiro Fernandes, 06 jul. 1956).

Pelas palavras do Pe. Miele, o Círculo de Estudos “Bandeirantes” nasceu com a missão de promover o estudo filosófico, científico, literário e religioso à luz da doutrina católica. Isto explicita que a sua preocupação se dirigia para a formação

intelectual dos seus integrantes. Visava formar uma elite intelectual que fosse capaz de dar sustentação teórica ao projeto romanizador no Paraná. Ao contrário da Imprensa Católica e da União de Moços Católicos, o Círculo cumpria a tarefa de reunir os principais intelectuais paranaenses para o debate dos problemas teóricos à luz da doutrina neo-tomista. O grupo que dirigia o Círculo raramente fazia uso dos periódicos católicos que pregavam e divulgavam os princípios católicos com um forte teor moral. Esta postura indica que o laicato católico agiu em dois campos: uma parcela do grupo agia na imprensa cujo objetivo era divulgar a doutrina da Igreja Católica; outra se dedicava aos estudos no interior do Círculo, no qual a preocupação essencial era se dedicar ao estudo das questões políticas, filosóficas, teológicas, científicas e literárias. Esta situação se reflete na passagem do periódico “O Alvor” quando saúda o trabalho do laicato católico implementado dentro do Círculo de Estudos “Bandeirantes”: “pode o Paraná de hoje orgulhar-se de possuir uma agremiação intelectual, na qual acham-se reunidos os maximos expoentes do catolicismo, que vem concorrendo eficazmente para o maior prestígio das nossas letras e estabelecendo intercambio com os demais estados da federação” (O ALVOR, 28 maio.1935, p. 03).

Esta passagem aponta para a expectativa que existia em torno do Círculo de Estudos “Bandeirantes” e o prestígio que este círculo cultural passa a ter entre os católicos do Paraná. A este grupo é confiado o papel de elevar este Estado entre aqueles que já possuem um grande prestígio intelectual. O grupo que escrevia no jornal “O Alvor” explicitava que os intelectuais que se reuniam no Círculo constituíam os principais representantes do laicato católico no Paraná. Isto quer dizer, que o laicato católico estabeleceu o Círculo como espaço privilegiado para o aprofundamento teórico e os periódicos como os principais meios para divulgar a doutrina católica entre os leitores paranaenses.

Compreendemos que o grupo de idealizadores, que fundaram o Círculo de Estudos “Bandeirantes”, foram os principais representantes do laicato católico em Curitiba, ao longo da década de 1930. Em outras palavras, este grupo que começa a se encontrar, no final da década de 1920, em torno deste círculo cultural representa, de acordo com os termos de Loureiro Fernandes, a vanguarda da intelectualidade católica.

Isso significa que estes intelectuais do interior do Círculo sistematizam as idéias católicas, isto é, preocupam-se com o aprofundamento teórico das questões políticas, filosóficas, científicas e teológicas. À medida que se sistematiza um programa de estudo e debate, o número de integrantes do Círculo passa a crescer, o que indica que houve grande investimento na divulgação e mobilização da juventude paranaense/curitibana para assumir o projeto católico romanizador. Na década de 1930, é a partir do Círculo de Estudos “Bandeirantes” e da Imprensa Católica que o laicato católico se estrutura e se lança em disputa pela formação moral e intelectual da juventude curitibana/ paranaense.

Em uma outra parte da conferência de Ligarú Espírito Santo afirma-se que deve “erguer-se o Círculo de Estudos visando a formação intelectual de seus membros, desfazendo preconceitos, resolvendo dúvidas, respondendo consultas, esclarecendo, enfim, e armando os seus sócios para as conquistas pacíficas da verdade, condição da firmeza do caráter. Nessa quadra de irresolutos e tímidos, visa o Círculo de Estudos ‘Bandeirantes’ formar homens de convicção” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, 1954, p. 749-750).

O laicato católico se estrutura e se organiza com a função de promover estudos dos problemas brasileiros e paranaenses à luz da doutrina da Igreja. Nesta instância, o projeto católico visa congregar os principais intelectuais paranaense a fim de promover o estudo e a discussão dos princípios filosóficos católicos. A divulgação das idéias católicas estava sob a responsabilidade do grupo que estava a frente da imprensa católica. O grupo católico criou mecanismos de intervenção cultural que cumpriam papéis diferentes no processo de constituição do projeto romanizador da Igreja Católica.

A passagem abaixo afirma que o Círculo de Estudos tinha a função de zelar pela manutenção de documentos científicos, filosóficos, literários, teológicos e políticos quando se diz que “desde sua fundação vem o Círculo, para consecução de sua elevada finalidade, realizando sessões ordinárias e extraordinárias, mantendo uma bibliothéca, uma mapothéca e um archivo, entretendo correspondência com sociedades

congêneres nacionaes” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1934, p. III).

Em 1934, os bandeirantes publicam o primeiro número da Revista do Círculo de Estudos, no qual expressam que “de há muito vinham, aquêles que labutam no Círculo de Estudos Bandeirantes, sentindo a carência duma publicação periódica que recolhesse os trabalhos originais realizados num quinquênio de profundo e intenso labor. São suas páginas destinadas não só a estudos científicos, históricos e literários contemporâneos, como também à reprodução de valiosos trabalhos antigos e documentos referentes ao Paraná” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1934, P. I).

O Círculo tinha uma preocupação essencialmente intelectual. Reunia os principais intelectuais curitibanos com o objetivo de investigar e debater questões de natureza política, filosófica, científica, literária, teológica. Esta preocupação estava expressa na carta de Pe. Miele a Loureiro Fernandes citada anteriormente, bem como no pronunciamento de Ligarú Espírito Santo no vigésimo quinto aniversário de fundação do Círculo. Além destas passagens que afirmam a peculiaridade do Círculo, fizemos referência ao artigo do jornal “O Alvor”, no qual se estabelecia uma certa distinção de papéis entre os intelectuais que ocupavam o Círculo e aqueles que estavam na imprensa católica. O que caracteriza a missão intelectual do Círculo é a natureza dos debates estabelecidos nas suas sessões.

Alguns dos temas apresentados e discutidos no Círculo entre 1929 e 1939 eram:

Revmo. Pe. Luiz Gonzaga Miele: - Nos Domínios da Incoerência. - A Intangibilidade da Lei. - Sistema Pedagógico das Escolas Ave-maria. - Monismo Materialista e Ciência Moderna. - Problema do Mal. - O Ensino Religioso nas Escolas. - A Missão da Imprensa. - Definições Necessárias. - A Crise do Transformismo. Revmo. Pe. **Jesus Ballarin**: - **Lições de Filosofia (Curso Ministrado aos Membros do CEB)**. Prof. Benedito Nicolau dos Santos: - Conflito Escolástico. - Moral e Estética. - Percepção Estética. - A Intelectualidade Paranaense. Dr. Bento Munhoz da Rocha: - as Forças Destruidoras da Pátria. - A Democracia. - Classificação Tomista das Ciências. - Sobre o Tomismo. Dr. José Farani Mansur Guérios: A Fôrça moral - A Liberdade de Pensamento. - Palestra Bibliográfica sobre “No Limiar da Idade Nova” de Tristão de Athayde. - Apreciações a “Indicações Políticas” e “Na Tribuna e na Imprensa” de Tristão de Athayde. Ligarú Espírito Santo: - A lei Natural. - A Má Imprensa e a Moralidade. - O Bom e o Mau mestre. - Estudo sobre S. Emcia. o Cardeal Mercier Dr. Mario Braga de Abreu: - Apreciação da obra “Política” de

Tristão de Athayde. – Comentários ao Artigo d’“A Ordem” – “O Clero e o Laicato” de Tristão de Athayde. Dr. Valdemiro Teixeira de Freitas: - O Laicismo Escolar. Prof. Dr. Osvaldo Pilotto: - A Escola Brasileira. (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1940, p. 121-135, grifo nosso).

As referências feitas acima expressam uma parte dos temas discutidos nas sessões do Círculo pelos intelectuais católicos leigos entre 1929 e 1939. A Revista fez em 1940 uma resenha dos estudos realizados no Círculo, desde a sua fundação até então. A nossa citação excluiu uma grande parcela dos trabalhos apresentados no Círculo. Nós descrevemos os títulos que estão mais próximos do nosso tema de pesquisa. Os estudos eram realizados no campo da literatura, das ciências, da filosofia, da política, da teologia. O que melhor explicita a missão intelectual do Círculo é o fato deste centro cultural ter organizado o curso de filosofia para os seus integrantes entre 1935 e 1936.

No debate estabelecido no meio católico, vemos a formação de uma mentalidade que recusa o laicismo. Diante dos postulados do laicismo a postura da Igreja era dupla: indicar os meios para superá-lo e lembrar que as calamidades são frutos da desobediência oriunda do desrespeito pela moral católica. Esta maneira de compreender a realidade estava presente nas encíclicas, nas cartas pastorais do episcopado brasileiro e nos pronunciamentos da intelectualidade católica. Isso confirma que o projeto da elite intelectual atendia a duas tarefas: primeiro, formar um grupo convicto de suas idéias e, segundo, chamar a atenção para o perigo da laicização do mundo moderno e cooptar novos jovens para divulgar o catolicismo. O laicato católico esboçava suas idéias contrárias ao processo de laicização do Estado e da sociedade, sem se opor ao regime republicano. Para tanto, como afirmaram Romano e Benconstta, a Igreja se preocupou em retomar as alianças que mantinha com o Estado. Esta postura se fez presente no Estado do Paraná, particularmente a partir da década de vinte, quando a Igreja recebeu investimento público para uma série de obras religiosas. Não obstante, o grupo católico não deixou de se contrapor aos anticlericais que faziam defesa de uma República integralmente laica.

O afastamento de Deus foi apontado como um dos mais graves males da sociedade laica. Esta referência expõe que a crise da sociedade moderna é de natureza

moral, portanto, é uma crise oriunda da ignorância religiosa e abandono dos preceitos católicos. As propostas de restauração de uma ordem social tendo como base os valores cristãos traduziam a idéia de preservar um espaço para a Igreja Católica no mundo moderno. Essa compreensão em torno da intencionalidade da hierarquia e da intelectualidade de lutar pela manutenção do poder da igreja, confirma-se na medida em que se percebe que, no plano teórico, há uma forte condenação da laicização do mundo moderno, mas no plano das práticas políticas, há uma postura de diálogo entre as lideranças da Igreja e os dirigentes políticos da República Brasileira. O laicato católico paranaense acreditava que a partir do Círculo estaria contribuindo com o projeto romanizador da Igreja Católica.

Esta tarefa que os católicos atribuíam a si mesmos se expressa na passagem que homenageia Miele:

Vem o Círculo de Estudos manifestar o sinal da imorredoura gratidão, a pública homenagem de apreço e veneração àquele que idealizou, fundou, organizou, por anos conduziu com mão firme de timoneiro experimentado, e sempre foi a bússola, o nune tutelar, a estrêla polar, o fanal, a nortear a rota, a iluminar a senda das jornadas desta companhia, enfim, o chefe da “bandeira” que orientou as “entradas” para as pacíficas conquistas do estudo e da cultura, abrindo com o “diamante” da verdade as ricas minas das “esmeraldas” das inteligências e dos “rubis” dos corações: o mui Reverendíssimo Sr. Padre LUIZ GONZAGA MIELE (Ibid, p. 551).

O discurso católico faz uma analogia entre os “bandeirantes” que se dirigiram de São Vicente para o interior do território brasileiro, desbravando o sertão, com o projeto dos intelectuais que se reúnem no Círculo de Estudos. O laicato católico expressava: “**Bandeirantes** – por quê? Porque na História do Brasil têm esse nome os audazes desbravadores dos sertões, que, menosprezando o comodismo citadino e o despreocupado viver das primeiras aldeias litorâneas, galgaram montanhas, transpuseram cordilheiras, abriram picadas em matagais impérvios, atravessaram campos e vadearam caudalosos rios, alargando assim as fronteiras da que seria mais tarde a grande pátria brasileira” (Ibid, p. 553, grifo no original).

A relação entre aqueles desbravadores e a iniciativa dos intelectuais católicos leigos no Paraná expressa-se na passagem abaixo: “aos que tomaram um dia a iniciativa de fundar em Curitiba um Círculo de Estudos, espontaneamente lhes acudiu

o nome genérico daqueles vanguardeiros da civilização em terras sul-americanas. Bandeirantes! Pois não era, acaso, o projetado Círculo uma nova ‘bandeira’ sui generis, que se arrojava para os sertões do saber, a cata das verdes esmeraldas e das áureas pepitas da verdade (Ibid, p. 553).

O grupo católico, apesar da aparente convergência entre seus membros, não caminhava de maneira tão homogênea. Existiam divergências entre uma parte do clero e o laicato católico. Esta situação aparece na carta enviada por Loureiro Fernandes ao Pe. Miele, quando demonstra a sua preocupação com a presença do Pe. Alberton no interior do Círculo de Estudos Bandeirantes:

Vem o Pe. Alberton, jesuíta que comanda as Federações com singular proposta de construir em terreno do Círculo salões para cursos e funcionamento da Federação. Não concordei com a consulta inicial e sugeri que ouvisse o Raul, pois, contava que valendo-se do fato do terreno estar locado, não concordasse. Surpresa! Achou viável a idéia! Tenho impressão que esses nossos amigos envelheceram muito rápido, não querem é incomodo, eu, no entanto, não estou no animo de entregar o Círculo aos marianos, comandados pelos jesuítas, recém arribaldos a esta terra. Tenho presente as palavras de sua carta, quando se manifestou a proposito da idéia, do Macedo, sobre um assistente eclesiástico. Não quero prejudicar. Mas diante da leviandade do padre Alberton em afirmar que o Círculo é uma entidade “confessional”, temo pelo desvirtuamento de sua finalidade (Carta de Loureiro a Miele, 12 jun.1956).

Nestas linhas, percebe-se a manifestação de conflito entre o laicato católico e o clero. Este último representado pelo Pe. Alberton, jesuíta, que dirigia a Congregação Mariana e que tinha a intenção de aproximar esta instituição do Círculo. Ou melhor, passar o controle do Círculo aos marianos. Para Loureiro Fernandes, isto poderia levar ao desvirtuamento do ideário do Círculo expresso pelos fundadores. Na passagem citada acima percebemos que o Círculo possuía um papel diferenciado da União que se constituiu como instituição ligada à Congregação Mariana. Neste momento assistimos o presidente do Círculo se opor a uma possível aproximação entre estas instituições.

Pe. Miele, ao responder esta carta de Loureiro Fernandes, afirma que os jesuítas:

Não são homens tão ruins como certa gente imagina. Pelo contrário! Há entre os jesuítas homens de alto valor intelectual, cultural, social, ou mesmo simplesmente humano. E haverá também homens comuns. Todos, entretanto, recebem uma formação moral bem profunda.

Não tenha receio o meu caríssimo Loureiro. Talvez haja ouvido “lendas” ou lido “histórias que os pintam mal e os caricaturam... Será? Num intelectual do seu porte, isto me causaria espanto? Se não é o Padre Alberton que lhe causa temores, talvez seja a Federação das Congregações Marianas. Também êstes (os marianos), descontados os descontandos, são gente boa que mira a um alto ideal e trava o bom combate da Fé e porfia por melhorar o mundo (Carta de Miele a Loureiro Fernandes, 06 jul.1956).

Pe. Miele retifica-se a respeito do que afirmara sobre um assistente eclesiástico, isto é, em uma outra carta Miele afirmava ser contrário a presença de um assistente eclesiástico no Círculo; nesta carta afirma a Loureiro Fernandes que não vê problema na presença de um representante do clero no Círculo. É possível perceber as divergências entre o laicato católico e o clero, pois enquanto aquele esboça reagir frente à possibilidade de ser controlado, o último não quer ceder espaço para a independência dos intelectuais católicos leigos.

Os conflitos entre o laicato católico e uma parcela do clero paranaense se manifestava no final da década de vinte. Esta situação é retratada por Loureiro Fernandes ao tecer comentários a respeito das ações realizadas por Munhoz da Rocha em favor da Igreja Católica. O bandeirante afirma que os católicos não souberam reconhecer as ações deste governo feitas em favor da Igreja. Para ele esta postura deve-se a passividade de uma parcela do clero. A passagem que se segue relata o conflito entre o clero e o laicato católico: “não se diga que só devemos buscar a razão de ser da injustiça dessas atitudes, na incompreensão dos grandes problemas do Cristianismo em que se encontra o elemento leigo da nossa população católica; cabe-lhe uma parcela da responsabilidade; pela outra, lamentavelmente, respondem os mesquinhos interesses, a desídia e a atitude comodista de uma parte do clero para tudo que não diz respeito diretamente aos deveres do culto” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, out.1944, p.356).

As divergências não existiam apenas entre o laicato e o clero, mas também entre os próprios intelectuais católicos leigos. Esta situação aparece quando o grupo do Círculo apoiava a candidatura de Caetano Munhoz da Rocha e os membros da Liga Eleitoral Católica apoiavam um outro candidato.

Em relação a este aspecto Loureiro Fernandes comenta:

Casos houve, lamentáveis: membro influente da junta local da Liga Eleitoral que, por ridículas questões de campanário, deixa de apoiar a chapa em que figurava o ilustre católico, por ter a União Republicana na localidade, como representante, um seu desafeto por meras questúnculas locais; outro, por laços de simpatia pessoal adultéra a chapa, incluindo o nome de político sem compromisso com a Liga, visando assim favorecer a eleição de um velho amigo. Bem decepcionante para o zelo apostólico, dêste último, deve ter sido a campanha que aquêle político, uma vez eleito, desenvolveu contra a aprovação das emendas religiosas (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, out. 1944, p. 357).

Caetano Munhoz da Rocha atuou como político no Partido Republicano desde o início de sua vida política. Ele começou sua vida política em 1904, quando foi eleito deputado estadual pelo partido chefiado por Vicente Machado. Munhoz da Rocha seguiu sua trajetória política atuando como prefeito de Paranaguá, vice-governador e governador do Paraná, deputado estadual e senador. Quando esteve nos espaços públicos procurou estabelecer uma íntima relação com o poder eclesiástico. Ele teve sua formação moral e intelectual em instituições católicas, o que contribuiu para sua atuação como defensor do catolicismo nos espaços públicos. Mesmo sendo de partido republicano atuou em defesa do catolicismo. Esta informação indica que o laicato católico não era anti-republicano, mas aliava-se e apoiava políticos que se mostrassem comprometidos com os seus interesses. Munhoz da Rocha era sócio benemérito do Círculo de Estudos Bandeirantes.

O Círculo de Estudos Bandeirantes se constituiu ao longo da década de trinta como o principal espaço de estudo e debate dos problemas políticos, científicos, teológicos, filosóficos, literários da intelectualidade católica leiga paranaense. Ele reuniu uma grande parcela da intelectualidade que atuava nas diversas esferas públicas e privadas paranaenses. Estes personagens constituíram o laicato católico que do Círculo de Estudos e da Imprensa auxiliaram o clero na construção do projeto romanizador da Igreja Católica no Paraná.

2 O PROJETO FORMATIVO DO LAICATO CATÓLICO NO PARANÁ

A Encíclica “**Divini Illius Magistri**”, de Pio XI, do ano de 1929, é a principal referência para o projeto romanizador da Igreja Católica no que diz respeito à educação da juventude cristã. Isto não quer dizer que a hierarquia da igreja não estava preocupada desde há muito tempo com a questão educativa. A Igreja Católica manteve a sua estrutura material e cultural a partir de um forte investimento no plano formativo. O que queremos dizer quando afirmamos que este documento de Pio XI é a principal fonte que tem origem em Roma, é que ele é referencial para as iniciativas da Igreja Católica no século XX no campo educativo.

Na encíclica “**Syllabus**”, de Pio IX, de 1863, já se apontava para a questão educativa. Não obstante, esta encíclica não visava discutir especificamente esta temática, mas acaba fazendo ao discutir “Os erros relativos ao Estado e relativos à Igreja”. Pio IX condena o pensamento laico, pois o laicismo afirma que a igreja não é perfeita nem livre. Por isso, os anticlericais pensavam que competia ao poder civil determinar os direitos da igreja e os limites dentro dos quais podia exercer seus direitos. O Estado, por ser fonte e origem dos direitos, goza de um direito totalmente ilimitado. Em caso de ocorrer conflito entre as leis civis e espirituais deve prevalecer o direito do poder político.

Nesta encíclica, Pio IX expõe as principais idéias educativas do laicismo e as condena. Segundo o pontífice os anticlericais afirmam que a direção total das escolas públicas deve ser entregue à autoridade civil. E deve ser entregue de tal maneira que nenhuma outra autoridade tenha direito de intervir na disciplina das escolas, no regime de estudos, na eleição e aprovação dos professores.

Em termos genéricos, para o pontífice, o pensamento laico propunha que o Estado exigisse que as escolas públicas e os estabelecimentos públicos destinados ao ensino das letras e das ciências e à educação da juventude, organizem-se à margem de toda autoridade da Igreja.

Para Pio XI “la educación no es una obra de los individuos, es una obra de la sociedade. Ahora bien, tres son las sociedades necesarias, distintas, pero armónicamente unidas por Dios, en el seno de las cuales nace el hombre: dos sociedades de orden natural, la familia y el Estado; la tercera, la Iglesia, de orden sobrenatural” (PIO XI, 1929, p. 531).

O documento de Pio XI supera a fase da crítica ao propor um projeto educativo. Para Pio XI quem deve cumprir o labor educativo são: a Família, a Igreja e o Estado. De acordo com a encíclica, os direitos educativos da família, conferidos diretamente por Deus aos pais, são anteriores ao direito do Estado. O mandato educativo da igreja, derivado de um papel especial dada por Deus e da maternidade natural daquela, é superior ao mandato do Estado. E o direito jurídico do Estado para intervir no ensino foi atribuído por Deus. A questão colocada é a quem compete educar? Segundo Cury, a hierarquia católica acreditava que “à Igreja compete educar porque recebeu esta missão de Jesus Cristo a fim de elevar o homem da natureza à graça. No ensino do dogma e moral ela é infalível e deve gozar da mais completa autonomia e autoridade. Nesta missão a Igreja tem o direito de, em qualquer lugar ou instituição, vigiar pela educação moral e religiosa de seus fiéis batizados” (CURY, 1988, p. 57-58).

A Família e o Estado têm suas funções educativas garantidas na ordem natural. Já a Igreja possui um papel educativo de ordem sobrenatural. Segundo o documento, a tarefa educativa da Igreja está justificada por dois títulos jurídicos: o mandato expreso do Salvador e a maternidade sobrenatural da Igreja. São, por conseguinte, direitos da Igreja em matéria de educação, a plena independência e liberdade de magistério; o poder de usar e julgar as disciplinas do ponto de vista de sua conformidade ou desconformidade com a reta moral; o direito de promover a cultura em harmonia com as legítimas disposições do poder civil. A tarefa educativa da Igreja é universal no tempo e no espaço, isto é, compreende os fiéis e os infieis.

O papel educativo da família é anterior e superior ao papel do Estado e está subordinado ao fim último da prole, quer dizer, a lei divina natural. A função educativa da família concorda perfeitamente com o mandato da igreja. Para os

católicos, afirma Cury, “a criança é membro antes da família que da sociedade civil. Viola-se a lei natural quando se impede aos pais a sua missão educadora. Os pais sendo indispensáveis para a sobrevivência da criança infundem nela, ao lado da manutenção vital, princípios éticos e religiosos” (Ibid, p. 58).

Para o pontífice, a família cristã foi o ambiente educativo mais eficaz e duradouro. Entretanto, a educação doméstica sofre atualmente uma lamentável decadência do seu papel formativo. A Igreja é, também, um importante ambiente educativo. Ela e a família constituem um único ambiente de formação humana. Para o pontífice “la misión educativa de la familia concuerda admirablemente con la misión educativa de la Iglesia, ya que ambas proceden de Dios de un modo muy semejante” (PIO XI, 1929, p. 540).

Pio XI estabelecia que a tarefa educadora pertencia à Igreja “por dos títulos de orden sobrenatural, exclusivamente conferidos a ella por el mismo Dios, y por esto absolutamente superiores a cualquier otro título de orden natural” (Ibid, p. 532).

A tarefa educativa do Estado tem sua justificativa na autoridade que ele possui para o bem comum. A Igreja Católica acreditava que não deixava lacunas no processo educativo. As lacunas eram deixadas pela família, uma instituição que estava na ordem natural e que vinha passando por um período de crise. De acordo com a hierarquia católica, a Igreja estava livre da possibilidade de cometer erros, pois era uma instituição sobrenatural. Nestes termos, os católicos expressavam a necessidade da escola, pois “os pais desejosos de uma educação integral para os seus filhos, confiam, ou melhor, delegam à Escola parte da competência familiar, buscando nela um auxílio em sua tarefa formadora das novas gerações” (CURY, 1988, p. 58). O Estado ao atuar no campo educativo deveria zelar pelos princípios da família e principalmente pelos valores da Igreja Católica. Ou seja, a igreja não se contrapunha às iniciativas do Estado no campo educativo. Ele poderia criar instituições educativas, desde que preservasse os direitos dos católicos. Segundo Cury, para os católicos “o Estado tem por missão essencial, não subverter, mas desenvolver a natureza do homem, acatar a hierarquia das faculdades e cooperar com a Família e a Igreja, pela Escola na expressão integral das atividades físicas, intelectuais, morais e religiosas de suas gerações” (Ibid, p. 58-

59). A igreja não aceitaria a possibilidade de perder o seu espaço nas instituições educativas, na sociedade moderna. Neste sentido, ela vai implementar uma série de ações com o fim de manter-se presente no cenário cultural do mundo moderno.

Para Pio XI a educação da juventude está, atualmente, ameaçada por novos e poderosos perigos: literatura obscena, cinematografia comercial. Segundo as diretrizes gerais do documento, o projeto formativo católico deve visar a formação do ser humano para a vida presente e para a vida eterna. Em outros termos, formar um bom cristão é formar ao mesmo tempo um bom cidadão.

De acordo com o documento, é necessário desde a infância corrigir as inclinações desordenadas e fomentar as tendências boas e, sobretudo, tem que iluminar o entendimento e fortalecer a vontade com as verdades sobrenaturais. Segundo Pio XI, “la educación cristiana comprende todo el ámbito de la vida humana, la sensible y la espiritual, la intelectual y la moral, la individual, la doméstica y la civil, no para disminuirla o recortarla, sino para elevarla y perfeccionarla según los ejemplos y la doctrina de Jesucristo” (PIO XI, 1929, p. 572). Na interpretação de Cury, para o pensamento católico da época “esta missão não provém de uma concessão humana, é um direito divino e um direito natural dada a teologia das ações humanas. Entende-se que, pela natureza das coisas, a educação não pode abstrair da Religião e tal legado é legitimamente preenchido pela Igreja Católica, de tal forma que sendo ela a porta voz do Reino de Deus, esta mesma missão se estende inclusive aos não-fieis” (CURY, 1988, p. 58). Nestes termos, para o grupo católico “o banimento de Deus da sociedade e da escola por qualquer Estado, significa a injustiça e opressão das consciências naquilo que de mais profundo elas possuem” (Ibid, p. 58).

No Estado do Paraná, a imprensa católica expressava com clareza o que foi exposto por Pio XI a respeito da educação da juventude, através do jornal O Luzeiro que faz referência aos princípios católicos fundamentais sobre educação, sintetizados pelo Cardeal Mercier – chefe da União Internacional de Estudos Sociais. O documento denomina-se “A Família e a Educação”, no qual se sinaliza para um projeto formativo integral quando afirma que “a criança tem o direito a formação física, intelectual, moral e religiosa” (O LUZEIRO, abr./maio.1938, p. 07).

Para os católicos, a tarefa de formação integral do indivíduo está reservada à família, à Igreja e ao Estado. O documento assevera que “aos paes incumbe a obrigação de proporcionar-lhes esta formação. Devem ser protegidos nos seus esforços para cumprirem esse dever. São culpados quando não cumprem, ou cumprem com insufficiencia seu papel de educadores. Lezam os direitos da creança, direitos tanto mais sagrado quanto o sujeito delles não está em estado de por si mesmo, fazel-os valer (Ibid, p. 07).

As conclusões do documento ensejam para a idéia de que a família não consegue individualmente cumprir a sua tarefa. Neste caso, cabe à escola contribuir para a correta formação dos indivíduos. Em relação a este aspecto “deduz-se dos factos que a mais das vezes os Paes não podem assumir por si próprios, em todas as suas minúcias, a tarefa absorvente de completar o trabalho de educação e instrucção da creança. A escola tem por fim completar a acção educativa dos Paes e de supril-os, tanto quanto necessário, no ensino. O professor é, logo, por sua funcção, delegado dos paes” (Ibid, p. 07).

Os direitos de educação atribuídos à família e à escola não devem estar desvinculados da proteção da Igreja Católica e do Estado. Neste aspecto, afirma-se que “os direitos dos Paes e os dos mestres, que os suprem, não são, portanto, absolutos. Harmonizam-se com os direitos da Igreja e com os do Estado. A Igreja tem, em matéria de ensino, direitos que lhes vêm de seu divino Fundador: Ide, disse elle, ensinae a todas as nações, ensinando-lhes a guardar tudo que em vos ordenei” (Ibid, p. 07).

No que diz respeito ao papel da Igreja no processo educativo das novas gerações, o documento estabelece que:

A Igreja tem o direito de ensinar, por si mesma, todas as verdades religiosas, bem como matérias philosophicas, históricas, sociaes, apparentadas com o dogma e a moral. Quanto aos outros conhecimentos, a Igreja goza do direito de comunicar a outrem o que é verdade, e, para este fim, fundar escolas de todos os grãos, elementares, médias e superiores. A mais, ella tem o direito de certificar-se de que o ensino das matérias apparentadas com o dogma e a moral, e mesmo de matérias profanas, quando leccionadas por professores que são de sua escolha, não offendam de maneira alguma as verdades religiosas de que é guarda (Ibid, p. 07).

No que tange ao dever do Estado, o documento expressa-se que ele está “encarregado do bem commum, da ordem temporal, não se póde desinteressar da boa educação dos membros da sociedade civil, tem, em materia escolar, deveres e direitos de protecção e de fiscalização. Elle deve fazer o esforço necessário, principalmente apoiando a iniciativa privada, para que as escolas sejam postas em toda a parte á disposição dos paes” (Ibid, p. 07).

O documento propõe que “a aliança dos poderes educativos: família, escola, Igreja, Estado, profissão, é a condição primordial da ordem social. A aliança suppõe que em toda escola, fundada quer pela família, pela Igreja, pelo Estado, ou pela profissão, todos os poderes legítimos possam preencher seus deveres e exercer seus direitos. (Ibid, p. 07).

Este programa educativo pensado pela hierarquia da Igreja Católica deve ser compreendido dentro do contexto de reação ao ideário laicizante da sociedade moderna. Com a intensificação dos debates em torno de uma pedagogia laica, a Igreja Católica implementa o seu projeto cultural, com o fim de criar modos de vida, de pensar e de agir bem como investir em instituições de formação e em projetos de educação da juventude baseados nos princípios romanizadores. Este ideário postulado pelas encíclicas, particularmente a de Pio XI e pelo documento da União Internacional de Estudos Sociais, que tem sua sede na Bélgica, estará presente nas discussões dos intelectuais católicos leigos na capital da República, bem como na capital do Estado do Paraná. O objeto deste capítulo é analisar as iniciativas implementadas no campo educativo pelo laicato católico e as suas idéias formativas.

2.1 O DIREITO DE ENSINAR A RELIGIÃO CATÓLICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

O grupo católico compreendia que a educação seria um dos principais elementos para dar rumo ao futuro da sociedade. O laicato católico em um pronunciamento afirma que “a educação do povo, diz o insuspeito Michelet, só a educação, é bastante para redimir e salvar um paiz” (CRUZEIRO, 20 set. 1931, p. 01). A partir desta referência, o grupo expõe que “a missão jornalística será agora e sempre,

exclusivamente educativa – missão que falhou na Primeira Republica e se vae relegando ao canto do esquecimento nesta Segunda fâse que se mostrou promissora á uma mais perfeita renovação de costumes (Ibid, p. 01).

A referência a Michelet indica que o grupo católico entendia o seu projeto a partir das intervenções no campo educativo. O laicato católico não escrevera tratado pedagógico, pois esta questão não o interessava diretamente, mas pensava o projeto romanizador da Igreja Católica a partir da formação intelectual e moral da juventude. Em outros termos, os intelectuais católicos leigos não eram pedagogos, isto é, não tinham a finalidade de discutir *stricto-sensu* o projeto pedagógico. Não obstante, discutiam pedagogia com o interesse de defender as idéias católicas. Naquele momento histórico, os grupos que disputavam os espaços públicos para intervirem no campo cultural, acreditavam que eram portadores de uma tarefa formativa. Portanto, quando se fala em projeto do laicato católico não é possível não pensar no seu projeto formativo. A partir da referência a Michelet, a elite intelectual católica afirma que uma das suas formas de intervir no campo educativo é a imprensa.

O grupo católico no Paraná elaborou duas estratégias para divulgar a necessidade da formação religiosa nas escolas públicas: o recurso da exemplaridade e a afirmação de alguns conceitos. A primeira estratégia consiste em demonstrar exemplos de outros Estados do Brasil que implantaram a educação religiosa nas escolas públicas. A segunda trata-se da definição de determinados conceitos importantes para sustentar o retorno do ensino religioso nas escolas oficiais ou o papel do catolicismo no processo de construção da nação. Dito de outra forma, o laicato católico discutia entre si os conceitos de liberdade de consciência, de educação, de instrução com a finalidade de expor as razões para o retorno do ensino religioso para as escolas públicas brasileiras/paranaenses.

O periódico A Cruzada refere-se a Minas Gerais como o grande exemplo a ser imitado, pois determinou que “nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado, é permittida a instrucção religiosa, dentro do horario escolar, por um espaço de tempo nunca superior a cincoenta minutos por dia, e não mais de tres vezes por semana” (A CRUZADA, nov. 1929, p. 325).

Esta postura de recorrer ao recurso da exemplaridade tornou-se comum a partir das derrotas que os católicos passaram a sofrer nas Conferências Nacionais de Educação. Nestes eventos eles apresentavam teses que propunham a necessidade da educação religiosa nas escolas públicas. Essas teses não foram aprovadas nas Assembléias ou receberam votos favoráveis após modificações substantivas. A esse respeito afirma Carvalho: “o fracasso da tentativa do grupo católico de incluir a formação religiosa no currículo escolar foi compensado por estratégia que consistiu na apresentação de moção de aplauso ao governo de Minas por medida, que acabara de tomar, permitindo o ensino religioso nas escolas públicas primárias, no horário escolar, sem caráter obrigatório” (CARVALHO, 1998, p. 334). Essa é uma estratégia que usaram para convencer os brasileiros da necessidade da religião no processo de constituição da nação brasileira.

O fato de os católicos apresentarem a moção de apoio ao ato do governo de Minas não implica que o catolicismo conseguiu derrotar o laicismo nos órgãos públicos da sociedade brasileira. Para Carvalho o retorno do ensino religioso nas escolas oficiais não garantia a vitória dos católicos sobre os anticlericais, pois “confinado no âmbito de uma disciplina facultativa, o ensino religioso tinha um papel marginal na formação que a escola viesse a ministrar” (Ibid, p. 335). A autora sugere que, mesmo que o ensino religioso fosse estendido aos demais Estados da Federação não implicava na vitória do catolicismo. Os católicos sabiam disso, ou melhor, tinham conhecimento de que havia uma questão mais complexa, a necessidade de vigiar o laicismo, cuidando para que não avance nas esferas públicas. Essa situação aparece quando Carvalho afirma que “a defesa do patriotismo católico implicava vigilância contra o avanço de valores leigos que se insinuavam por frentes diversas, deslocando a questão religiosa para o campo mais amplo” (Ibid, p. 335). O que os católicos pretendiam não era apenas o retorno do ensino religioso nas escolas públicas, mas a formação de uma pátria sustentada integralmente nos valores católicos. A educação religiosa retornando nas escolas públicas significava uma vitória limitada.

A Igreja Católica esboçava, de maneira clara, a sua preocupação com o ensino religioso no Estado de Minas Gerais, em 1925, na Carta Pastoral de D. Antonio dos

Santos Cabral intitulada “A Igreja e o Ensino”. Neste documento há uma intensa preocupação em relacionar o ensino e a igreja, enfatizando o seu papel no processo de formação do ser humano.

O prelado apresenta uma série de exemplos com o objetivo de mostrar ao leitor como a igreja tratou a questão educativa ao longo da Idade Média, na Europa, e a partir do século XVI, no processo de colonização do Brasil, enfatizando de modo específico o seu papel no Estado de Minas. Não obstante, a sua preocupação se dirige ao momento presente, pois a hegemonia cultural da igreja católica estava sendo questionada pelas instituições de ensino confessional não católicas e públicas quando estas excluíram o ensino religioso de seus currículos. Neste sentido, D. Cabral convoca a sociedade mineira e, particularmente, o clero, para iniciar uma ação em defesa do ensino católico. Para tal intento foi criada a “Sociedade de Educação e Ensino”. Em relação a esta ação, assim se expressava D. Cabral: “associemo-nos, congrademo-nos por esta nova instituição que se consagra a prestigiar em todos os sentidos, a grande e bemfazeja obra de educação e ensino nesta Archidiocese” (CARTA PASTORAL, 1925, p. 17). Segundo o Estatuto, esta associação cumpria os seguintes fins: “disseminar, coordenar e dirigir a instrução religiosa, intellectual e civica da juventude catholica, em escolas primarias, secundarias e profissionais, na circumscrição da Archidiocese de Bello Horizonte; e cooperar para o exito da missão educativa do Estado” (Ibid, p. 27).

A proposta educativa deste prelado postulava a necessidade de se investir na formação da fé, do patriotismo e do sentimento familiar. Estes três elementos sintetizam o ideário que perpassava o que D. Cabral chamava de cruzada educativa. A passagem deste documento que melhor assinala esta idéia é a seguinte: “nella se entrelaçam sabiamente os mais lidimos interesses da Religião, da Patria e da Familia. Estes tres formosos ideaes synthetizam toda a vida christã” (Ibid, p. 22). Esta postura indica como a Igreja procurou restabelecer as alianças entre o poder eclesiástico e o poder civil no Estado de Minas Gerais à medida que buscava colaborar com o Estado Republicano no processo de organização de uma sociedade civilizada, enfatizando a necessidade de uma educação baseada na fé e na moral católica.

Além de apresentar o exemplo do Estado de Minas Gerais, onde o ensino religioso passou a fazer parte do currículo escolar, o grupo católico discutia e propunha as razões para o retorno da educação religiosa nas escolas públicas paranaenses.

Um dos elementos que perpassam as discussões entre Igreja Católica e defensores do ensino laico é a liberdade de consciência. Para os católicos há equívocos quando:

Mobilizam-se os acatholicos brasileiros para abrir luta contra a iniciativa de alguns prelados nossos, visando um honroso acordo entre a Igreja e o Estado, para o bem comum. Os adversários indignos do catholicismo levantam o seu brado de protesto em nome da liberdade de consciencia. Não querem Deus nas escolas, não querem Deus nos quartéis, não querem Deus nos tribunais, não querem Deus. Em outros termos querem uma educação atheia, querem um exército atheu! Santo Deus, e tudo isto em nome da liberdade de consciencia! (A CRUZADA, 04 maio 1931, p. 01).

Esta passagem retrata os investimentos que a hierarquia da Igreja Católica no Brasil fez com o fim de reaproximar-se do Estado. É preciso reafirmar que, com a República, a Igreja perdeu alguns privilégios como o direito de ensinar a religião nas escolas públicas. Para retomar estes privilégios a Igreja Católica procurou eleger/apoiar governantes que se comprometessem com seus interesses e organizou a Ação Católica. Na instância política a Igreja criou a Liga Eleitoral Católica, em 1933, com o fim de apoiar e eleger dirigentes políticos que dos espaços públicos ocupados lutassem em defesa de seus interesses. Segundo Cury, “a Igreja Católica, através de D. Leme, obediente às encíclicas papais, não fundou um partido político católico, com vistas aos seus interesses imediatos de inclusão das ‘emendas religiosas’ na Constituição. Optando por um esquema direto de pressão sobre os partidos, ou melhor sobre os candidatos dos partidos, fundou a LEC” (CURY, 1988, p. 114). De acordo com o autor os motivos que moveram D. Leme circunscrevia que “a Igreja Católica, entendendo que só as exigências religiosas moveriam os homens e não as exigências políticas, criou a LEC com o objetivo de captar considerável soma de poder político para si, sem que isto representasse uma quebra com seus princípios doutrinários” (Ibid, p. 114). Os candidatos que apoiassem os projetos dos católicos recebiam a aprovação

por parte da LEC. Conforme o autor “a extensão da LEC abrangeu toda a Nação e mostrou a força da Igreja na época” (Ibid, p. 114).

No campo educativo ela criou a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), criada em 1933, com o objetivo de se contrapor à ABE e defender os projetos formativos católicos. Antes de 1933, os católicos estavam presentes na própria ABE. De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho, “a campanha cívico-educacional promovida pela ABE nos anos 20 amalgamou dois projetos nacionalistas diversos. Um deles, católico, muito próximo ao da formulação de Jackson de Figueiredo, enfatizava o papel das ‘elites’ na construção de um nacionalismo a partir do ‘sentimento patriótico’” (CARVALHO, 1998, p. 42-43). O outro projeto a que se refere a autora diz respeito ao grupo que se chamava de renovador. O grupo católico sustentava do interior da ABE que “o catolicismo é a força de ordem moral e religiosa que arregimenta todas as forças do país. Em outros termos: o catolicismo é o cimento da ‘unidade nacional’” (Ibid, p.43). No início dos anos trinta o grupo católico perde força dentro da ABE. A partir de então decide criar a CCBE. Segundo Carvalho, “em dezembro de 1932, o grupo católico abandonou em massa a ABE. Sua força vinha diminuindo consideravelmente desde o final de 1931, quando na Assembléia Geral de outubro Anísio Teixeira e Carneiro Leão tinham sido eleitos presidentes” (Ibid, p. 71). As razões deste abandono são abordadas pela autora: “o lançamento do Manifesto dos Pioneiros, em meados de 1932, que a imprensa noticiara ser apoiado pela Associação; o movimento por uma reforma dos Estatutos que organizasse a ABE nacional; a repolitização da questão educacional no Conselho Diretor, a crescente oposição dos católicos a Anísio Teixeira como Diretor Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro e a proximidade da Constituinte” (Ibid, p. 71).

A ABE congregou nos anos vinte na sua grande maioria os intelectuais católicos. Grande parte dos pensadores que se denominavam de renovadores participavam das conferências nacionais, mas não chegaram a integrar aquela instituição. Esta idéia está presente em Carvalho: “se, de fato, parcela deste grupo teve razoável participação nas Conferências Nacionais de Educação, a maior parte dele não integrou a ABE. Esta não chegou a ser, durante a década de 20, uma Associação

nacional, tendo existido apenas e funcionado como ABE o Departamento carioca da entidade. Este Departamento congregou número significativo dos católicos que seriam adversários dos mesmos Pioneiros” (Ibid, p. 31). A ABE congregou um grupo que se intitulava demiurgo da sociedade. Nesta direção afirma a autora: “na ABE, um grupo de intelectuais se auto-representou como ‘elite’ que se auto-incumbiu de organizar o país. Construiu, portanto, representações de seu outro – ‘o povo’- que programou moldar segundo seus desígnios particulares” (Ibid, p. 39). Neste espaço cultural os grupos identificavam “na educação seu instrumento principal como recurso de moldagem do ‘povo’” (Ibid, p. 42). Os intelectuais, ao atribuírem a si mesmos a missão de organizar os projetos para salvação da nação, postulavam que a educação consistia em um poderoso instrumento de formação moral e cívica da população. Era necessário implementar um projeto de formação da nacionalidade, e para isso “se propôs a escola como instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas” (Ibid, p. 44).

Estes exemplos mostram que a postura da Igreja Católica ao longo do período republicano não foi de passividade, mas sim de organização política e intelectual. Esta posição lhe garantiu, mesmo neste sistema que se dizia laico, a preservação de determinados direitos, entre os quais destacamos a garantia dos seus bens e a liberdade de ação. Ao contrário da República Francesa, o regime republicano no Brasil poupou os bens da Igreja Católica. Além disso, com o novo regime, a igreja passou a ter mais liberdade, pois no antigo sistema ela estava subordinada ao poder civil. A igreja acabou perdendo alguns privilégios como a laicização dos cemitérios e a exclusão oficial do ensino religioso das escolas públicas. Não obstante, ela reage com a intenção de recolocar o ensino religioso e a sua doutrina no interior das instituições oficiais.

No Paraná, a estratégia de aproximação entre o poder religioso e o poder civil resultou em conquistas para a Igreja. Segundo Romário Martins (1939), houve investimentos públicos na construção de escolas confessionais no Paraná, no governo de Francisco Xavier da Silva. Além disso, conforme as nossas fontes, no governo de Caetano Munhoz da Rocha, houve uma série de financiamentos públicos para obras da Igreja Católica. O clero brasileiro se pronunciava contra os grupos que defendiam uma

República totalmente livre do poder da Igreja. A hierarquia não pensava em acabar com o sistema republicano, mas em contrapor-se àqueles que defendiam uma República desvinculada do poder eclesiástico e das instituições católicas. A igreja pretendia manter-se presente na República do Brasil e para isto ela precisava organizar-se, investindo na criação de escolas, de faculdades, de centros de cultura, e de jornais e revistas.

Para a Igreja Católica, implementar uma escola laica significava perder espaços na sociedade moderna. Portanto, não se tratava, simplesmente, de incluir ou excluir o ensino religioso nas escolas, mas sim de preservar espaços para si no cenário cultural brasileiro/paranaense. Os católicos afirmavam que o presente estava passando por uma séria crise moral. Essa é uma postura comum entre os diversos grupos que estavam em disputa no cenário cultural brasileiro/paranaense. Essa situação está presente na obra de Carvalho: “o presente é reiteradamente condenado e lastimado, sendo caracterizado de modo a fundamentar temores de catástrofes iminentes, que atingiriam o país se a campanha não obtivesse os resultados desejados” (CARVALHO, 1998, p. 140-141). Ao contrário, sugere a autora, “o futuro é insistentemente aludido como dependente de uma política educacional: futuro de glórias ou de pesadelos, na dependência da ação condutora de uma ‘elite’ que direcione, pela educação, a transformação do país” (Ibid, p. 141). Esta postura discursiva aparece entre o laicato católico paranaense, quando este afirma que a religião católica é o elemento necessário para a restauração da nação. O grupo usa essa retórica como recurso para sensibilizar a população. É interessante observar que a responsabilidade pelas diversas crises do momento presente estava no grupo que dirigia a sociedade. Esta situação está posta pela ABE quando afirma que “não cabe ao analfabetismo a culpa do atraso, do desgoverno, da anarquia, e dos muitos males que afligem nosso país, antes são mais nocivas, culpáveis e condenáveis as elites mal preparadas que nos governam e as legiões sempre crescentes de semi-analfabetos que as sustentam” (Ibid, p. 148).

Os grupos que disputavam os espaços das diversas instituições privadas e públicas no Brasil e no Paraná postulavam elementos comuns, entre os quais destacamos, o reconhecimento de que uma elite intelectual deveria dar as diretrizes

para a sociedade, a crença que era preciso formar a nacionalidade e a expectativa de que a educação seria o grande instrumento de moldagem dos brasileiros. Não obstante, esses grupos propunham medidas diferenciadas para alcançar essas metas. Os católicos acreditavam que a religião seria o instrumento fundamental para a constituição da ordem brasileira. Os anticlericais negam esse poder concedido a religião e postulam que a sociedade poderá se estruturar a partir de uma racionalidade laica. É neste âmbito que se dá o embate entre o grupo católico e o grupo anticlerical. O grupo católico acreditava que o futuro consistia no retorno dos elementos religiosos que no passado estiveram presentes na sociedade brasileira e que no presente foram excluídos das esferas públicas. Neste sentido, afirma Carvalho que os católicos visavam o “resgate de um ‘Brasil unido’, legado de antepassados guardiães da Ordem, que a Federação e a ‘ilusão de conquistas democráticas’ ameaçavam desmembrar” (Ibid, p. 310).

O grupo católico questionava o significado que os anticlericais davam ao termo liberdade de consciência. Para aqueles era um equívoco expulsar Deus das escolas em nome da liberdade de consciência. O laicato católico afirmava “sois livres para continuardes com os olhos fechados ante a luz da verdade, para continuardes na triste faina de propagar os vossos erros lamentáveis, para continuardes a seduzir os incautos que se deixam apanhar nas malhas das vossas falsidades. O que tão enfatuadamente pretendes em nome da liberdade de consciência é o mais ousado attentado á liberdade de consciência de uma nação catholica (A CRUZADA, 04 maio 1931, p. 01).

Em nome da história católica do Brasil, o grupo católico defende o direito da permanência das idéias católicas no interior das escolas e de outras instituições. A Igreja Católica elege o fato de estar presente no processo de colonização do Brasil, o que segundo seus pensadores – faz desta nação um lugar católico – para defender a permanência de suas idéias.

Neste mesmo artigo, o grupo católico aprofunda o argumento histórico dizendo que “quase a totalidade da nação brasileira é catholica, e como tal assiste-lhe, o sagrado direito de ter o governo catholico. Negar-lhe este direito, como

inconscientemente o fazeis, constitue uma agressão insolita á liberdade de consciencia de todo o povo (Ibid, p. 01).

Para os intelectuais católicos leigos é inconcebível ter governantes que defendam idéias laicas numa nação onde a maioria professa o catolicismo. Os católicos pensam o termo liberdade de consciência como expressão da vontade da maioria. Para eles, o que os anticlericais pregam como liberdade de consciência é o ideário de um reduzido número de pessoas. No seu entendimento, isto não é liberdade de consciência, mas um atentado, na sua denominação, à verdade. O grupo condena a separação entre nação e governo.

Segundo Cury, os católicos acreditavam que “sendo a maioria da nação, mantém o erário público do Estado. Por isso abrir escolas a todos e impor o laicismo é uma injustiça material e incomparável com a consciência religiosa das famílias. A continuidade religiosa do lar deve ser garantida pelo Estado na escola pública” (CURY, 1988, p. 161). Mais do que isso assegura o autor, o grupo católico julgava que: “a coexistência do laicismo nas escolas oficiais com o ensino religioso nas escolas privadas é duplamente injusto: primeiro, porque o ensino religioso é direito intangível das consciências e garantia para a vida moral do país. Segundo, porque oneraria duplamente a maioria católica, que além de custear a escola pública pelos impostos, deveria arcar com o ônus do ensino privado a fim de estar em paz com a sua consciência” (Ibid, p. 161). Para os anticlericais, “o argumento de ‘maioria católica’ não é convincente, especialmente caso se vier a considerar os aspectos conscientes e qualitativos da opção religiosa por parte do grande número dos que se dizem católicos” (Ibid, p. 161).

O grupo católico afirma que “será um dever da futura constituição reconhecer e prestigiar a igreja Catholica. O governo brasileiro, em seu proprio interesse, deve professar a religião catholica, porquanto um Estado que não reconhece os direitos de Deus e que terá aos seus olhos subditos a esperança da felicidade eterna, cava a sua ruina. (A CRUZADA, 04 maio 1931, p. 01-02).

O laicato católico qualifica os anticlericais de seguidores de seitas e de filosofias descomprometidas com a verdade. Para eles estes pregadores de idéias

anticatólicas não devem ser considerados, pois estão propagando o distanciamento da verdade. Para ele, ao contrário, a Igreja Católica é possuidora da verdade. As palavras destes jornalistas, defensores da doutrina católica, procuram construir uma imagem negativa dos anticlericais. Esta passagem aponta para a natureza da disputa que se travava entre estes grupos. Pouco importava se este escrito retratava, de fato, o grupo anticlerical.

Segundo Cury, os católicos acreditavam que “a adoção da escola leiga, num país católico, é a adoção da escola anti-católica e fere os princípios do próprio liberalismo que o Estado defende. Nesse caso, a família católica é ofendida e sua consciência é obrigada a fundar escolas particulares, a fim de salvaguardar os interesses do ideal religioso. A neutralidade só existe na teoria, na prática, ela cai no laicismo pedagógico. E escola sem religião equivale a escola contra a religião” (CURY, 1988, p. 154). A religião católica atribuía a si mesma a missão de formar os indivíduos com a finalidade de salvar o Brasil. As palavras de Cury reiteram que os católicos “conscientes de que possuem estes princípios pedagógicos e a verdadeira concepção de vida, o catolicismo sistematizado, assumido conscientemente e usando os meios disponíveis, haverá de ser a força espiritual e material capaz de salvar o Brasil do individualismo liberal e do comunismo ateu” (Ibid, p. 150). De maneira sintética podemos dizer que “tal era o grande objetivo do grupo católico no seu afã de ‘re-cristianizar’ o país, preparando elites intelectuais e posteriormente outras, capazes de influir no sentido das metas católicas” (Ibid, p. 150).

A natureza dos pronunciamentos do grupo católico no que diz respeito ao seu projeto formativo era educar para Deus e para a Pátria. Em nome deste lema os intelectuais católicos leigos agiam com a finalidade de disseminar a doutrina católica e manter os privilégios para a Igreja. Não estavam interessados somente em salvar a nação dos domínios dos anticlericais e preservar o nome de Deus na sociedade brasileira, mas principalmente em estabelecer alianças com as autoridades políticas a fim de preservar espaços para a instituição material, denominada Igreja Católica. Não era exatamente a Pátria e Deus que estavam sendo ameaçados na sociedade moderna, mas a Igreja Católica.

No editorial da revista “A Cruzada” o laicato católico expõe que “liberdade é a faculdade que tem o homem de governar e dirigir as suas ações” (A CRUZADA, 21 jul. 1931, p. 01). Não obstante o grupo assevera que:

Há os seus excessos, há os seus desvios, suas interpretações viciosas, que estragam por completo a noção desta faculdade do espirito humano. Desde o século XV que os inimigos do Christo tem empregado todo o poder e toda a força desta palavra com o fim exclusivo de aluir os fundamentos da Igreja. A renascença procurou restaurar o paganismo nas artes, nas sciencias e nas letras. A Reforma, quebrando a unidade christã, intentou paganizar a ordem religiosa que existia. A Revolução, em nome da liberdade, afogou a França em caudales de sangue, para erigir a prepotencia pagã do Estado sobre a ordem moral. O socialismo vem introduzir a barbarie dos povos inferiores entre as nações civilizadas. E o bolchevismo renega todas as conquistas passadas e reduz a sociedade e uma comunidade de selvagens, que nada organizam, porque disto são incapazes. Hoje vê-se a humanidade devorar-se a si mesma em lutas fraticidas entre os povos e competições de classes. E porque? Porque se afastou do espirito christão. A religião foi banida de todas as esferas da actividade humana; a soberania do povo substituiu a de Deus; as constituições e os codigos renegaram de todo o espirito do catholicismo – por isso a sociedade caminha para as bordas da subversão (Ibid, p. 01).

Para a elite intelectual católica leiga, os movimentos citados conceberam o termo liberdade de forma equivocada, pois, em última instância, visavam combater a Igreja Católica. Os católicos relacionam o pensamento anticlerical com o ideário protestante europeu. Em relação a essa questão afirma Cury: “as matrizes do pensamento reformador [anticlerical] são provindas de países protestantes. Isto é, suas teorias não se identificam com a ‘alma católica’ do povo brasileiro e nem com a personalidade histórica do mundo sulamericano. O individualismo dissolvente da civilização espiritual origina-se no protestantismo” (CURY, 1988, p. 140). Este grupo expressa que “a verdadeira liberdade pressupõe uma legislação superior, uma força que cohiba os maus instinctos, e esta potencia espiritual é a lei divina, eternamente gravada na consciencia humana. A verdadeira liberdade consiste na actuação da vontade humana dentro das leis divinas (A CRUZADA, 21 jul. 1931, p. 01).

Para o grupo católico era preciso mostrar as pretensões do grupo contrário ao ideário da igreja e apontá-las como perigosas para a sociedade brasileira. Nesse sentido, toda iniciativa dos livres-pensadores era qualificada como uma afronta à liberdade de consciência e à verdade. É este tipo de pronunciamento que acompanha os escritos apresentados neste trabalho, pois visa repassar uma imagem negativa dos anticlericais e apresentar o seu programa como aquele que possui o papel de salvar o

Brasil dos erros que vem sendo cometidos pelos defensores de uma sociedade laica. Para o laicato católico, a própria história do Brasil, ou seja, a sua tradição, deve orientar os caminhos da sociedade no século XX. Com isso, eles querem sustentar a tese de que em um país, onde a maioria da população confessa o catolicismo como religião, as diretrizes para as organizações culturais, sociais, políticas, econômicas e educacionais deverão partir das idéias católicas. Eles se contrapõem aos grupos que defendem uma sociedade livre dos poderes da Igreja Católica e que anunciam a necessidade de um ensino laico. Para implementar o seu projeto, a Igreja Católica investe intensamente em projetos formativos. Nestes termos, defender a presença do ensino religioso nas escolas públicas é uma demonstração da permanência institucional da igreja na sociedade moderna.

Os católicos pronunciam-se a respeito da Associação Pró-liberdade de consciência que fora criada “com o fim, de, como representantes de instituições liberais e acatólicas, coordenar esforços e exercer uma acção conjunta e de combate á pretensão dos Bispos catholicos de São Paulo e de outros Estados, de introduzir praticas religiosas em actos de repartições do Estado, e reclamar a integral separação da Igreja do Estado e a mais ampla liberdade de consciência (A CRUZADA, 19 abr. 1931, p. 01).

O grupo católico afirma que:

Não passa de uma deslavada calúnia o que o tal comité attribue aos Bispo. Pela voz autorizada de um dos que tomaram parte na reunião realizada em São Paulo, elles não pretendem conseguir a separação da Igreja do Estado, a liberdade de consciência, de culto, etc. – o que querem é garantir a liberdade de consciencia para os catholicos sem o cerceamento das liberdades dos que não são. As demais aspirações dos catholicos são facultativas, de modo que não offendem os sentimentos de quem quer que seja (A CRUZADA, 19 abr. 1931, p. 01).

O grupo católico não tem interesse em mudar o regime republicano, mas garantir o seu direito de se expressar livremente. A Igreja quer preservar para si a liberdade de pensamento, do mesmo modo que reivindicam os livres-pensadores. Em outros termos, a Igreja quer garantir a formação religiosa católica nas escolas públicas. Para o grupo católico o Estado Republicano e a Igreja não são antagônicos. Isto aponta

que a Igreja estava interessada em salvaguardar o seu espaço na sociedade brasileira, e para isto fazia pronunciamentos aparentemente desinteressados.

Segundo Jamil Cury, as causas do desmoronamento da sociedade são explicadas pelos católicos a partir da história. Eles explicam historicamente, “remontando de modo especial à Idade Média e às revoluções posteriores que paulatinamente deixaram de ouvir a voz da Igreja, não acataram as advertências vindas do Papa e não aceitaram mais a estrutura hierárquica da ordem das coisas” (CURY, 1988, p. 28). O autor assevera que os católicos acreditavam que “a Idade Média deixou-se informar e governar pelos princípios cristãos que por sua natureza são universais, equilibrados e harmônicos” (Ibid, p. 29). Esta ordem começou a ser desequilibrada a partir do Renascimento, da Reforma Religiosa e se acentuou no século XVII com a filosofia cartesiana. O abandono da tradição católica ocorreu de modo significativo no século XVIII, com o movimento iluminista. Nesse aspecto o autor afirma que os católicos acreditavam que “o movimento iluminista na base de todo racionalismo do século XVIII, fez da razão humana o centro de todo o universo. O racionalismo dos enciclopedistas, socialmente concretizado na Revolução Francesa, eliminou Jesus Cristo como mediador entre Deus e os homens” (Ibid, p. 33).

Esta idéia está presente no pensamento do laicato quando afirma que:

A voz da historia ahí está para demonstrar que as maiores compressões á liberdade de consciencia têm sido feitas em nome d’ella. Foi ella que levantou a guilhotina em França, por ocasião da revolução de 1789, que assassinou tantos homens, que obrigou o povo a adorar a – deusa razão – representada nos altares por uma meretriz. Foi ella que em França, com o governo de Combes e outros, expulsou as ordens religiosas para roubar-lhes os bens, e tirou aos paes a liberdade de confiar seus filhos a mestres de sua escolha. Foi em nome d’ella que no Mexico, em nossos dias, se commeteram as maiores atrocidades, e é ainda em nome della que o mundo assiste estarecido e desolado ás horrendas scenas que estão se passando na Russia, diante da Europa civilizada, que se conserva muda. Identicos vandalismos serão praticados pelos nossos livres pensadores, se tiverem á sua disposição alguma parte do poder publico (A CRUZADA, 19 abr. 1931).

Para os católicos, se o movimento laico negou a figura de Jesus Cristo, conseqüentemente, negou o papel da Igreja Católica que se pronunciava como mediadora entre os fiéis e Deus. A Igreja não concebia a idéia que a excluía da história humana. A negação do pensamento católico caracterizou na visão do grupo católico “a

autonomia do indivíduo em face da Igreja e do Estado. Abolindo a Igreja e a sua autoridade fez do Estado uma emanção da vontade dos indivíduos. Ensinando a neutralidade do Estado frente à Igreja, este Estado laico permitiu toda a liberdade de pensamento e toda a liberdade econômica, mantendo uma falsa harmonia entre os cidadãos” (Ibid, p. 33). Essa situação será condenada pelos católicos. Isto representa o recurso comum dos católicos, que consistia em desprezar o presente. Esse presente precisava ser representado como um caos e os responsáveis são os liberais que no século XX se intitulam de comunistas.

De acordo com Carvalho, os católicos do interior da ABE falavam “em ‘crise’, em ‘horas gravíssima’, designando-se algum enorme perigo que ameaçaria o país se a obra de civismo da campanha educacional não prosseguisse. Produzindo efeitos de catástrofe iminente, o discurso referendava, tornando-a inevitável, a obra de constituição do ‘povo’ brasileiro a que se propunham os intelectuais da ABE” (CARVALHO, 1998, p. 143). A solução para essa crise estava na religião. Em relação a isso afirma Cury: “dentro deste mundo em crise, onde tudo se desmorona, desde a Economia até a Moral, a Igreja se tem como única força organizada e estável existente sobre a terra, capaz de reimpor, pela sua disciplina, a ordem sobre a crise generalizada” (CURY, 1988, p. 37). O laicato católico ataca os livres-pensadores que negaram à Igreja Católica o direito do livre pensamento. Ele mostra que os anticlericais fazem a defesa da liberdade de consciência, mas não dão o direito de expressão aos católicos. Para o grupo católico, “a liberdade de consciência e de pensamento não é, nem pôde ser, privilegio dos inimigos da Igreja; nós catholicos, a queremos também para nós e procuraremos garantil-a contra os ataques dos que nol-a quiserem arrebatat (A CRUZADA, 19 abr. 1931, p. 01).

Se o grupo católico estava intimamente ligado ao campo pedagógico, é preciso dizer que o seu ideário educativo versava principalmente sobre a importância da formação religiosa, pois a formação moral, cívica e intelectual do indivíduo estava condicionada a ela. Esta perspectiva formativa está presente no artigo escrito por Roaldo Amundsen Koehler, bandeirante e diretor do periódico “O Alvor” ao afirmar que “a educação do lar completa-se pela educação escolar. O lar de hoje é o cinema, a

rua, o campo de futebol, onde a autoridade paterna não passa de ficção. E daí a importância enorme que adquire a escola em nossos dias (O ALVOR, 25 jun.1935, p. 01, grifo nosso).

O laicato católico expressava a importância da educação no processo de formação moral, religiosa, cívica e intelectual dos paranaenses. Esta preocupação estava presente entre os intelectuais católicos que integravam a ABE, que na sua maioria era constituída por pensadores da capital da República. Para a ABE, a escola era a “instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação patriótica” (CARVALHO, 1998, p. 44). Para os católicos existem três instituições responsáveis pela educação do ser humano, a Igreja, o Estado e a Família. De acordo com Cury, o grupo católico acreditava que “cada uma visa seu fim próprio através de seus próprios meios. As três são necessárias, distintas e unidas por Deus. Às três cabe a responsabilidade da educação em harmonia e cooperação” (CURY, 1988, p. 57). O papel da escola no processo educativo é prestar o seu serviço em harmonia com a formação dada na família. A esse respeito afirma Cury: “a Escola completa a família e é sua complementação natural. Neste sentido separá-las é prejudicar a pessoa humana. E a Escola, como continuação do lar, participa da natureza do Estado enquanto coopera com a formação física, intelectual, moral e religiosa da pessoa” (Ibid, p. 59-60).

No mesmo artigo do jornal “O Alvor” afirma que “intuito nosso outro não foi do que demonstrar a importância de sólida formação religiosa, base imprescindível para o aparecimento de uma geração forte, honesta, compreendedora de seus deveres, a mocidade que o Brasil necessita” (O ALVOR, 25 jun.1935, p. 01, grifo nosso).

O grupo católico entendia que a educação religiosa era uma necessidade para a formação das novas gerações. O seu argumento estava presente nos documentos de Roma, quando afirmavam que a educação escolar devia ser continuidade da educação familiar. Em relação a esta questão, o autor do artigo afirma que, hoje, a família não consegue mais educar os seus filhos como outrora. Ele aponta para os elementos modernos como responsáveis por esta mudança, como por exemplo, o teatro desmoralizador. Não era o teatro em abstrato o mal, mas peças que retratavam

concepções de mundo que, no julgamento dos católicos, eram imorais. Nestas circunstâncias, é preciso que a escola se responsabilize pela formação religiosa que visa dar a formação moral ao ser humano. É preciso dar ao povo brasileiro uma sólida formação religiosa. Essa tarefa é pensada e orientada pela hierarquia católica para começar pela formação de uma elite intelectual, isto é, de “cima para baixo”. Essa expressão quer dizer que o grupo acreditava que primeiro deveria constituir uma elite intelectual capaz de mobilizar através dos centros de estudos e dos cargos públicos um grupo defensor do catolicismo. E secundariamente repassar aos leitores os valores romanizadores. Eles criaram uma série de instrumentos, conforme Romualdo Dias, para atingir essa camada social. A necessidade premente era constituir um grupo capaz de lutar em defesa dos interesses da igreja. Essa realidade era sentida pelos católicos, segundo Cury, quando “reconhecem que não influíram nos destinos da nação desde a Constituição de 1891 e sua Reforma em 1926, porque não possuíam homens habilitados para tal. E a causa foi a falta de instrução natural, moral e religiosa da sociedade” (CURY, 1988, p. 61-62).

A contraposição ao ensino leigo e a defesa do ensino religioso nas escolas já estavam presentes nas discussões do laicato católico, em 1926. O artigo de Sá Nunes, então diretor da Escola Normal Secundária, extraído de sua fala feita aos seus colegas e alunos expressa que “faz hoje 35 anos que foi estabelecida, decretada e promulgada pelos representantes do povo brasileiro a Constituição da República dos Estados- Unidos-do-Brasil. Ela passa hoje por uma reforma que, por iniciativa do Congresso Nacional, muito profícua seria, se consultasse de verdade os interesses do povo brasileiro. Também a Constituição do Estado do Paraná ainda este ano será reformada” (A CRUZADA, mar. 1926, p. 04). Sá Nunes está apresentando aos seus colegas professores e aos alunos a perspectiva que surge no momento em que as Constituições serão reformadas. Para o grupo católico é um acontecimento ímpar, pois representa a possibilidade de ter a garantia do ensino religioso nas escolas.

A defesa do ensino religioso nas escolas está presente no editorial da revista “A Cruzada”, na qual o grupo católico relata que:

No primeiro Congresso de educação realizado na nossa capital vozes houve entre os que no ensino continuam a nobre Missão dos paes que se ergueram intrepidas e que apregoaram que na escola não só se ensina, mas se educa e que a verdadeira educação deve ter Deus por base e que num paiz catholico, entranhadamente catholico e que á Religião Catholica se ligam os seus feitos e a sua civilização, se deve fallar de Jesus e de sua doutrina (A CRUZADA, jan. 1928, p. 198-199).

O confronto entre os católicos e anticlericais se manifestava, na esfera nacional, de maneira assintosa na Assembléa Constituinte Nacional, criada em 1933, para discutir e redigir a Constituição de 1934. Segundo Cury, o grupo católico expunha na Assembléa Constituinte que:

O Ensino Religioso é o grande anteparo contra o comunismo; a criança não é propriedade do Estado, mas ela se liga ao 'pátrio poder'. Sendo a escola o complemento do mesmo, o Estado deve subsidiar esta complementação; o que os católicos pedem está de acordo com a definição de liberdade da filosofia 'perene'; o Estado, se não pode ministrar ensino religioso, não deve impedi-lo; o ensino religioso só no lar e no templo formaria 'homens duais'; a escola não é antítese da família e nem da Nação (CURY, 1988, p. 116-117).

Por outro lado, os anticlericais diziam que "o ensino religioso é tarefa do lar e do templo. A força da religião não deve valer-se do apoio do ensino público. A nação é republicana e democrática. O ensino religioso fere o princípio de igualdade perante a lei. Em nome da liberdade de todos, a maioria católica não pode impor sua religiosidade às minorias não crentes ou de crenças diferentes. (Ibid, p. 117-118).

Em artigo escrito na Revista A Cruzada, cujo título era "Neutralidade", o grupo católico afirma que "toda a nossa sciencia, todas as nossas artes – por maiores que sejam – não poderão jamais conduzir o nosso paiz ao verdadeiro progresso; não nos darão, em tempo nenhum, uma alta civilização moral, duradoura e digna de nós. Nossas escolas devem não só ensinar a sciencia, mas, sobretudo, formar caracteres (A CRUZADA, ago./set. 1930, p. 128-129).

Em 1928, o grupo católico manifesta-se a respeito do significado da ação da Primeira Conferência Nacional de educação realizada no Paraná pela Associação Brasileira de Educação: "honra lhes seja a esses que de frente erguida professaram sua fé numa assemblea em que estavam representados todos os Estados da Nação e prestaram ao nosso Brasil mais este beneficio, apoiando e disseminando um alvitre que, esperamos, ha de ser dentro em breve uma viva realidade, alvitre que se resume nesta palavras: Deus na escola. (A CRUZADA, jan. 1928, p. 199).

Estas palavras estão se referindo à Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba, em dezembro de 1927. Para o laicato católico este evento significava a possibilidade do seu projeto ser exposto entre a intelectualidade brasileira que estava interessada em discutir a temática educacional. Não obstante, segundo Carvalho, a Primeira Conferência “teve restrita participação de delegações estaduais, confinando-se preponderantemente ao círculo educacional paranaense. Caracterizou-se, comparada à Segunda, por não serem as teses nela defendidas ainda representativas de grupos ou tendências do movimento, mas apenas a expressão da posição de seus defensores” (CARVALHO, 1998, p. 64). De acordo com a pesquisa de Maria Auxiliadora Schmidt (1997), os participantes da Primeira Conferência constituíram um total de 527. Deste número 504 representavam o Estado do Paraná. Os temas da Primeira Conferência discutiam as questões da unidade nacional, a uniformização do ensino primário, a criação de escolas normais superiores e a organização de instrumentos de aperfeiçoamento profissional e técnico.

Para o grupo católico do Paraná esta Conferência tinha um enorme significado, pois Munhoz da Rocha e Lysimaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral da educação e diversos intelectuais/professores paranaenses se fizeram presentes.

A revista “A Cruzada” relata este episódio cultural:

Reuniu-se nesta capital de 19 a 25 de Dezembro o Primeiro Congresso nacional de Educação. Solememente instalado no teatro Guaira pelo Presidente do Estado, Dr. Munhoz da Rocha, no dia 19, data da emancipação política do Paraná, o Congresso, sob a presidencia do Dr. Carlos Barbosa de Oliveira e secretariado pelo Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, reuniu no Congresso do Estado o escol do professorado que acompanhou com interesse e entusiasmo os trabalhos e deliberações (A CRUZADA, jan. 1928, p. 215).

Em relação aos temas discutidos na Conferência, o artigo desta revista destaca o trabalho de “Amelia Rodriguez Martins, que alvitava que o ensino da moral devia, como o prova a sã razão, ter por base a Deus” (A CRUZADA, jan. 1928, p. 215).

Nessa Conferência, foi apresentada uma série de teses que versava sobre diversos temas. Dentre elas mereceu destaque nos periódicos católicos a tese de Amélia R. Martins que discutia a questão do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. De acordo com Carvalho, nesta Conferência “é possível registrar a

recepção de algumas propostas e uma questão polêmica: o ensino religioso” (CARVALHO, 1998, p. 311).

A polêmica em torno da questão religiosa foi veiculada na imprensa paranaense ligada aos livres-pensadores que protestavam a tese de Martins que propunha o retorno do ensino religioso nas escolas públicas. A Gazeta do Povo expressou a decepção do grupo anticlerical em relação ao evento, particularmente no que diz respeito à tese que defendia a educação religiosa nas escolas oficiais. Essa tese foi rejeitada quando foi em votação na Assembléia. No entanto, esta situação foi revertida pela intervenção de Lysímaco Ferreira da Costa que ressaltava o significado da religiosidade na instrução. Segundo a autora, “em sua versão original, a tese da educadora reincidente propunha o ensino religioso nas escolas primárias públicas, fundado na doutrina católica” (Ibid, p. 313). O grupo anticlerical conseguiu, entretanto, com um substitutivo de Lourenço Filho, modificar a tese que passava a ter base na noção de Deus, mas não fundada na doutrina católica. Com esta estratégia, o grupo dos livres-pensadores minou o projeto dos católicos que queriam estabelecer, a partir da ABE, o retorno do ensino religioso católico nas escolas pública. Retirar a religião católica e colocar em seu lugar a noção de Deus faz um enorme diferença, pois o que estava em disputa era o domínio das principais esferas públicas e privadas do país entre os católicos e os anticlericais. Se o ensino religioso tivesse como base a doutrina católica significava que o poder da Igreja havia conseguido derrotar o laicismo no que diz respeito a esta questão.

Para os grupos que propunham projetos formativos nas Conferências, eram importantes as aprovações das teses de seus interesses, pois estas poderiam ser implantadas pelas autoridades políticas do Brasil. Isso nos ajuda a compreender que a ABE buscava realizar através das Conferências Nacionais “o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino em todos os seus aspectos e tratar de todos os assuntos educacionais que interessem ao povo brasileiro, visando sempre a unidade nacional” (Ibid, p. 308). Esse era o objetivo das Conferências expresso pelos integrantes da ABE. Estas palavras ocultam os interesses particulares dos grupos que disputavam os espaços públicos e privados com a finalidade de, a partir destes postos, implantar os

seus projetos culturais, políticos, sociais. A ABE visava discutir e apresentar projetos formativos à sociedade, pois os intelectuais que a compunham acreditavam que cabia a elite intelectual dar rumo à nação. Mas neste percurso havia uma intensa disputa entre os diversos grupos que postulavam modos de vida diferenciados, entre os quais se destacam os católicos e os anticlericais.

Segundo Carvalho, a atuação dos católicos nas Conferências Nacionais caracterizou-se por duas estratégias: “propunham geralmente através de senhoras de belas almas, como D. Amélia, a inclusão do ensino religioso nas escolas, medida que causava imediata indignação leiga. Os homens da ABE se encarregavam de advogar o patriotismo, sua incorporação na formação ministrada pela escola, e, concomitantemente, em constituir através de um discurso cívico de tipo particular um patriotismo católico” (Ibid, p. 324). Outras educadoras discutiam a necessidade do ensino religioso voltar ao currículo das escolas públicas, como por exemplo, a tese apresentada por Carlota Barbosa de Oliveira Lyra da Silva. Um exemplo que afirma o papel do gênero masculino é a tese do Dr. Roberto de Almeida Cunha, da Faculdade de Medicina da Universidade de Belo Horizonte. Segundo Schmidt, “o autor defendia a idéia da unidade nacional pela educação religiosa porque, segundo ele, o caráter traduz toda a complicada textura da psique humana e não preexiste à educação. Ao contrário, o escopo da educação é formá-lo, afeiçoa-lo ao aspecto modelar do homem bom” (SCHMIDT, 1997, p. 102). A autora afirma que o conferencista assevera que: “a indagação das coisas sobrenaturais não pode ser excluída do espírito curioso da criança. Para explicar melhor a sua idéia, ele fala da importância da religião na vida de todos os povos. Esta importância justifica a crítica ao laicismo da escola primária que conduz, virtualmente, nossas crianças para o dispersivo desnacionalismo e indiferentismo religioso” (Ibid, p. 102). Conforme Schmidt, Cunha “considera o ensino laico solução claudicante e astuciosa porque o povo brasileiro é, e ainda por muitas gerações será, católico, profunda e ardentemente católico! Faz-se mister, pois, nesse alicerce se fundamente o edifício nacional...! Pela unidade da educação, pela homogeneidade do feitio das consciências, conduzo à homogeneidade de sentir, à igualdade de pensar, à analogia de agir” (Ibid, p. 102-103).

Se no âmbito nacional, particularmente, a partir da ABE, até 1932, o grupo católico propunha a idéia de uma nação católica, na esfera paranaense esta questão também faz eco, uma vez que o laicato católico se organiza com o objetivo de colaborar com o projeto romanizador. A esse respeito afirma Schmidt, “a sociedade paranaense acompanhava também, desde o início do século, principalmente pela imprensa, um acirrado debate entre os intelectuais, sobre a educação. De um lado, havia aqueles que defendiam os princípios católicos e de outro os positivistas, os maçônicos e os livres-pensadores, que defendiam os princípios laicos” (Ibid, p.89-90). Os católicos não obtiveram sucesso nas Conferências no que diz respeito à aprovação da tese que postulava o retorno do ensino religioso nas escolas oficiais do Brasil.

O grupo católico critica a postura dos anticlericais que escrevem a respeito da Igreja, sem ter um conhecimento profundo do campo religioso: “há muitos neste mundo que, sem conhecer patavina de Religião se mettem a escrever sobre ella, e ahi, em seus artigos, põem á vista de toda gente a crassa ignorancia religiosa que lhes empana os olhos” (A CRUZADA, 12 abr. 1931, p. 01). No mesmo artigo, eles afirmam que “a Religião é, sim, ‘necessaria ás grandes massas, como freio moral agindo sobre os costumes’, e ainda, acrescentamos nós, a segurança dos poderes constituídos, a base solida das sociedades civilizadas. Mas nunca trouxe ella consigo, ‘prejuizos’ como disse alguém” (Ibid, p. 01).

Para os clericais os grupos que atacam a igreja estão usando determinados fatos para fazerem oposição ao seu poder. A passagem seguinte expressa que “há sempre quem imbirre com os padres. Ora porque ha os estrangeiros em nossa terra, e ora porque admittindo estes nos nucleos de pastoreio de almas no interior dos nossos sertões, e abandonem os centros civilizados, e não fiquem agrupados nas capitaes, junto aos bispados” (Ibid, p. 01). Em relação a presença de padres e congregações estrangeiras o grupo católico justifica afirmando que “em verdade isto acontece por falta de padres nacionais e esses poucos que temos, devem ficar nas capitaes e centros populosos para dar instrucção religiosa ao povo, onde os trabalhos são grandes e exaustivos. É a falta de instrucção religiosa que mais nos convence de que o clero nacional deve ficar nos centros populosos de nossa terra para ensinar a Religião a

muita gente que ainda não a conhece” (Ibid, p. 01). De acordo com os trabalhos de Gaeta (1991), de Manoel (1996), de Romano (1991), de Bencostta (1999) e de Serpa (1997), a vinda de congregações religiosas e padres europeus se deu porque a Igreja Católica pretendia implementar o projeto romanizador. E para isso, ela contava com um grupo de padres que recebeu sua formação nas instituições católicas européias de cunho neo-tomista. Este modelo de formação deveria ser implantado nos seminários criados no Brasil. Nestes termos, os novos padres brasileiros seriam formados de acordo com este ideário. O fato de os padres brasileiros ficarem nos grandes centros se dá porque o bispo manterá o controle sobre o clero com mais facilidade. Era preciso disciplinar o clero a obedecer aos bispos e ao papa. Para tanto era necessário vigiar.

O grupo católico usou a sua justificativa citada acima para defender a necessidade da formação religiosa nas escolas oficiais: “qual é a causa dessa falta de nossos padres? É sem duvida a falta de instrução religiosa nas escolas. Nas escolas fomentam-se todas as vocações, menos a vocação para o sacerdócio. Ahi fala-se de moral como se não existirá Deus e como se a Religião fora um mytho” (Ibid, p. 01).

A revista *A Cruzada* expõe as idéias de Francisco de Campos presentes no decreto que estabeleceu o retorno do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras:

O fim essencial da escola é não só instruir mas educar, não habilitar technicos senão também formar homens que na vida domestica, profissional e cívica sejam cumpridores fieis de todos os seus deveres. Não é possivel impor preceitos a consciencia e subministrar á vontade motivos efficazes de acção fora de uma concepção ethico-religiosa da vida; formar o homem é oriental-o para attingir a perfeição de sua natureza e realizar a plenitude dos seus destinos, e de qualquer attitude em face das questões da natureza e dos destinos humanos envolve, implícita ou explicitamente, uma solução do problema religioso; a neutralidade educativa, é um erro pedagogico e uma impossibilidade pratica, e Educação neutra, isto é, educação nulla. Ao Estado cumpre respeitar o direito natural dos Paes de dirigir a educação dos filhos, não impondo uma creança aos que a ella se não querem submetter, mas também não constringendo a um ensino agnostico os filhos das familias religiosas, cuja liberdade de consciência o Estado não pode violar. O Brasil nasceu catholico; sob a influencia do ctholicismo se formou a nossa nacionalidade, e catholica é ainda na sua quasi totalidade a população brasileira. (Ibid, p. 02).

Com o decreto “fica facultado nos estabelecimentos de instrução primaria, secundaria e normal, o ensino da religião”(Ibid, p. 01). Na passagem acima foi citada uma parte dos onze artigos que compõem o decreto que estabeleceu o retorno do

ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. O grupo católico dirige uma série de palavras em agradecimento ao ato do governo de Getúlio Vargas. Ao contrário, os anticlericais, passam a criticar as medidas tomadas pelo governo de Vargas. O comprometimento de Francisco Campos com o ideário católico estava presente, de acordo com Cury, em seus discursos de posse do Ministério de Educação e Saúde Pública: “os valores religiosos, em especial, são os únicos a satisfazer a ‘fome do eterno’ existente no homem incapaz de ser saciada com filosofias liberais e ‘concepções de mundo sedizentes científicas’. Além da fidelidade ao voto da fundação do Brasil, e da satisfação ao que de eterno existe no homem, os valores espirituais representam um dique ao avanço do comunismo” (CURY, 1988, p. 104).

Segundo este autor, existem quatro motivos que justificam o decreto que restabelece o ensino religioso nas escolas públicas:

O fim da escola é educar, isto é, formar o homem. Não é possível formar o homem sem uma concepção ético-religiosa da vida. Uma concepção ético-religiosa da vida não pode ser ditada pelo Estado, especialmente se este for leigo, pois violaria o direito natural dos pais quanto à educação dos filhos. O ensino religioso, determinado pela vontade das famílias, impõe-se portanto, como dupla necessidade de uma exigência pedagógica, e de um respeito jurídico às liberdades espirituais dos cidadãos (Ibid, p. 108).

Em artigo intitulado “A lei do ensino religioso e os agnósticos”, o laicato católico condena os anticlericais por terem criticado o decreto que faculta o ensino religioso nas escolas públicas: “mal soube o Brasil que o Ministro da Educação do Governo provisório queria introduzir o ensino religioso nas escolas, que logo começou o berreiro dos agnósticos de todo naipe. É curioso como certa gente tem a compreensão do bem publico; quer a liberdade para si, e cercea-na aos outros” (A CRUZADA, 10 maio 1931, p. 01).

O grupo católico considerava a Primeira República anticlerical. A principal razão desta denominação se deve ao fato de ser excluído o ensino religioso das escolas públicas. Ao longo deste período a Igreja Católica organiza-se e passa a lutar para reconquistar alguns privilégios que havia perdido com a Constituição de 1891, dentre eles o retorno da educação religiosa nas escolas oficiais. Este episódio significava para os católicos uma vitória parcial sobre os livres-pensadores. O grupo católico não

abandonou o seu projeto de resgate de um Brasil unido, ou melhor, de constituição de uma nação católica.

O grupo anticlerical organizava uma série de atos, cujo objetivo era contrapor-se ao poder da Igreja Católica. O bandeirante Rosário Farâni Mansur Guérios condena a postura dos livres-pensadores paranaenses por se contraporem ao decreto que facultava o ensino religioso nas escolas: “o Theatro Guaira desta capital foi Terça-feira ultima transformado em salão de insultos grosseiros á Igreja Catolica por parte de gente que proclama orgulhoso e alto a liberdade de consciencia. A caterva dos anticlericais resolveu reunir-se para combater o decreto facultativo e sumariamente liberal do ensino religioso nas escolas primarias e secundarias” (A CRUZADA, 10 maio 1931, p. 02).

Os católicos acreditavam que travavam uma disputa do bem contra o mal. Nesta direção afirma Cury: “a cosmovisão católica entende o confronto mais do que uma luta a fim de reintroduzir o ensino religioso e outros pontos na Constituição e mais do que a própria aplicação real destes princípios. Trata-se de uma luta entre o Bem e o Mal, cujo pertencer a um ou outro é ditado pela atitude que se tem em face dos grandes princípios explicativos da realidade” (CURY, 1988, p. 130).

O grupo católico ataca os anticlericais, pois “continuam commentarios, aprovações e protestos a respeito do ensino religioso nas escolas officiais. É curioso de ver certas agremiações, absolutamente amorphas de senso religioso, levantar-se contra a aplicação larguissima de um direito. No Brasil, e para o brasileiro, só conhecemos uma religião, a catholica. (A CRUZADA, 17 maio 1931, p. 01).

O grupo católico condena a iniciativa dos livres-pensadores que pediam a exoneração do Ministro Francisco Campos pelo decreto do ensino religioso facultativo. O texto a seguir faz este relato: “é simplesmente lamentavel ver-se cidadão que occupam cargos de confiança do governo, pretenderem ao menos com palavras amotinar algumas classes de individuos afim de combater a lei que veio em nome da verdadeira liberdade de consciencia livrar o Brasil do laicismo pernicioso que durante quarenta annos de vida republicana tão máus fructos produziu” (A CRUZADA, 24 maio 1931).

Para os livres-pensadores este ato do então ministro contradizia os princípios da República, como por exemplo, o que está presente na Constituição: separação entre Estado e Igreja. A este respeito afirma Cury: “os Pioneiros criticam o decreto, justificando-se na sua inconstitucionalidade” (CURY, 1988, p. 109). O laicato católico, por sua vez, entende que esta atitude contra o ministro é um absurdo. Ao contrário, o ato de Francisco Campos deve ser comemorado, pois livra a sociedade brasileira do laicismo que vinha se estabelecendo desde a República. Não obstante, o grupo católico não está inteiramente satisfeito, pois “lamenta que as conclusões das premissas da exposição de motivos de Campos não são lógicas. Elas não falam em Igreja Católica especificamente e nem em Jesus Cristo, além disto lamenta a aplicação do decreto em alguns Estados como sendo lesiva aos seus objetivos e pouco resguardada pelo aparato oficial do Estado” (Ibid, p. 109). Os católicos avaliam que “Vargas teria sido o mero porta-voz de um direito do povo católico, profundamente religioso e ligado ao único Senhor das coisas” (Ibid, p. 109-110).

Para o grupo católico, é preciso esclarecer a opinião pública que “o ensino religioso é *fa-cul-ta-ti-vo!* como é que uma coisa que facultativa, que pode ser aceita ou não, á vontade dos interessados, pode constituir lesão, diminuição da liberdade? Ponto *facultativo*, nas repartições publicas, não é ponto livre? Aqui o homem caiu em si e compreendeu o contrasenso que havia em combater uma coisa *facultativa* e livre em nome da liberdade; concordou conosco” (A CRUZADA, 19 jul. 1931, p. 01, grifo no original).

Para o laicato católico os livres pensadores estão abusando da opinião pública ao retratarem de maneira equivocada os elementos presentes no decreto que restabelece o ensino religioso nas escolas públicas. Para o laicato católico “só a má fé é capaz de levantar-se contra uma medida tomada pelo bom senso que quer corrigir os erros passados e restituir á Religião do seu papel de educadora do povo, de mobilizadora da sua consciência e do seu coração, para o realçar em toda a sua dignidade moral, para reintegra-lo nos seus direitos sagrados” (A CRUZADA, 10 maio 1931, p. 01).

O confronto entre católicos e anticlericais se afunila na medida em que foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte em 1933. Segundo Cury, “o grupo renovador estava praticamente garantido na sua representação, já que como ‘técnicos’, desempenhavam importante papel na burocracia estatal e conseqüentemente nos projetos e ante-projetos enviados à ANC. Além disso, tinham a seu favor, direta ou indiretamente, republicanos com o espírito de 1891, anticlericais, católicos liberais, representantes de outros credos, da maçonaria e mesmo os de esquerda” (CURY, 1988, p. 113). Por outro lado, “o grupo católico era majoritário e veio com posições definidas e de certo modo garantidas” (Ibid, p. 113). Na Constituição de 1934, o grupo católico conseguiu estabelecer o ensino religioso facultativo nas escolas públicas.

2.2 EDUCAÇÃO SEM MORAL – CIVILIZAÇÃO SEM LUSTRO

O laicato católico acreditava que a formação religiosa seria o fundamento da educação moral da juventude curitibana/paranaense. Neste sentido, ele apregoava que era necessário divulgar a filosofia católica entre os paranaenses. Tornar o ser humano seguidor da verdadeira moral, perpassava, para o grupo católico, pela formação religiosa. Para este grupo “pretender que a formação moral da humanidade varie com a orientação dos governos quanto ao ensino do que é essencial á vida do individuo e da colectividade, é o credo da heresia laicista” (A CRUZADA, 05 out. 1931, p. 05). Segundo Cury, “a cosmovisão católica defende e aceita a moral imutável fundada nos princípios da lei natural e revelada. Sua expressão filosófica e teológica pode ganhar com o tempo aplicações mutáveis. As leis da natureza e as verdades absolutas não mudam, não são transitórias e nem objeto de dúvida. A doutrina católica, em matéria de fé e moral, é um conjunto de verdades absolutas, válidas para todos os homens, em todos os tempos” (CURY, 1988, p.142). No entendimento dos intelectuais católicos leigos, a tentativa de laicizar a moral causou a desagregação da humanidade. Para eles, “há de-veras uma crise – é a crise moral, a crise do carater, crise da consciencia” (CRUZEIRO, 22 set. 1931, p. 01). Estes personagens afirmam que a “responsavel pela

crise moral é a pedagogia absurda que *per fas et nefas*¹⁴ multiplicou a instrução, abarrotou programas escolares, sem cuidar precipuamente (e estava no seu papel) da *Vera*, autêntica educação, da formação completa dessa faculdade essencialmente humana – a vontade” (Ibid, p. 01).

Os católicos não condenavam o progresso material oriundo com os avanços técnicos e científicos. Não obstante, reclamavam da necessidade do aspecto moral acompanhar o avanço material. Nesta passagem é recorrente como os católicos explicavam os problemas existentes no mundo moderno com a clara intenção de estabelecer as condições para a manutenção da Igreja Católica nas diversas esferas da sociedade brasileira/paranaense. Segundo Cury, para os anticlericais “a verdade é relativa ao tempo e às condições sociais, e da mesma forma é relativa a moral, pois a natureza, a natureza humana e a natureza social do homem são mutáveis” (CURY, 1988, p. 143).

Entre os intelectuais que compuseram o grupo dos conferencistas da Primeira Conferência Nacional de Educação, Amélia de Rezende Martins “criticou, em sua tese, a falta de educação moral do povo, devido à ignorância e à influência do anarquismo. Propôs a ênfase na educação moral porque por toda parte percebe-se o espírito de insubordinação – na família – não se respeitam os pais, na sociedade não se respeitam as convenções, no Estado não se respeitam as leis” (SCHMIDT, 1997, p. 151). Esse problema, segundo a conferencista, “surgiu com a educação leiga, porque ela desenvolveu nas crianças o costume de tudo achar natural. Além do mais, alguns pretensos governos republicanos valorizaram a educação da cultura física e isto só contribuiu para estimular os prazeres dos sentidos, a aceitar tudo o quer era escandaloso, a achar tudo natural” (Ibid, p. 151).

Na citação abaixo, o grupo clerical expõe que está “realizando conquistas, entesourando saber, efetuando prodigiosas descobertas, aumentando o seu cabedal para a longa viagem que se projeta indefinidamente através do tempo. Há progresso moral autêntico, há civilização verdadeira quando o espírito se liberta das garras da

¹⁴ A expressão latina *per fas et nefas* significa *pele modo justo e injusto. Por todos os modos* (NEVES, Roberto de Souza. Dicionário de expressões latinas usuais, 1996. p. 435).

matéria; quando se desprende do utilitarismo egoísta” (CRUZEIRO, 10 out. 1931, p. 01).

Para os católicos, o desenvolvimento da ciência moderna trouxe o progresso material, mas quando a modernidade decidiu pautar a sua moral no pensamento laico, a sociedade perdeu o seu rumo. A única saída apontada pelo grupo é recorrer a moral católica. Os intelectuais católicos leigos estão lutando em defesa da moral católica, pois é ela que está sendo recusada pelos anticlericais. Estes propõem outras concepções éticas, exceto a católica. Nestes termos, é possível afirmar, de acordo com Carvalho, que ambos os grupos “tinham como denominador comum o empenho na moralização dos costumes, proposta como obra de civismo: pregações; festas pedagógicas; controle do lazer por procedimentos vários, que abrangiam a seleção e a censura de filmes, a elaboração de listas de livros recomendáveis e a organização de divertimentos infantis; constituição de Círculos de Pais destinados a alargar o raio de ação formativa da escola etc” (CARVALHO, 1998, p. 60). O que os diferenciava eram os pressupostos que orientavam as concepções éticas. Para os clericais o fundamento da moral estava na doutrina cristã estabelecida pela Igreja Católica. E para os anticlericais o que deve nortear o comportamento humano é a razão.

Na Primeira Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE, o tema da moral recebeu um tratamento especial por parte dos dois grupos. Os católicos, através de Antonio Cavalcanti Albuquerque e de Palmyra Bompeixe Melo demonstraram a relação entre moral e religião nesse evento. Esta idéia se expressa na pesquisa de Schmidt ao afirmar que “a natureza divina da criança também era um ponto de partida para a educação necessária à unidade da pátria brasileira, na tese defendida por ALBUQUERQUE” (SCHMIDT, 1997, p. 143). Para o conferencista, “era preciso definir que tipo de moral seria necessário para se garantir a paz universal e unir a criança à humanidade. Não seria a moral fundada na ciência, pois esta conduzia ao diletantismo, pessimismo e ceticismo moral. Assim, para ALBUQUERQUE, a moral que se ligasse à religião seria a única capaz de garantir a harmonia entre os homens” (Ibid, p. 143). Para Mello, “a Moral era a ciência das ciências e todos os seus preceitos se resumiam nos Dez Mandamentos da Lei de Deus”

(Ibid, p. 143-144). Nesse evento, “havia um verdadeiro compromisso messiânico com a regeneração do povo brasileiro e com a unidade nacional. Tratava-se da unidade brasileira construída pela cultura moral acima de tudo, porque acreditavam que o dever cívico era decorrente da formação moral” (Ibid, p. 152).

O grupo católico paranaense se refere ao papel da moral católica no mundo moderno dizendo que “para a prosperidade de um povo é preciso casas de instrução onde se abra a mente ao só da verdade. Mais e sobretudo: mestres autenticos que amoldem a consciencia e forjem a vontade na rude bigorna do dever individual, doméstico e social, segundo os ditames, austeros sim mas fecundos, da moral verdadeira – principio e base de tôdas as construções humanas” (CRUZEIRO, 22 set. 1931, p. 01).

Os intelectuais católicos leigos acreditavam que a Igreja Católica era portadora da tarefa de educar moralmente seus fiéis e cidadãos brasileiros/paranaenses ao afirmar que “só a Igreja, com sua autoridade inegavel, com sua sciencia divina, com sua experiencia secular, com a segurança da assistencia de Deus em suas decisões em materia de fé e de moral, possui o patrimonio universal do ensino da verdade e da virtude” (A CRUZADA, 05 out. 1931, p. 05).

O grupo católico compreendia que a doutrina católica, que fundamentava a sua moral, tinha um alcance universal: “a doutrina ministrada por Ella nos confins da China ou centro da Africa é aquella mesma que é pregada em Roma ou em Paris pelos luminares da mais culta sociedade aos luminares da mais baixa sciencia” (Ibid, p. 05). Este argumento cosmopolita é usado para justificar que a moral católica é a mais apropriada a ser ensinada a juventude, pois não tem determinação temporal nem espacial. Nestes termos, o laicato católico asseverava que “privar a creança da instrução religiosa é um crime, porque é recusar-lhe o seu mais elevado direito, o da sua fé e esperança de salvação eterna” (Ibid, p. 06). Nesta passagem, percebemos que para o grupo católico não há educação moral sem formação religiosa. Estes intelectuais citam o episódio do Cardeal O’Counel que afirmou em público, em um Congresso de Professores, que: “o sacerdote deve negar a absolvição aos paes catholicos que privarem os filhos da educação religiosa” (Ibid, p. 05). Os defensores

da doutrina católica acreditavam que “em meio das perturbações e inquietudes do mundo das intelligencias, na phase actual da historia, haja uma autoridade que, em nome de Deus, venha prevenir, corrigir, orientar para salvar” (Ibid, p. 05).

A Igreja Católica se propunha como a salvadora da humanidade na medida em que postulava ser a possuidora da verdadeira moral. O tratamento íntimo entre catolicismo e moral dado pelo grupo católico permeava as discussões estabelecidas na ABE. No interior da ABE os grupos antagônicos procuravam, pelos menos nos primeiros anos, manter-se coesos em torno dos pontos comuns. Não obstante, segundo Carvalho, “isto não impediu, que, sob a aparência de questões relativas à moral e ao civismo, a questão religiosa estivesse presente imprimindo seu selo no programa de moralização dos costumes que caracterizou a ação do Departamento carioca na cidade do Rio de Janeiro. Missas, por exemplo, eram incluídas em programas de festividades comemorativas, antes de serem vetadas pelo Conselho Diretor” (CARVALHO, 1998, p. 222). Na discussão promovida pela ABE a respeito da escola secundária o grupo católico expressa que “a verdadeira finalidade de um curso secundário deveria ser o preparo da mocidade para a família, para a sociedade, para a pátria” (Ibid, p. 248). Isabel Jacobina Lacombe, integrante da Seção de Ensino Secundário, postulava que fosse “o preparo intelectual acompanhado de uma sábia direção moral por ser necessário, na juventude, fortalecer e formar a consciência para o severo cumprimento do dever. A educação moral estaria acima de toda questão científica e só poderia ser realizada com os preceitos da religião” (Ibid, p. 249).

O grupo católico compreendia seu projeto educativo dentro de uma hierarquia estabelecida: “toda a autoridade vem de Deus. Neste principio de autoridade vamos encontrar a raiz primaria e todo o desenvolver do problema educativo. Educar, viu-se que é pôr o espírito em ordem e dentro da ordem prestabelecida das coisas” (CRUZEIRO, 20 out. 1931, p. 01). Para os católicos “não se compreende educação sem moral e esta não na encontramos em a natureza tangivel. Obsevando-se, artistica ou cientificamente, a natureza mecanica, vemo-la, em si, amoral, ou melhor, indiferente á moralidade ou imoralidade que são condições de progresso ou regresso

espiritual do homem – unico ser que possui, exclusivamente pela razão, o conhecimento de todas as cousas ordenadas” (Ibid, p. 01).

Segundo os católicos, o educador deve saber e estar consciente de que o seu papel é transmitir a moral católica através das palavras, bem como de atitudes. O grupo católico expressa que o processo educativo deve-se prosseguir da seguinte maneira: “á autoridade, em primeiro lugar, compete educar-se e servir de modelo e exemplo. O segundo ponto vai decorrer do primeiro e se funda na obediencia dos ultimos e dos primeiros, á Autoridade suprema, perfeita e absoluta” (Ibid, p. 01). Os católicos se perguntam: “por que ninguém mais obedece, nem se subordina, nem escuta conselhos?” (Ibid, p. 01). E eles respondem que é “pelo desprestigio e pela prepotencia autoritaria dos que tambem não sabem obedecer. Deus é o fundamento da autoridade humana” (Ibid, p. 01).

O projeto católico de formação moral compreendia que “educar é civilizar, polir, construir. Educação sem moral – civilização sem lustro, construção sem concreto” (CRUZEIRO, 22 out.1931, p. 01). O laicato católico escrevia que o fundamento da autoridade estava em Deus e por esta razão a moral tinha origem divina. Isto justifica a razão da obediência moral a que estava subordinado o ser humano. Além de discutir os fundamentos da autoridade humana e da obediência moral, o grupo expressava que: “da autoridade e da obediência nascem os deveres e responsabilidades morais, de ordem interior, que integram o homem em sua propria dignidade e o sobrelevam, do plano inferior de ser contingente e sujeito ás imposições e violencias das paixões proprias ou alheias. A vida consciente que se desdobra de início, ao plano inferior dos instintos, aí se completa em pleno mundo moral, a educação atinge então a sua verdadeira finalidade” (Ibid, p. 01). A formação do individuo é pensada pelos católicos da seguinte maneira: “nem de outra forma poder-se-ia entender educação que não visasse, de inicio, a estrutura moral. Ela tem de iniciar, acompanhar, aperfeiçoar a formação fisica e intelectual do individuo e basta a si propria; ao passo que estas outras se tornam meros complementares. Desvalorizam-se sem o colorido e sem a beleza atraentes da fisionomia espelhada pelo ser moral, na fineza dos gestos, das atitudes e das ações pessoais” (Ibid, p. 01).

O laicato católico define que os deveres morais estão “inteiramente contidos e explicitamente lecionados no docalogo divino. São dez os mandamentos divinos divididos pelos que dizem respeito ao ser Supremo e aos que se refletem para o ser inferior. Sinteticamente se encerram em dois: amar a Deus sobre todas as cousas e ao proximo como a si mesmo. A lei natural e a sobrenatural se ligam, aqui, para mais alta e verdadeira finalidade do homem” (Ibid, p. 01).

O grupo se posicionava dizendo que:

A ciencia moral nasce de um outro sentido superior e oculto á curiosidade especulativa do empirismo científico e de todas as investigações dos fatos e fenomenos de natureza objetiva. A ciencia física o desconhece; a filosofia não o define; a arte o despreza e o nescio o repele. A marcha luminosa da Fé, definindo os deveres morais e espancando as sombras do eclipse racional dos que podiam e deviam melhor guiar a humanidade a seus destinos eternos, nos diz que a verdade unica está na Cruz do Calvário (Ibid, p. 01).

O projeto educativo pensado pelos intelectuais católicos perpassava pela discussão dos fundamentos da autoridade, da obediência moral, dos deveres e responsabilidades individuais e pela idéia e conceito de liberdade individual. Eles acreditavam que a última questão era a que mais precisava ser discutida, pois se tratava de uma profunda preocupação filosófica.

Em relação a este último ponto, eles expressam que:

Sem liberdade não ha moral e sem moral na ha merito, nem demerito. O bem e o mal confundem-se ou desaparecem numa só expressão: - força brutal. Temos, pois, que subir mais alto para encontrar o conceito da verdadeira liberdade a que todos aspiram. O homem vê-se forçado a ir ao encontro da propria alma espiritual e inteligente; aproximar-se de seu criador; receber, na humildade de servo, a luz que jorra do codigo divino onde se expressa o valor e o merito da autoridade, da obediencia, dos deveres e responsabilidades nos caminhos do bem e do mal que se abrem ao sól radiante da unica liberdade (Ibid, p. 01).

Os quatro elementos citados constituem a base da educação católica. O grupo católico se expressa nos seguintes termos para confirmar esta afirmação: “autoridade, obediencia, deveres e liberdade sobre que assentar bases de inicio a educação individual, relativamente á responsabilidade do papel que vai ao homem desempenhar no tablado da vida moral, não podem fugir á seiva nutriente da orientação cristã, sob pena de não produzir e transformar seus frutos beneficios em cardos venenosos de

ação deletéria para a finalidade civilizadôra da própria educação” (CRUZEIRO, 27 out. 1931, p. 01).

Para o laicato católico “o neutralismo laico que exclue não estes, nem aquêles mas todos os principios de fundo ou de ordem religiosa, passa de absurdo para ser verdadeiro atentado a natureza espiritual do homem; contra a família e o Estado. Dois caminhos se abrem á liberdade de escolha das nações: desgoverno amoral de correntes individualistas; e governo moral firmado na força espiritual dos que sabem enquanto o mundo pagão desce ao caos primitivo (Ibid, p.01).

O grupo católico exprime uma série de termos pejorativos para qualificar os defensores da moral laica. É preciso ter cuidado com as ações dos seres humanos, afirmam os católicos, pois “os sentimentos são os condutores da ação; a moral é a sua regra. Toda a regra supõe uma ciência organizada pela razão inteletiva. O homem vive dos sentimentos dirigidos pela razão que distingue o que é natural, inferior, instintivo, do que é superior, moral; e excéde pela inteligência e pelo espirito as leis mecânicas” (CRUZEIRO, 28 out. 1931, p. 01).

Há um papel fundamental concedido a razão humana no processo de distinção entre o bem e o mal, ou melhor, a razão é aquela que tem a responsabilidade de moralizar a ação do ser humano. Para a tradição católica tomista, o homem é concebido como mal, pois está marcado pelo que se chama de “pecado original”. Esta concepção associa a condição natural do ser humano às forças instintivas, ou seja, às forças que regem as ações humanas. Cabe ao ser humano elaborar um código ético para normatizar a vida pessoal e social dos indivíduos. Esta tarefa será efetivada pela Igreja Católica que se intitula a representante de Deus no mundo secular.

A concepção de que cabia ao ser humano organizar um código de regras para normatizar a vida social tem sua origem nos filósofos antigos gregos e romanos que entendiam que a vida ética consistia no efetivo controle das paixões (apetites e desejos) pela razão, por meio do exercício consciente da vontade racional em busca da virtude e do bem para o alcance e realização de uma vida feliz. Esta maneira de compreender a questão moral foi marcante na tendência denominada estoica que desprezava os prazeres em geral, ao considerá-los fonte de diversos males. Estas idéias

foram retomadas pelo cristianismo, particularmente, na Idade Média, onde surgiu o asceticismo moral. Nos séculos XIX e XX, o grupo católico expressa a concepção moral que consiste na recusa dos prazeres ‘mundanos’ e aceitação dos valores espirituais revelados por Deus à Igreja Católica. O laicato católico afirma que “o bem natural é excedido pelo bem espiritual – se o instinto animal sabe evitar ou defender o ser egoísta, do mal natural, o espírito amestrado e exercitado no conhecimento da ciência e da regra moral, evita e defende-se dos males que atentam à sua vida e valor meritória” (Ibid, p. 01). Nesta passagem, o grupo expõe que a razão é a faculdade que capacita o ser humano a fazer a distinção entre o bem e o mal. Não obstante, assevera-se que “a perfeita distinção entre o bem e o mal conhecidos pela razão, ainda se torna incompleta sem o que a Fé chama o auxílio vivificante da graça atual que aperfeiçoa a consciência e ilumina a razão intelectual para bem distingui-los e para bem dirigir-se e proceder” (Ibid, p. 01). A moral cristã se fundamenta na existência de Deus e de homens criados à Sua imagem e semelhança, cuja conduta ética deve se pautar pelo amor a Deus (concretizado na fé) e amar ao próximo. Para o grupo “há na moral decorrente da graça divina uma alta finalidade educativa para a qual convergem os sentimentos harmonicamente da razão instintiva à razão intelectual, para reconhecer a necessidade de crença e instrução religiosa ministrada à criança escolar. Instruir simplesmente não basta; é preciso dar ao ser educando uma concepção integral do mundo físico e do mundo moral” (Ibid, p. 01).

O laicato católico concebe uma profunda relação entre educação moral e formação religiosa. A passagem que se segue reitera esta interrelação: “penetrar no mundo moral já é pôr-se em contacto com a doutrina religiosa que, embora decapitada, mutilada, espoliada, não perde o cunho e a sanção de sua origem. Prescindi-lo é atentar contra todos os princípios de norma educativa para a vida em comum entre os seres já integrados no concerto estavel da vida superior” (Ibid, p. 01).

Para o grupo católico, “a religião como a política devem nortear o Estado quando representem a consistência, a força unificadora da comunhão nacional” (Ibid, p. 01). O grupo católico expressava a máxima da moral católica: a idéia do dever. O código ético católico assevera que o ser humano deve seguir o decálogo estabelecido

entre Deus e os homens. Por isso, os católicos acreditavam que era preciso educar a juventude, orientá-la a seguir o caminho que levaria à verdade, o que justificava a necessidade da educação religiosa e moral nas escolas públicas a fim de que as novas gerações compreendessem o sentido de obedecer e respeitar as autoridades. O laicato relacionava os problemas da sociedade da época à crise moral. Existe uma série de exemplos que apontam para esta compreensão. O primeiro exemplo ressalta que “a Ação Católica não é contra a educação física. É, sim, contra todas as aberrações e erros e malefícios da cultura física, tornada sport de paixão, sport de indústria, que em lugar de educar, perverte ao mesmo tempo os corpos e as almas (A CRUZADA, jan. 1930, p, 310).

O segundo exemplo trata de uma série de proibições, onde estão contidas as idéias gerais que orientam a moral católica. O grupo condena o cinema comercial porque não respeita os preceitos morais do catolicismo. Em relação a este episódio o grupo faz os seguintes comentários: “é uma verdade incontestável que o cinema pode ser uma escola de instrução e de educação e também de perversão e de immoralidade. Entretanto, as cenas avançam victoriosamente indiferentes á moral, offendem o pudor” (A CRUZADA, jan. 1928, p. 214). Além do cinema, os bandeirantes condenavam as más leituras: “não ha perigo maior do que êste: a má leitura. E não há em nossos dias, coisa mais comum do que encontrar um livro mau, um jornal mau, uma revista má em poder de um jovem ou de uma donzela” (A CRUZADA, ago. 1926, p.101). O bandeirante Sá Nunes condena os grupos que repassam à juventude as revistas perniciosas as suas vidas: “individuos perversos, sem carácter, sem lei e sem Deus, criados como animais irracionais, cheios de vícios e de miserias, cheirosos por fora e podres por dentro, não querendo perder-se a si sós, empenham-se em perder também as almas dos seus semelhantes” (Ibid, p. 101). No mesmo artigo o autor assevera: “a mocidade católica – meninos e meninas, moços e moças, - e os pais de famílias em geral devem ter muito cuidado em não ler e não permitir que leiam, pelo menos em sua presença, gazetas e revistas imorais, livros ou folhetos indecentes; porque não ha nada que perverta mais os bons sentimentos, que avilte mais os caracteres, que rebaixe mais as almas e aniquile as idéias sãs do que as más leituras”

(Ibid, p. 102). O grupo católico também condenava o apego à beleza do corpo, ou melhor, afirmava que cultivar o corpo era um ato imoral. O episódio que retrata esta situação se deu quando houve um concurso de beleza nos Estados do Brasil que visava selecionar algumas candidatas a participarem de concursos nos Estados Unidos. A imprensa católica dizia que procurou “esclarecer as consciências, dando a cada coisa o valor que possui, não pode absolutamente ficar calada. A nossa opinião poderá desagradar a muita cabecinha ôca e fútil, mas não a gente equilibrada e criteriosa” (A CRUZADA, maio 1929, p. 74). O grupo afirmava que a maneira como tinham que se apresentar as candidatas era uma “offensa ao pudor e o aviltamento da dignidade humana” (Ibid, p. 74). Os católicos condenam esta compreensão de beleza e exaltam o que eles chamam de verdadeira beleza: “se vae o homem esquecendo do que mais o dignifica e ennobrece que são as suas qualidades moraes e intellectuaes, que o distingue dos animais que o cercam. A formosura physica que admiramos em tantos seres materiaes ha de um dia desfazer-se com a morte e fenecer na podridão de um tumulto” (Ibid, p. 74).

O terceiro exemplo trata do comentário feito por Sá Nunes a respeito do artigo da revista “Vozes de Petrópole”, escrito por Soares de Azevedo. Em termos genéricos, o artigo de Azevedo refletia que uma série de crianças e adolescentes desobedeciam e desrespeitavam seus pais e seus mestres nas escolas. Há um caso narrado no qual a mãe de uma menina insultou o professor por ter repreendido a sua filha. A partir deste episódio, pergunta-se Sá Nunes: “que educação, meus Deus! Que futuro estará reservado a essa mãe e a essa filha? Como compunge o coração e dilacera a alma um facto dessa ordem? E qual a causa de tais desvios da moralidade e do cumprimento do dever? Uma única: a falta de religião” (A CRUZADA, abr. 1926, p. 28).

No mesmo artigo Sá Nunes aconselha as famílias para que “deem um catecismo ás criancinhas, aos jovens de ambos os sexos, e a sociedade deixará de ser o que é: um acervo de ruínas de podridões, um montão de miserias e baixezas. Deem um catecismo á mocidade, e o lar deixará de ser um simulacro de prostíbulo. Deem um catecismo á juventude, e a escola deixará de ser um pandemónio de meninos macriados e jovens dasabusados” (Ibid, p. 28).

O bandeirante declara que o catecismo “será capaz de trazer melhores dias para a Religião e para a Patria, para a sociedade e para a família. Sem o catecismo, só podemos esperar, em porvir não mui remoto, o desmoronamento das instituições e o retrocesso da civilização ao estado primitivo da barbarie em que outrora se achava a pobre humanidade” (Ibid, p. 28).

Os intelectuais católicos leigos acreditavam que a sociedade em que viviam estava passando por uma grave crise moral. Existiam diversos tipos de crises, mas para eles “a pior de todas, a causadora e responsavel de todas, é a crise do Respeito. Essa é mesmo, hoje, a mais violenta; ella accusa uma situação mundial bem perturbada que pede um reactivo poderoso” (A CRUZADA, out. 1928, p. 206). Para eles a crise do respeito perpassava diversas instâncias: “o Respeito de Deus – para os atheus, agnosticos, herejes, espiritistas, Deus é um boneco com que se póde brincar á vontade. Respeito á autoridade religiosa – O Papa é um papão para os anticlericaes, baptistas, sabatistas, presbyterianos, espiritistas. Respeito á autoridade civil – Nesse assumpto, não ha perigo que se enferruje a liberdade da imprensa! Respeito na familia – Este é que está em tristissima crise” (A CRUZADA, out. 1928, 106-108).

O laicato católico afirma que para a crise moral existe uma saída: “ha uma taboa de salvação para a sociedade: é a Igreja, que sempre foi a grande escola do respeito” (A CRUZADA, abr. 1929, p. 52). Neste artigo assevera-se à juventude: “desilluda-te dos estoteamentos do prazer baixo. Volta á verdade, unico ideal que póde conduzir-te á Vida que nobilita e salva, vida que será a morte definitiva dos preconceitos e chimeras vãs com que te quizeram illudir” (Ibid, p. 53). Para sintetizar o pensamento católico no que tange a finalidade da educação expressamos uma parte do discurso do Pe. Alcidino Pereira, de 1922, feito no Congresso Legislativo Paranaense: “instruir na accepção lata da expressão não é só fornecer conhecimentos para o cerebro, mas tambem cultivar virtudes do coração. Esta transmissão de sciencia, seria tão somente a parte technica e digamos material da instrução, sendo necessaria tambem a formação moral do homem” (O ENSINO RELIGIOSO FACULTATIVO NAS ESCOLAS PUBLICAS, 1922, p. 05). O referido padre e então deputado, com esta passagem começa o seu discurso que justifica seu projeto que propõe instituir o

ensino religioso facultativo nas escolas públicas paranaenses. O autor expõe as seguintes idéias para distinguir instrução e educação: “não ha instrucção sem educação, nem educação sem ensino moral religioso, declarava Bardoux na Camara Franceza a 16 de Dezembro de 1880 citando Frére Orban, o grande laicista belga; Guizot dizia: é necesssrio que a atmospherá geral da escola seja moral e religiosa – Cousin affirmava não é a instrucção que moraliza, é a educação e principalmente a educação religiosa” (Ibid, p. 05). Com estas passagens queremos reiterar que o pensamento católico entende a formação moral como um atributo da educação religiosa católica.

2.3 A FORMAÇÃO DO CIDADÃO PARA A GLÓRIA DA PÁTRIA

O laicato católico orientava o seu projeto formativo com uma forte preocupação de educar o cidadão brasileiro e paranaense para o dever à Pátria. O projeto formativo católico compreendia a formação religiosa, moral, intelectual e patriótica. O princípio que norteava o pensamento católico no que diz respeito à educação dos indivíduos era: educar para Deus e para a Pátria. Estes dois termos estavam presentes nos periódicos e nos pronunciamentos do grupo católico paranaense.

O periódico que melhor explicita este episódio é “A Cruzada” que carregava no alto e no centro da capa o nome DEUS e na margem inferior, também no centro, o nome PÁTRIA. Estes termos se tornaram o slogan do grupo católico. Em nome de Deus e da Pátria o laicato católico justificava o seu projeto que, em última instância, visava preservar espaços para a Igreja Católica no mundo moderno. Os pronunciamentos da elite intelectual católica paranaense expressavam a necessidade da religião para salvar a nação. O argumento era o seguinte: o ensino religioso educaria o fiel e o cidadão para melhor servir a Deus e à Pátria. A formação religiosa era responsável pela educação moral dos indivíduos, bem como por inculcar nos cidadãos o sentimento de obediência e fidelidade à nação. À medida que o movimento católico expressa esta preocupação com a educação patriótica e cívica há uma aproximação entre o poder civil e o poder eclesiástico, pois ao primeiro interessava transmitir os

valores cívicos republicanos e a Igreja Católica poderia cumprir esta tarefa em diversas as instâncias, desde a formação das elites intelectuais até às massas, através dos congressos populares; ao poder religioso mostrava-se positivo fazer este discurso patriótico porque sustentava a necessidade de sua presença no processo de constituição de uma nação moderna e coesa. O que manteria esta unidade nacional seria a religião católica. Daí a necessidade da formação religiosa católica se fazer presente nas esferas públicas, particularmente nas escolas. A educação religiosa daria a necessária formação moral e patriótica aos indivíduos uma vez que acentuava a importância do dever do fiel em relação a Deus e do dever do patriota em relação à Pátria.

A igreja católica no Brasil expressava, desde 1900, o seu desejo de estabelecer uma política de aliança com o regime republicano. Atesta esta pretensão a Carta Pastoral do episcopado brasileiro, que, segundo Bencostta, “demonstrou o esforço da oficialidade eclesiástica em preservar a Nação como católica, através de uma relação com o Estado que aceitasse a República como a República de Jesus” (BENCOSTTA, 1999, p. 231).

Em 1922, o episcopado brasileiro apresentou um outro documento, no qual reiterava o papel da Igreja no processo de constituição da nação brasileira. O principal argumento para justificar a sua participação neste projeto nacionalista era ressaltar o fato de o Brasil ter nascido católico. Havia a preocupação, segundo Bencostta, em demonstrar que “na concepção da Igreja como Cristandade, o poder civil constituído e poder eclesiástico se identificam, a ponto de se confundirem” (Ibid, p. 232). Esta postura foi assumida pelas lideranças da Igreja, entre os quais destacamos, D. Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, que propunha diretrizes primordiais para orientar o projeto romanizador no Brasil, tais como: superação do laicismo; condenação ao socialismo; defesa do princípio da autoridade e aproximação da Igreja com o Estado.

O caso de D. Nery, bispo de Campinas, é um exemplo interessante para se compreender que o projeto romanizador perpassou pelas diversas dioceses e cidades brasileiras. Na pesquisa de Bencostta (1999), se discute o papel de D. Nery no processo de reconquista de espaços de poder para a Igreja. Este prelado em suas visitas pastorais não se mostrou insatisfeito com a recepção que recebia das autoridades

dirigentes das diferentes cidades pelas quais passava. De acordo com Bencostta, “durante sua permanência na cidade foi comum a comitiva diocesana ser acolhida por tais autoridades em suas próprias residências” (Ibid, p. 235).

Uma outra estratégia deste prelado para implementar uma República católica foi promover o enaltecimento dos símbolos do Estado, através de demonstrações cívicas que identificassem sua vocação patriótica. Esta realidade é analisada por Bencostta ao descrever que este bispo promoveu a instrução militar nos colégios religiosos de sua diocese, bem como a participação dos alunos destes estabelecimentos de ensino em desfiles comemorativos da República.

A Missa Parada dos batalhões salesianos foi um episódio significativo que ocorreu em Niterói, em 8 de setembro de 1917, onde D. Nery se dirigiu aos alunos denominando-os de futuros soldados da nação. O seu pronunciamento, segundo Bencostta, “defendia a importância do serviço militar nos colégios católicos de sua diocese como uma manifestação de zelo à pátria e, se fosse necessário, seus alunos poderiam ser alistados pela nação para a sua defesa” (Ibid, p. 241). Na concepção dos católicos antes de ser um bom soldado é preciso ser um bom cristão. Este prelado a exemplo de outros representa a ação da hierarquia da Igreja no processo de restabelecimento da aliança entre poder civil e poder espiritual. É interessante observar que a questão do patriotismo perpassava tanto o interesse dos dirigentes políticos como das lideranças religiosas, portanto, os interesses são mútuos. A Igreja é útil ao Estado à medida que poderá colaborar no processo de formação de consciência a respeito do novo regime, informando aos cidadãos os valores republicanos e este último é um aliado importante à Igreja, pois pode legitimar o seu poder institucional na sociedade brasileira.

O grupo católico acreditava que a religião era o ente redentor das nações e dos povos: “é um facto comprovado pela Historia que os povos attingem um gráo de preponderancia ou decadencia, segundo observam ou não os principios da Moral e da Religião” (A CRUZADA, ago. 1926, p. 108). Para o laicato católico “não é preciso indagar muito para demonstrar quão infelizes têm sido as nações que se hao afastado dos principios e deveres moraes” (Ibid, p. 108).

Essa preocupação com a formação dos cidadãos para a pátria está presente entre os intelectuais que integram a ABE. Segundo Carvalho, “o civismo de Fernando Magalhães e seu grupo valorizava-se como tradição e pregava virtudes, como a Ordem e o Trabalho, transsubstanciadas por uma difusão católica da Fé, da Esperança, da Caridade, do Devotamento” (CARVALHO, 1998, p. 61). Esse grupo elaborou o programa de educação moral e cívica que postulava “o catolicismo como elemento constitutivo da ‘alma nacional’, em tradição a ser, mais que preservada, cultuada” (Ibid, p. 223).

Na Primeira Conferência Nacional de Educação, o conferencista Barbosa de Oliveira exprime como seria o projeto formativo do cidadão: “formá-lo era moldar a ‘alma nacional’, incorporando a religião católica: além da pátria material e tangível, exortava civicamente, temos a alma desta, o seu espírito vivificante, a pátria moral, enfim, formada da história, da religião, da língua, das tradições, dos usos e costumes comuns” (Ibid, p. 323). Em sua tese, Oliveira afirma: “unidade da pátria, a ‘alma nacional’ precisava ser continuamente vivificada pela escola. Cultivada tradição, vivificar essa ‘alma’ implicava a contínua atualização da tradição religiosa do país do catolicismo. Defender a unidade doutrinária da escola era, assim, especialmente propor o domínio católico das consciências” (Ibid, p. 323-324).

O grupo expõe exemplos de civilizações que de acordo com suas interpretações, desapareceram em função do afastamento da moral religiosa: “bem próximo de nós está a historia de duas nações importantes: Roma, a antiga senhora do Mundo e Portugal, que após o fastigio da gloria, bem caro pagaram os seus desregramentos. Esta, chegára mesmo a mendigar o pão aos estrangeiros, e aquella, a perder a propria lingua” (A CRUZADA, ago. 1926, p. 108). Para os católicos “os principios moraes são o regimen das acções humanas, e immutaveis; a sociedade, porem, varia constantemente na observancia dos mesmos, devido ás circunstancias” (Ibid, p. 108). O Brasil era retratado como um país que estava passando por uma crise. Para os católicos “a situação de crise generalizada no Brasil tem suas verdadeiras origens na apostasia republicana do Estado e no laicismo pedagógico. O regime republicano de 1891-1930 foi, à revelia da maioria católica da nação, instaurado por uma elite cujos objetivos de ‘ordem e progresso’ estavam calcados em principios nacionalistas, positivistas e maçônicos, alheios à tradição do nosso povo” (CURY, 1988, p. 38).

O progresso integral de uma nação, no entendimento dos católicos, somente se daria à medida que os indivíduos e a sociedade observassem a moral católica. O grupo católico se dirige da seguinte maneira àqueles que negam o valor da religião: “vede as nações sem fé, sem ideias: são nações mortas, onde se não respira a liberdade; sem aspirações, onde o ateísmo se infiltra, pervertendo os princípios da Justiça” (A CRUZADA, ago. 1926, p. 108). Ele assevera que aqueles desconhecedores da moral católica propagam “as guerras, as carnificinas humanas, as revoluções, o bolschevismo, a imprensa ímpia, as associações secretas: - todos esses elementos de anarquismo que visam a desorganização social, - a queda dos thronos, a derrocada dos governos legais” (Ibid, p. 108).

Essa passagem se aproxima do que Cury expressa a respeito dos católicos quando esses afirmam que o laicismo é uma falsa solução para a crise da sociedade: “corrente demagógica, cheia de vícios e paixões, cujo domínio pode levar o país a todos os extremismos modernos, cuja fatal consequência será o comunismo materialista, a perseguição religiosa e a total paganização da sociedade brasileira” (CURY, 1988, p. 40). Para o grupo católico “esta corrente, na sua demagogia, se desdobra em dois braços: o individualismo liberal burguês, o qual traz implícitos e inconfessos os princípios agnósticos que abrem caminho para o seu sucessor lógico que é o socialismo proletário. Este sim professa um materialismo ateu e atuante, cujo barbarismo quer apoderar-se dos restos da civilização falida” (Ibid, p. 40).

Em seguida o grupo católico faz os seguintes questionamentos: “são os catholicos que acham á frente desses movimentos? os promotores de tantos males, de tamanhas desgraças sociaes? é a doutrina christã que os arrasta para tanto? são os ideias religiosos que os conduzem a promoverem a subversão da ordem, a desorganização da sociedade, a causadora de enormes prejuizos na fortuna publica, como attestam as estatísticas?” (A CRUZADA, ago. 1926, p. 109). Segundo o grupo, se não bastasse o prejuízo que os anticlericais causam às nações “quando um Governo honesto auxilia essa sociedade catholica a constituir o patrimônio para a criação de mais algum bispado ou arcebispado, - conquista da influencia de uma grande maioria de povo, pelo concurso da moral religiosa cujo desenvolvimento e actuação social

concedem, em compensação, a esse Estado, a distinção de se inscrever entre os mais adiantados: Não pode! Clamam os philosophos incoherentes” (Ibid, p. 109). O escritor deste artigo apresenta um contra-exemplo para demonstrar a incoerência dos anticlericais paranaenses quando condenam o auxílio público para as obras católicas: “ha mais de um decennio tambem um Governo concêdera auxilio para a formação do patrimônio de um templo espiritualista que os ideaes do Paganismo de um illustre discipulo de Pythagoras revivera para o culto da mocidade, nas serranias magestosas de moderna Hellade paranaense” (Ibid, p. 109). Os católicos estão se referindo ao apoio que o grupo de Dario Vellozo recebia das autoridades políticas paranaenses.

O laicato católico questiona as atitudes dos livres-pensadores quando atacam o prestígio da Igreja Católica, pois desconsideram o papel da religião no processo de formação da sociedade brasileira. A passagem que se segue retrata esta discussão: “os inimigos da Patria, por vontade consciente de hostilizar os factores mais energicos da dignidade nacional, promovem, a todo transe, todos os meios possiveis para contrariar as aspirações mais legitimas da familia brasileira, em relação ao grave problema da instrucção religiosa do povo” (A CRUZADA, 05 abr. 1931, p. 02). O grupo católico faz uma relação direta entre o respeito à Pátria e o respeito à religião católica. Para ele, o verdadeiro progresso do Brasil somente aconteceria se os dirigentes políticos governassem de acordo com a vontade do povo. A vontade da população constitui a tradição histórica da nação – o Brasil é católico desde o seu nascimento – por isso se colocar contra a religião católica é pôr-se contra a nação brasileira. Daí o sentido do grupo católico chamar os livres-pensadores de inimigos da Pátria. Eles receberam esta denominação porque pregavam a laicização do Estado e das políticas públicas. Nesta passagem o grupo reitera que a tradição cristã “deve ser aproveitada para nela informar o espírito cristão. Só nela existe autêntica e verdadeira saída, pois nela existe a possibilidade de restaurar os valores culturais, morais e cristãos” (CURY, 1988, p. 40).

O laicato católico acreditava que para formar um bom cidadão era preciso formar um bom cristão. O bom cristão é fiel a Deus. Para que os indivíduos sejam fiéis a Deus é necessária uma rígida formação religiosa e moral. Nestes termos se afirmava “nós, no Paraná não devemos estar inibidos de aspirar, em consciência, a grandeza

moral e mental que podemos adquirir e nasce do esforço próprio, apurado ao cadinho de uma disciplina educativa da vontade e da inteligência” (CRUZEIRO, 11 nov. 1931, p. 01).

Para o grupo católico um bom cristão deveria ser um bom cidadão: “Essas obrigações impõe-nos o patriotismo; o amor pela nossa terra, pelo Paraná novo, levado da tocha ignobil de servilismo incondicional aos gestos dos capatazes de aldeia ou de fazendólas; o sentimento de união de forças inteligentes conjugadas em prol de uma alta afirmativa mental que demonstre o nosso grau de capacidade e cultura para gloria e honra da Patria brasileira” (Ibid, p. 01). Para os católicos, “o objeto principal desta sociedade não é satisfazer as aspirações terrenas da ambição humana, mas sim estabelecer as relações entre a Criatura e o Criador, unir o homem a Deus pela graça. A Igreja, atuando indiretamente na sociedade terrena, produzirá cidadãos cumpridores de seus deveres, honestos, justos” (CURY, 1988, p. 45).

Os intelectuais católicos leigos assinalam que:

Não deveria ser considerado paranaense, nem mesmo brasileiro, o que fugisse a esse tacito compromisso imposto pela consciencia intima de que só poderemos ser grandes, relegando as armas ignobeis de uso dos irresponsaveis para retaliações da honra e da dignidade humana consagrada pelo consenso geral. Sejamos coerentes com as nossas idéas, mas convenhamos de vez, que acima dos nossos interesses caseiros e subalternos estão os interesses da Patria, estão os interesses do Paraná, estão os interesses da propria coletividade circunscrita ao ambito de convivio regional (CRUZEIRO, 11 nov. 1931, p. 01).

O grupo católico exalta o papel dos jovens no processo de divulgação do sentimento patriótico entre os paranaenses: “a vida radiosa da Pátria palpita mais viva e brilhante ao sagrado entusiasmo da alma da mocidade. É a mocidade representativa do talento e dos brios vivo e pura a dizer que o momento é chegado para que a Pátria abandone experiências de desvios e atalhos, e retorne aos paralelos do direito e da lei que a todos ampara na concordância e confiança de todos os amparados” (CRUZEIRO, 20 nov. 1931, p. 01).

Para o laicato católico “diz-se algumas vezes quando a Patria está em perigo que todo o cidadão é soldado. Pois bem, quando a religião está altamente ameaçada, todo o cristão deve ser um apóstolo e quando não o seja pela palavra, ao menos, por seus exemplos” (CRUZEIRO, 24 dez. 1931, p. 01). No pensamento católico há uma

estreita relação entre o combate em defesa de Deus e em defesa da Pátria. O projeto formativo católico procurava expressar o desejo de educar o indivíduo para servir à Nação e a Deus. O cristão deveria tornar-se um soldado defensor da causa da Igreja Católica. Em sentido figurado, o laicato católico constituía o *exército* católico no Paraná. Ele desempenhava o seu papel junto às elites intelectuais, difundindo o seu projeto de educação religiosa, moral, intelectual e cívica. O cristão não estava alheio ao poder civil, isto é, ele devia prestar as suas obrigações cívicas, entre as quais colaborar para garantir a integridade da nação.

O grupo católico procurava estabelecer entre a juventude paranaense um forte sentimento de apreço à Pátria: “a nossa idolatrada Patria brasileira sofre tambem o fluxo tenebroso das perversas doutrinas materialistas codificadas para um sociologismo invertido contra a cultura, a inteligencia e os sentimentos que elevaram a humanidade, dignificando o individuo, a familia e a Pátria” (Ibid, p. 01).

O grupo católico expressava que “todos, quasi todos falam da Patria, e dizem mesmo que a amam; mas poucos sabem o que quer dizer Patria, e raros, bem raros são os que sabem como formar-se uma Patria (O ALVOR, 25 jun.1935, p. 04). No mesmo artigo está presente a prerrogativa que afirma os possíveis riscos de desagregação de uma nação: “quando a unidade moral de uma raça é substituida pela predominancia de vis apetites de mando e enriquecimento, a Patria, ou melhor, o termo Patria deixa de existir. Os politicos sem ideal marcam um zero absoluto no termometro da historia, e para que exista Patria é necessario que exista ideal” (Ibid, p. 04).

No mesmo artigo o grupo católico exprime o seu desejo de perseverar no caminho de defesa da pátria: “devemos nós os moços batalharmos por um ideal para termos uma Pátria. Lutando por um ideal conseguiremos encher um claro na historia do mundo, pois a historia da humanidade jamais conheceu o ritmo unisono d’uma raça em pról de um ideal” (Ibid, p. 04).

O grupo católico expressa em discurso de colação de grau dos bacharéis do Instituto Santa Maria feito pelo Frei D. Carlos Bandeira de Melo os fundamentos da educação cívica e patriótica:

O homem não nasceu para si só. O homem não nasceu só para a família, pois a família ainda não é o organismo social, só é a célula. O homem não nasceu só para a sociedade, porque

esta não pode ser indefinida, ou serão incertos os atos relativos a ela. O homem nasceu numa circunscrição, tão intensa como o âmbito pequenino do lar paterno, e assim mesma extensa, vasta como são os limites do seu país, - nasceu numa família enorme, dentro da divisa geográfica, nacional e popular, que se chama pátria (DISCURSO DE PARANINFO, 1935, p. 48-49).

Para os católicos os tempos modernos inventaram o liberalismo individualista e o socialismo. Os pensadores dos séculos XVIII e XIX sonharam com a libertação do homem pela liberdade de consciência. O individualismo gerou a tirania dos governos e criou a tirania do capitalismo. Se o liberalismo não consegue manter a nação coesa, também o seu contrário, o socialismo ditatorial criará a pior das tiranias. De acordo com o grupo católico, o individualismo desmentiu-se na sua realização, o socialismo está se desmentindo na sua execução. A partir destas interpretações, os católicos afirmam que a superação da desagregação das nações está na religião. Esta compreensão se afirma quando eles dizem: “trabalhemos baseados nos princípios da sociologia cristã pela harmonia na sociedade, porque só assim teremos efetuado a felicidade e engrandecimento da nossa pátria” (Ibid, p. 48).

O Paraninfo, ao refletir acerca do que seja pátria, expõe o pensamento de Rui Barbosa para explicar o significado deste termo: “a pátria não é ninguém, são todos... A pátria não é um sistema nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o sólo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade” (Ibid, p. 49). Melo continua a sua reflexão expondo com as palavras de Rui Barbosa que os amigos da pátria são “os que a servem e os que não a invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo” (Ibid, p. 49).

É interessante notar a importância que o grupo católico dava ao papel das autoridades políticas no processo de constituição de uma nação. Para os católicos os dirigentes políticos devem ser marcadamente idealistas. Nesta discussão em torno do perfil dos representantes políticos, a preocupação com a construção da nação catolicizada não deixa de fazer eco nas eleições presidenciais de 1930. Neste momento

específico, o laicato católico se expressa: “como catholicos não podemos apoiar candidato que não professe o ensino religioso e não se proponha a decretal-o. O ensino religioso é dogma essencial da Igreja Católica. O Papa actual para mantel-o fez os maiores sacrificios. Em todas as Concordatas feitas pela Santa Sé com os diversos governos modernos, alguns dos quaes regendo grandes maiorias acatholicas, o ensino religioso dos catholicos é garantido” (A CRUZADA, ago./set. 1930, p. 316).

O debate a respeito da sucessão presidencial estava relacionado com o ideal de nação professado pelos católicos. Esta postura se confirma quando o grupo discute se os candidatos à sucessão merecem a credibilidade dos católicos. Os católicos concluem que não podem “aceitar o sacrificio da Patria para o augmento do numero dos nossos. Haver no Brasil mais catholicos e nenhum catholicismo nos governantes, e na sociedade em geral, não é um bem: é um grande mal” (A CRUZADA, fev.1930, p. 335). Dentre os candidatos o grupo assevera que “nem um nem outro dos candidatos actuaes tem a mesma convicção ou a envergadura indispensavel para proclamar a grande reforma absolutamente necessaria para a restauração da Patria combalida. Nenhum pois delles é o nosso homem, o homem dos catholicos brasileiros” (Ibid, p. 335).

Na direção do que foi discutido sobre a relação entre os governantes a serem escolhidos para dirigir a sociedade brasileira e o ideal de nação expresso pelos católicos, o jornal “O Luzeiro” publica um trecho de um discurso de Alceu Amoroso Lima, onde se afirma que “os catholicos não podem conservar-se indiferentes no debate politico. A participação dos catholicos na vida publica do seu pais se faz pela ação catolica. A Ação Catolica é um preceito de consciencia de todos os catholicos e nela todos devem estar unidos. A ação politica, enfim, é um direito dos catholicos e como tal deve ser exercida, dentro dos principios morais que regem toda a atividade humana” (O LUZEIRO, ago.1937, p. 04).

Os interesses individuais não devem estar acima dos interesses coletivos de uma nação. Este sentimento patriótico será criado e disseminado entre os cidadãos na família e na sociedade. A família constitui a primeira instituição responsável por incutir nas novas gerações o desejo de servir à pátria. No seio da sociedade, a escola

ocupa um espaço privilegiado no processo de formação cívica da juventude. Nestes termos, o grupo católico assevera que “quem penetrar no santuário das famílias e lá quizer romper o laço conjugal, introduzindo a lei do divórcio, ele destruirá o lar, e com isto matará a pátria. Destróe a célula, e o organismo se decompõe! Destróe a família, e a pátria sucumbirá” (DISCURSO DE PARANINFO, 1935, p. 50). Para o laicato, a escola era um importante espaço da cultura destinado a educar as novas gerações. A passagem do discurso de paraninfo feito pelo bandeirante Carlos de Brito Pereira, na colação de grau das professoras da Escola Normal de Curitiba, expressa o papel da escola no processo educativo: “um povo vale, portanto e sobretudo, pelo seu caráter e o cadinho onde êle se aprimora é, sem dúvida nenhuma, a escola. E o mestre é o obreiro humilde dêsse majestodo edificio do futuro” (DISCURSO DE PARANINFO, 31 maio.1934, p. 05). No mesmo discurso o autor conclama as professoras ao dizer “ides ensinar e nas vossas lições procurai incutir nos vossos alunos o amor sagrado da Pátria” (Ibid, , p. 08).

Em discurso feito na Escola Normal, Oswaldo Pilotto expressa às futuras professoras as seguintes palavras: “é dia de esperança porque, em a vossa despedida, prestais o juramento de bem servir a Pátria, na missão nobre, delicada e feliz, de educação da criança brasileira. Eis quando estareis, não só ao serviço da Pátria, mas ao de Deus, no amparo da criança miserável” (DISCURSO DE PARANINFO, 28 nov.1936, p. 02).

Para os católicos, educar para a pátria consistia em educar o ser humano para servir à nação. O grupo católico acreditava que patriotismo consistia em reconhecer as tradições, a história, enfim os elementos que constituem o país. Não obstante, se afirma: “pátria não é a exclusão ou opressão ou desprezo das outras nacionalidades, como também não é a exaltação indébita da nossa, nem muito menos a exprobação de tudo o que fomos e tivemos” (Ibid, p. 51).

Os intelectuais católicos leigos compreendem a idéia de pátria conjugada a noção de Deus, isto é, acreditavam na possibilidade de construir uma nação católica. A passagem que se segue exposta por Melo com as palavras de Rui Barbosa exprime essa idéia: “não sei conceber o homem sem Deus, e ainda menos acreditar na

possibilidade, atual ou vindoura, de uma nação civilizada e atéa. Envelheci na persuasão do velho Plutarco, imaginando menos a custo uma fortaleza sem alicerces que um povo sem Deus” (Ibid, p. 52-53). O paraninfo continua a falar, agora com suas próprias palavras: “este Deus, porém, deve e só pode ser o Deus verdadeiro, eterno, pessoal criador de tudo, governador dos mundos, juiz dos homens após a morte, ou não será Deus nenhum! Negai-o, e não sereis alicerces para a cultura e civilização. A este Deus revelado, que está acima da pátria, a pátria deve sentir-se responsável, então constituirá a família santa e impoluta para formar o cidadão cumpridor dos seus deveres” (Ibid, p. 53).

Para o grupo católico, a natureza humana é composta de duas partes: a alma e o corpo. A teoria cristã “fixa de modo legítimo a natureza da criatura humana, ensinando que o mundo é criatura de Deus, é ele despido de qualquer força eterna ou absoluta. Ele, no seu ser material, é sustentado pelo próprio Deus” (CURY, 1988, p. 46). O mundo secular está hierarquicamente subordinado ao mundo espiritual: “os interesses da eternidade devem prevalecer sobre as preocupações transitórias do tempo. A vida intelectual transcende a vida física e sobre ambas plaina a vida moral e religiosa” (Ibid, p. 47). O poder da igreja deve ser levado em consideração no processo de formação dos indivíduos, pois “assim como Deus é superior ao homem e no homem a alma ao corpo, na sociedade a Igreja deve pairar acima do Estado, uma vez que os interesses da ordem espiritual superam os da ordem temporal” (Ibid, p. 50).

2.4 A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO

Até então analisamos que o projeto educativo deste grupo consistia em formar a juventude a partir de um programa que contemplasse o ensino religioso, a educação moral, a formação cívica/patriótica. Nesta parte privilegiamos nossa discussão em torno de uma outra preocupação que estava presente entre a elite intelectual católica paranaense, qual seja: a formação intelectual da juventude. Quando dizemos que o grupo católico possuía uma enorme preocupação com a formação intelectual dos jovens paranaenses estamos pensando no ideal que moveu o laicato católico no projeto que originou o Círculo de Estudos Bandeirantes. A nosso entendimento, este círculo de

cultura, nos anos trinta, foi o amálgama intelectual dos jovens católicos que constituíram parte da elite intelectual paranaense. Afirmar que neste espaço cultural se privilegiou a formação intelectual dos bandeirantes foi tarefa do primeiro capítulo. A questão fundamental que nos colocamos é a seguinte: qual era a natureza do projeto intelectual do laicato católico? Este questionamento é o que move esta última parte da nossa pesquisa.

As palavras do bandeirante Liguaru Espírito Santo nos ajudam a compreender que o laicato católico procurou estabelecer uma instituição que privilegiasse a formação intelectual de seu grupo: “contra essa vulgaríssima mediocridade que é preciso combater, ergue-se o Círculo de Estudos visando a formação intelectual de seus membros, desfazendo preconceitos, resolvendo dúvidas, respondendo consultas, esclarecendo, enfim, e armando os seus sócios para as conquistas pacíficas da verdade (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1954, p. 749-750). A proposta dos bandeirantes era discutir no Círculo de Estudos as questões relacionadas a história, a geografia, as ciências sociais, a medicina, a matemática, a química, a física, a literatura, a filosofia, a teologia, a religião e tantas outras. Estas áreas do conhecimento poderiam ser tratadas no interior deste espaço cultural. Não obstante, o grupo católico compreendia que havia uma hierarquia entre os diversos conhecimentos. Em outras palavras, o conhecimento científico era tratado como um saber importante para a vida humana. No entanto, o conhecimento da ciência pressupõe uma concepção antropológica, filosófica e metafísica de ser humano. Para o grupo católico “há que distinguir Ciência de Cientismo. A primeira aceita um finalismo ‘teleológico’, enquanto que o segundo se põe contra a metafísica. As origens desta posição anti-metafísica remontam ao século XVIII quando, da oposição à organicidade do pensamento escolástico, saíram tanto filosofias materialistas como idealistas. Estas deram prioridade às ciências naturais e matemáticas, relegando a metafísica a um segundo plano” (CURY, 1988, p. 143). O laicato católico acreditava que uma rígida formação intelectual perpassava por um sistema educativo integral dos indivíduos.

A primeira questão abordada diz respeito à relação entre ciência e religião. Nas palavras que se seguem, os intelectuais católicos leigos utilizam o pronunciamento do escritor Brousson para explicitar se poderá a religião conviver com a ciência:

Creio que a Igreja póde viver em bôa intelligencia com todos os homens, sábios e ignorantes; creio, até, que este é o seu fim divino e humano. De resto, a sciencia soffre todas as vicissitudes da moda. Nada envelhece mais rapidamente do que um livro de physica ou de chimica; mas o cathecismo é sempre o mesmo, eterno. A sciencia passa e a Igreja fica. Cada vez mais provada fica a affirmação de que ‘pouca sciencia afasta de Deus, mas muita sciencia nos aproxima Delle’ (A CRUZADA, 19 abr. 1931, p. 03).

A idéia principal deste argumento confirma o que dizíamos acima: é possível relacionar o conhecimento produzido pela ciência com o saber revelado, ou ainda, relacionar a ciência com a filosofia/teologia católica. Para os católicos, apenas a ciência moderna nega a convivência pacífica entre o conhecimento racional e o conhecimento revelado. Na concepção dos católicos não há desconformidade entre esses dois saberes, ao contrário eles se complementam. A ciência moderna acredita que o seu papel é cuidar do seu objeto de estudo, sem a preocupação de discutir questões filosóficas ou metafísicas. Esta compreensão científica é sintetizada no positivismo comteano que postulava que a ciência deve se preocupar com aquilo que está na realidade empírica, ou melhor, com o que pode ser observado. O grupo católico não discorda deste papel atribuído à ciência. O que ele questiona é a postura dos cientistas quando se propõem a fazer ciência e não se ocupam de discutir as questões filosóficas/metafísicas que estão presentes nas suas metodologias científicas.

Os Positivistas de cunho comteano afirmam que as causas primeiras não interessam a eles, não obstante, as suas atividades pressupõem determinadas concepções epistemológicas/éticas. Portanto, o que tem que ficar explicitado é que o grupo católico não nega o valor do conhecimento científico, mas assevera que este saber precisa se integrar com a concepção metafísica neo-tomista. Ademais, os livres-pensadores confundem ciência com cientismo. Para os católicos, “o cientismo é a atitude que quer transformar a ciência em imperativo para a moral, sociedade, psicologia e pedagogia. A ciência não pode fornecer um ideal porque ela é um mero discurso explicativo dos fenômenos e não pode dar juízo de valor” (CURY, 1988, p. 144). Para o grupo clerical, “o conflito, que se estabelece entre filosofia e ciência, é,

pois, aparente e só existe quando a ciência cai no cientismo” (Ibid, p. 144). Nesta discussão entre os intelectuais católicos e os pensadores laicos há uma disputa para se estabelecer os pressupostos que deverão nortear a ciência. Para os clericais, “a consequência imediata desta postura cientificista é o pragmatismo, pelo qual só é verdadeiro o que dá resultado. Na medida em que recusam os princípios metafísicos da filosofia e as verdades reveladas da fé podem cair em experimentações ousadas que, sob o pretexto de verificar e testar efeitos e resultados, caem no desrespeito à personalidade do ser humano” (Ibid, p. 145). Essa crítica não impede que a tradição católica valorize o papel da ciência: “a filosofia católica aceita experimentação prudente, moderada e controlada” (Ibid, p. 145). Os católicos acreditam que a concepção antropológica, filosófica e metafísica de cunho tomista explica melhor a natureza do mundo e da vida humana. Estes intelectuais precisam se ancorar numa doutrina filosófica para justificar os seus projetos que visam estabelecer instituições que divulguem o pensamento católico entre os povos e garantam espaços para a Igreja Católica no mundo secular.

O grupo católico expressa que os anos que se passaram demonstraram que a igreja não desapareceu ante a separação entre ciência moderna e religião: “a sciencia não deixou de realizar estupendas conquistas, em tão relativamente curto período, mas, por outro lado, a religião, longe de perder o seu prestígio e a sua força, mostrou novos elementos de vitalidade, de expansão, de predomínio” (A CRUZADA, out. 1929, p. 214). Os católicos expõem o pensamento do cientista das ciências biológicas Charles Richet que “reconhece que a sciencia não nos póde revelar o porque das grandes cousas; póde-se fazer della, á vontade, excellente ou detestavel uso; tamanho é o poderio possuido por ella e ta largos os seus passos que não se sabe até onde chegará e o que não conseguirá (Ibid, p. 214).

No mesmo artigo, o grupo católico com as palavras de Charles Richet assevera que “não nos devemos hypnotizar pela soberania da sciencia. A humanidade precisa de outra cousa, além della, a fim de attingir uma civilização mais alta, na qual haja menos desigualdade de condições” (Ibid, p. 214-215). O laicato católico complementa o argumento do autor quando afirma que “essa outra cousa elle não a denunciou, mas é a

moral, a fé, a religião. A sciencia é boa, a religião é melhor; a sciencia é util, a religião é necessaria” (Ibid, p. 215).

O grupo católico condena os anticlericais que propagam a idéia de que os católicos não podem se dedicar ao trabalho científico. O artigo expõe as afirmações dos anticlericais: “o catholicismo não satisfaz mais as necessidades dos tempos modernos. A religião impede adoptar theorias com fundamentos puramente scientificos. As argumentações dos catholicos faltam de critério; os catholicos não tem cultura e não podem nem devem tratar os assumptos elevados das sciencias” (A CRUZADA, ago. 1928, p 149). Os católicos se contrapõem dizendo: “desde quando se tornou preciso ser atheu e ter uma boa dose de anticlericalismo para comprehender a psychologia, a physiologia, a phylosophia, a biologia, etc....? Com que poder o atheismo arranjou este novo monopolio da omnisciencia?” (Ibid, p. 149).

O laicato católico paranaense estabeleceu o Círculo de Estudos como espaço privilegiado para se dedicar ao estudo e à investigação filosófica/metafísica à luz da doutrina da Igreja Católica. A doutrina da Igreja, desde 1879, com a encíclica “**Aeterni Patris**” de Leão XIII, baseava-se na filosofia tomista. Neste documento o pontífice estabeleceu que as escolas e institutos católicos deveriam nortear os seus ensinamentos na doutrina de São Tomás de Aquino. A partir de então, a Igreja Católica investiu na organização de centros de formação de jovens que se dedicariam ao estudo da filosofia tomista. A Igreja precisava de uma doutrina filosófica/metafísica/teológica para se contrapor às heresias da modernidade e para justificar a sua importância no mundo moderno.

À medida que o grupo paranaense se constituía e se fortalecia a Diretoria do Círculo de Estudos sentia a necessidade de dispor de um curso de filosofia tomista para os integrantes desta sociedade cultural. Este curso foi ministrado nos anos de 1935 e 1936 pelo Pe. Jesus Ballarin, cuja formação recebera na Universidade de Cervera (Lérida), “onde, durante os anos de 1919-1921, forma-se em Filosofia e Ciências, defendendo a tese de Filosofia no fim do terceiro ano. Na Faculdade de Teologia e Direito da mesma Universidade, cursou os cinco anos de Teologia Dogmática, Moral e Direito Canônico, nos anos de 1922-26, defendendo no fim do

quinto ano a tese de Teologia” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, set.1949, p. 368). Na mesma época, segundo Liguaru Espírito Santo “frequentou os Cursos livres de Direito Civil e Direito Comparado; Cursos livres de Sociologia e Economia Política, História das Religiões, Arqueologia, Pedagogia” (Ibid, p. 368). Quando chegou ao Brasil foi nomeado “professor de Filosofia no Seminário Cordimariano, onde regeu essa cátedra, a princípio em Rio Claro, no Estado de São Paulo, e posteriormente em Curitiba, nos anos acadêmicos de 1929-36, tendo sido lente de várias disciplinas: Metafísica, Teodicéia, Filosofia Moral e Social, Sociologia, Filosofia Natural, Psicologia e História da Filosofia” (Ibid, p. 369). No mesmo artigo saúda-se Ballarin quando “aceita o convite da Directoria do Círculo de Estudos Bandeirantes para fazer um curso de Filosofia Tomista aos membros dêste sodalicio, de 1935-36, com uma ou duas conferências semanais, explicando Lógica, e parte da Filosofia Natural” (Ibid, p. 369-370). Para a sua lição de filosofia proferida por ocasião do encerramento das aulas do curso ministrado no Círculo, houve sessão extraordinária, com a presença de D. Ático Eusébio da Rocha, bispo de Curitiba e do Sr. Marcel Godefroid, Cônsul da Bélgica. Nesta sessão foi inaugurado o retrato do Cardeal Mercier, trabalho feito pelo bandeirante Pedro Macedo da Costa. Nesta ocasião, Pe. Ballarin proferiu a conferência que se intitulava “O tomismo e o neo-tomismo e o Cardeal Mercier”. A sua intervenção inicia com comentários gerais a respeito do Círculo e do Cardeal Mercier: “este recinto é o templo da cultura – regido por sábios Estatutos em cujo frontispício se vê a legenda: ‘Círculo de Estudos Bandeirantes – Sociedade de Cultura’. E, como sociedade de cultura abre hoje as portas do seu templo para cultuar dentro dos seus muros um dos maiores espíritos de cultura da nossa época, a figura excelsa do grande cardeal DESIDERIO MERCIER” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, set.1939, p. 21). Ballarin destaca uma passagem de Mercier onde se demonstra a importância da filosofia tomista: “sabeis que a doutrina de Santo Tomaz de Aquino produzirá sempre frutos opímos e sazonados, uma vez que seja tratada com a difusão e a clareza devidas, investigando e analisando todas e cada uma das suas partes. Todas elas, numa

harmonia admirável, constituem um corpo unico de doutrina, mas não é possível que um só professor as possa penetrar e abranger todas. (Ibid, p. 27).

Esta passagem de Mercier deve ser compreendida no contexto geral da época, qual seja: Leão XIII havia ordenado que as instituições católicas de ensino voltassem a adotar a filosofia tomista como doutrina orientadora de seus ensinamentos. Em 1880, o pontífice solicita ao Cardeal Goosens, Arcebispo de Malines, que seja criado na Universidade Louvaniense um curso especial de filosofia tomista. O responsável pelo primeiro curso de filosofia tomista foi o Cardeal Mercier. Daí o sentido de seu pedido para que a hierarquia da Igreja constituísse um grupo de pesquisadores e professores da filosofia tomista. Ballarin usando as palavras de Wulf, um dos principais discípulos do Cardeal, afirma que: “Mercier foi o iniciador principal da renascença do Tomismo; chamou a atenção de todos sobre o Neo-Tomismo elevando-o até ocupar um lugar entre os sistemas a serem escolhidos por qualquer espírito avisado do século XX” (Ibid, p. 38).

Mercier era uma das referências neo-tomista para o laicato católico no Paraná, além de Jacques Maritain. Este último era considerado pelo grupo católico “o maior neo-tomista da França atual” (DISCURSO DE PARANINFO, 1932, p. 28). O curso ministrado por Ballarin procurou estabelecer entre os intelectuais católicos paranaenses uma compreensão ampla da filosofia tomista, a fim de que se compreendesse a relação entre a filosofia/metafísica de São Tomás de Aquino e o conhecimento científico.

De acordo com Ballarin, a primeira preocupação do filósofo Mercier era sistematizar uma crítica à filosofia moderna: “caracteriza-se a filosofia moderna pela independência excessiva de qualquer autoridade doutrinária, e pelo menosprezo completo da tradição científica” (REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1939, p. 32).

Para os católicos a filosofia moderna:

Separa a Filosofia da Teologia que embora distintas devem todavia estar associadas no homem concreto, na vida intelectual total, e na evolução histórica; separa a Filosofia da tradição e da ciência; a verdade da realidade, a prática da teoria, estabelecendo insolúvel antinomia entre a concepção do mundo e a lei da vida, entre o pensamento e a ação, entre a

ciência e a sabedoria, entre ser e querer, entre a ordem material e a ordem moral, entre a ontologia e a deontologia, entre a metafísica e a moral (Ibid, p. 32).

Esta postura da filosofia moderna se expressava nas diversas correntes, entre as quais destacamos o positivismo, o empirismo, o racionalismo, o agnosticismo, o relativismo, o historicismo. Segundo Ballarin, Mercier denuncia os limites dessa filosofia quando afirma que “o fenômeno sensível não é, nem pôde ser toda e a única realidade; e que, sem princípios universais e necessários torna-se impossível a própria interpretação dos fatos” (Ibid, p. 33). Para o filósofo neo-tomista não era possível “seguir esses sistemas incompletos; por isso descobria-lhes a insuficiência e punha de manifesto o perigo a que ficavam expostas as verdades fundamentais sobre que se esteia a vida intelectual e social, moral e religiosa da humanidade” (Ibid, p. 33-34).

Ballarin afirma que a restauração do tomismo era o grande ideal de Mercier. O tomismo nas palavras de Mercier consistia nos seguintes princípios:

a) a utilização dos sentidos e da razão com a subordinação dos primeiros á segunda; b) a submissão a um ideal unico, constante de verdade, de bondade, luz e força; e) União sem absorção nem exclusão da natureza e do sobrenatural, da razão e da fé, da liberdade e dá graça, da família, do estado e da Igreja. Ou ainda mais claramente: o respeito fiel e a sujeição do entendimento aos ensinamentos da Revelação; perfeita e prudente harmonia entre a investigação pessoal e o respeito á Tradição; harmônica unidade entre a observação e a especulação racional, entre a análise e a síntese (Ibid, p. 34-35).

A restauração do tomismo era alvo de muitas críticas nos meios acadêmicos, particularmente no que diz respeito a volta ao passado. Não obstante, segundo Ballarin, Mercier não se intimidava e respondia com veemência: “não se trata de retroceder ao passado, nem de escravizar o pensamento á inteligência dum Mestre, seja embora Tomaz de Aquino; mas quando depois de maduro exame, se fica convicto de que uma doutrina representa o esforço mais poderoso do pensamento, a solução mais aproximada dos problemas primordiais do espírito, é um dever subscreve-la sob pena de trair a verdade” (Ibid, p. 35).

De acordo com Ballarin, Mercier procurou privilegiar duas questões no seu percurso de restauração do tomismo: o confronto com as filosofias modernas e a harmonização do tomismo com o progresso científico. No que diz respeito ao segundo

aspecto pronuncia-se o filósofo: “a filosofia faz côro com a ciência sendo apenas desenvolvimento natural da mesma. A Cosmologia deve-se apoiar nas ciências físicas e matemáticas, a Psicologia nas naturais ou biológicas, a Criteriologia nas históricas, a Filosofia moral e social nas ciências morais, econômicas e políticas” (Ibid, p. 36-37).

Esta preocupação que estava presente no pensamento do Cardeal Mercier está patente entre a elite intelectual católica paranaense. Em termos mais precisos ainda, é possível afirmar que o laicato católico estabelecia os limites da filosofia moderna e postulava a necessidade de se conciliar a ciência com a filosofia tomista. Os bandeirantes acreditavam no que Mercier afirmava: “unicamente a Filosofia de Santo Tomaz soube conservar – através das constantes ruínas dos sistemas que temos constatado nos três últimos séculos – a estabilidade de suas primeiras teorias e afirmações, encontrando-se por isso, de presente, suficientemente sólida para servir de base e princípio de unidade aos resultados obtidos pelas ciências modernas” (Ibid, p. 37).

No discurso de paraninfo de Lacerda Pinto aos formandos do Instituto Santa Maria estava presente a seguinte idéia: “nunca ha de adquirir uma verdadeira cultura quem não possuir o espírito filosófico, a que se referem as palavras citadas pelo profundo Pe. Lahr no seu curso: ‘o melhor sinal do espírito filosófico é amar todas as ciências’” (DISCURSO DE PARANINFO, 1932, p. 25). Para o bandeirante as ciências têm necessidade da filosofia e ele assevera com as palavras do padre e filósofo citado acima que: “mormente hoje, em consequência do desenvolvimento das ciências, o sábio é obrigado, sob pena de permanecer superficial, a se meter numa especialidade cada vez mais restrita, pelo que deve, se não quizer falsear o seu espírito, tornando-se exclusivo, elevar-se de quando em quando acima do seu objeto próprio, para ter uma vista de conjunto e respirar o ar puro dos princípios” (Ibid, p. 25). No dizer do bandeirante, a época moderna exige que os intelectuais se ocupem de objetos específicos para que a pesquisa tenha uma certa profundidade. Mas a formação científica não pode prescindir a da formação filosófica. Nestes termos está presente a máxima neo-tomista que apregoa a necessidade da filosofia tomista para melhor se compreender o papel das ciências modernas.

A parte deste discurso que melhor explicita a natureza do projeto intelectual do laicato católico paranaense se passa quando Lacerda Pinto ordena que os bacharéis busquem no filósofo dominicano Sertillanges o espírito de um intelectual, as condições e os métodos para se tornar um pensador, pois “ele dirá da necessidade imperiosa de uma cultura geral, explicando-vos que ‘toda ciência, cultivada à parte não só não se basta, senão que oferece perigos que todos os homens de senso têm reconhecido’” (Ibid, p. 26).

Esta passagem sugere que o intelectual católico não deverá se prender a uma especificidade do conhecimento científico. Isto não quer dizer que não se deva escolher uma área do conhecimento científico. O que se faz referência é para que o grupo católico trilhe o percurso de uma cultura geral, lastreada na filosofia, pois somente assim terá uma compreensão unitária do conhecimento. É preciso um conhecimento que possibilite aos intelectuais percorrer o caminho dos saberes e no olhar do bandeirante que parafraseia Maritain “é a Filosofia de Santo Tomaz de Aquino, essa grandiosa arquitetura do pensamento humano, consagrada pela Igreja, em recomendações reiteradas de todos os Sumos Pontífices, principalmente de Leão XIII até S. Santidade Pio XI” (Ibid, p. 26). O grupo católico propõe um projeto intelectual que prime em primeiro lugar por uma rígida formação filosófica tomista, o que segundo a tradição católica consistia num conjunto de idéias essenciais/universais que preparam o espírito humano para compreender melhor os diversos campos da ciência. O dominicano Sertillanges afirma, segundo Lacerda Pinto, que: “ninguém poderia contestar a utilidade de possuímos, tão cedo quanto possível, até mesmo desde a partida, um conjunto de idéias diretrizes que formem corpo, conjunto esse que seja capaz de, como o ímã, atrair e subordinar a si todos os nossos conhecimentos. Quem isso não tenha, no mundo intelectual, cairá facilmente no cepticismo, por freqüentar tantas civilizações disparatadas e tantas doutrinas adversas” (Ibid, p. 27).

Para o grupo católico a desordem intelectual em que se encontram os meios acadêmicos modernos persiste devido a própria organização das instituições que privilegiam uma formação fragmentada, ignorando o conhecimento no seu conjunto. Esta idéia está expressa com as palavras de Sertillanges: “essa desordem é uma das

grandes desgraças do tempo presente. Afastarmo-nos dela, por fôrça do equilíbrio intelectual que uma segura doutrina proporciona, é incomparável benefício. Ora, a tal respeito é o tomismo soberano. Dir-se-ia que êle foi criado, com sete séculos de antecedência, para saciar a nossa sede” (Ibid, p. 27).

O grupo católico compreende que a tradição intelectual moderna privilegia a especialização em uma determinada área do conhecimento. Nesta situação são vistos pontos negativos e pontos positivos: a formação intelectual poderá preparar profundos conhecedores de determinadas áreas, porém, não ensina o sentido daquele conhecimento para a humanidade, ou ainda, a relação daquele saber com a condição humana. O laicato católico através do discurso feito pelo Frei D. Carlos Bandeira de Melo no Instituto Santa Maria acredita que: “luz é a ciência. Ciência devem ministrar todos os estabelecimentos de ensino. Mas a ciência não passa de simples criada da sabedoria. Ciência por si só incha, gera a superficialidade, é incapaz de formar o homem homem! A formação do jovem tende a enche-lo de sabedoria; não da sabedoria desta terra, mas da sabedoria filha do Altíssimo, que saiu da boca de Deus” (DISCURSO DE PARANINFO, 1935, p. 43). O conhecimento da ciência não pode negar a concepção epistemológica/metafísica da filosofia católica: “si a ciência ministrada desdisser da sua missão, e não levar à sabedoria, si se desviar da sua rota, conduzir o homem para lá donde efluiu, si ela não mostrar a Deus, fazendo a alma fulgir nos esplendores da divindade, ela a ciência, pode ser luz, há de ser luz, mas luz do lodo” (Ibid, p. 43). O grupo católico compreende que a ciência está a serviço do ser humano, isto é, o conhecimento científico deve ajudar o homem a viver melhor. Portanto, a ciência não é um fim em si mesma, mas um meio que deverá contribuir para a vida humana. A passagem que sintetiza esta idéia é a seguinte: “o jovem não estuda para saber, o jovem estuda para viver. Saber é rota, viver é meta. A ciência que manda a alma parar na contemplação dela só, que se considera o auto-objetivo se si mesma, desvirtuou-se, logrou o jovem” (Ibid, p. 43).

Em relação a esta questão o laicato católico pressentia a necessidade, em 1932, de organizar um curso tomista para os sócios do Círculo de Estudos, o que será concretizado nos anos de 1935-36. Para este grupo somente com uma sólida formação

filosófica tomista se chegaria “um dia a assistir, neste Paraná de tão promissor futuro, à inflorescência magnífica da formação intelectual dos católicos, preconizada pelo Cardial Mercier e, ainda agora, em nosso meio, por Tristão de Ataíde, na sua **Política**, livro que merece ser lido e meditado” (DISCURSO DE PARANINHO, 1932, p. 27-28, grifo no original). Os intelectuais católicos pretendem estabelecer a concepção cristã de ser humano que compreende criador e criatura intimamente ligados. Nestes termos, eles afirmam com as palavras de Maritain que: “um humanismo que não esteja suspenso da graça de Cristo, volta-se contra o homem, para fatalmente o destruir. A ordem da razão não perdura senão mantida pela ordem da caridade” (Ibid, p. 28). Com este projeto formativo o laicato católico acreditava na possibilidade de suplantar a filosofia moderna que negava o poder da doutrina católica e restaurar a filosofia tomista, garantindo à Igreja Católica a sua presença no campo intelectual, moral, social e político na sociedade brasileira/paranaense do século XX.

3 CONCLUSÃO

A Igreja Católica começou a implementar o seu projeto ultramontano, no Paraná, a partir de 1892, com a criação da Diocese de Curitiba. O primeiro bispo, D. José Camargo de Barros, iniciou este trabalho que fora seguido pelos seus sucessores. Nos primeiros vinte anos do século XX, a Igreja investiu na constituição de um clero comprometido com a doutrina romanizadora. A partir dos anos vinte empregou sua força na organização do laicato católico.

A nossa tarefa foi demonstrar que a iniciativa do laicato católico foi pensada e organizada pela hierarquia da Igreja Católica. Neste aspecto procuramos estabelecer que a idéia da criação de um grupo de intelectuais que estivesse a serviço do clero estava presente nas encíclicas, particularmente, na *Il Fermo Proposito* de Pio X e na *Divini Redemptoris* de Pio XI; nas Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro e nas Cartas dos bispos de suas respectivas dioceses. Além disso, nossa pesquisa mostrou que a Igreja Católica estabeleceu diversas estratégias para implementar o projeto romanizador, dentre as quais escolhemos pesquisar a estratégia da criação do laicato católico. Portanto, o papel dos intelectuais católicos leigos foi a temática de nossa pesquisa. Esta questão nos remeteu a necessidade de investigar o processo de constituição do laicato católico paranaense, bem como o seu papel no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná.

No que tange a primeira necessidade foi possível determinar que o laicato católico iniciou a sua organização intelectual em 1926 com a criação da União de Moços Católicos de Curitiba e da constituição da imprensa católica dirigida pelos leigos, no caso a Revista *A Cruzada*. A iniciativa deste grupo expandiu-se ao longo dos anos vinte e trinta. Em 1929 foi fundado o *Círculo de Estudos Bandeirantes* e nos anos trinta surgiram outros periódicos – *O Alvor*, *O Luzeiro*, *o Cruzeiro* e a *Revista do Círculo*.

Os periódicos e o *Círculo de Estudos Bandeirantes* constituíram as estratégias estabelecidas pelo laicato para se organizar como grupo intelectual e como espaços privilegiados para estudar e divulgar a doutrina católica, bem como se contrapor ao

grupo anticlerical que estava presente na capital paranaense. A rigor, os periódicos, exceto a Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, tinham a preocupação de divulgar entre os leitores paranaenses a moral católica; o Círculo de Estudos Bandeirantes cumpria a tarefa de aprofundar as questões teóricas à luz da doutrina romanizadora da Igreja. O laicato católico agia em duas direções: a partir dos periódicos procuravam atingir um público genérico da cidade de Curitiba, isto é, aqueles que eram leitores; Do Círculo estabelecia uma meta restrita às elites intelectuais, ou seja, aquelas que freqüentavam as academias e tinham condições de produzir discussões teóricas mais aprofundadas.

O clero local esteve presente nos momentos de criação destas estratégias. Em 1926, entre o grupo que criou a Revista A Cruzada estava representando o clero o Pe. Antônio Mazzarotto. Em 1929, o Pe. Luiz Gonzaga Mielle foi um dos principais idealizadores do Círculo de Estudos Bandeirantes. Não obstante, houve momentos de conflito entre o clero e o laicato católico. Estas afirmações indicam que o processo de constituição do laicato católico fazia parte das estratégias da Igreja. Portanto, o grupo católico leigo surgiu e se estruturou sabedor do papel que precisava prestar ao projeto romanizador no Estado do Paraná e no Brasil. Nestes termos, pudemos observar que o laicato católico se colocou no cenário político-cultural curitibano imbuído de seu papel no projeto romanizador.

No que diz respeito a segunda necessidade entendemos que dos periódicos e do Círculo de Estudos Bandeirantes o laicato católico imprimiu a sua contribuição ao projeto formativo da Igreja Católica. Os intelectuais católicos leigos expuseram as idéias católicas entre os curitibanos/paranaenses, sistematizando o projeto educativo conforme as orientações de Roma, dos intelectuais católicos (Cardeal Mercier, Maritain, Jackson Figueiredo, Amoroso Lima) e do Episcopado Brasileiro. A postura dos católicos leigos foi de aproximação com o poder civil a fim de garantir apoio ao projeto educativo católico, sustentando a necessidade de o Estado e a Igreja caminharem juntos.

O projeto formativo postulado pelo laicato preconizava a formação integral da juventude, isto é, a formação religiosa, moral, cívica/patriótica e intelectual. No que

tange a educação religiosa pensava-se na formação católica, pois para os católicos a maioria absoluta dos brasileiros professava o catolicismo. Por isso, havia uma forte campanha em defesa do ensino religioso nas escolas públicas. Em relação à formação moral o grupo defendia que a verdadeira moral provinha do catolicismo. No que diz respeito à formação patriótica o laicato católico pregava que o verdadeiro cristão é um verdadeiro cidadão. Com este slogan, os católicos relacionavam a formação religiosa e moral com a constituição do nacionalismo brasileiro. Neste aspecto é preciso considerar que no contexto da época entre os grupos de intelectuais o nacionalismo perpassava suas discussões e, portanto, estava presente em seus projetos. A formação intelectual era uma preocupação dos católicos. Não obstante existia a defesa de uma formação intelectual baseada na filosofia tomista, a qual postulava a possibilidade de conciliar o conhecimento da ciência com o conhecimento teológico/metafísico da Igreja Católica.

Esta pesquisa indicou que o grupo católico teve um papel importante no projeto da Igreja Católica no Paraná, pois estabeleceu instituições culturais onde se congregaram os principais intelectuais e lideranças políticas da capital e do Estado. Portanto, o laicato católico aglutinou em torno dos periódicos e, particularmente, do Círculo de Estudos Bandeirantes a elite intelectual/dirigente paranaense, que de seus postos contribuíram com o projeto romanizador, garantindo a presença da cultura católica na formação nos modos de pensar e agir, bem como nas instituições públicas e privadas do Estado.

4 FONTES HISTÓRICAS

A CRUZADA. Curitiba, 1926-1931 (Revista da Mocidade Católica Paranaense).

ALVOR. Curitiba, 1935-1936 (Jornal da Associação dos ex-alunos do Instituto Santa Maria).

CABRAL, Dom A. S. **Carta Pastoral do Arcebispo de Belo Horizonte, “A Igreja e o Ensino”**. Belo Horizonte: Imprensa diocesana, 1925.

CRUZEIRO. Curitiba, 1931-1932 (Jornal de propriedade e direção da Legião Paranaense de Boa Imprensa).

DISCURSOS de Paraninfo.

FEDALTO, P. **A Arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba, 1958.

GURGEL, L. A. **Acção Catholica**. In: CONFERÊNCIA REALIZADA NA SOCIEDADE UNIÃO CATHOLICA – SANTO AGOSTINHO, 24 fev. 1910.

MIELE, Pe. L. G. **Correspondências do Pe. Luiz G.** Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes. 1929-1973.

O LUZEIRO. Curitiba, 1937-1939 (Orgam da Confederação das Associações Católicas de Curitiba).

PIO X. **II Fermo Propósito**. 1905.

PIO XI. **Divini Illius Magistri**. 1929.

Pio XI. **Divini Redemptoris**. 1937.

Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 1934-1954.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. S. **A igreja católica no Brasil: um estudo da mentalidade ideológica.** São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, R. **O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930.** Síntese, (10): 61-89, 1977.

_____. **O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930.** Síntese, (11): 73-101, 1977.

_____. **O fortalecimento da restauração católica no Brasil: 1930-1940.** Síntese, (17): 69-85, 1979.

BAKHTIN, M. **Discourse in life and discourse in art - concerning sociological poetic.** In: _____. **Freudismo.** New York: Academic Press, 1976.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1979.

BALHANA, C. A. de F. **Idéias em confronto.** Curitiba: Grafipar, 1981.

BALHANA, A. P. et al. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná.** Curitiba: Chain, 1991.

BARREIRA, L. C. **História e historiografia: as escritas recentes da história da educação brasileira (1971-1988).** Campinas, 1995. Tese (Doutorado em História da Educação) - Unicamp-SP.

BEIRED, J. L. B. **A função social dos intelectuais.** In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: UNESP, 1998, p. 121-132.

BENCOSTTA, M. L. A. **Igreja e poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920).** São Paulo, 1999. Tese (Doutorado). USP.

_____. **Mulher virtuosa, quem a achará? O discurso da igreja acerca da educação feminina e o IV congresso interamericano de educação católica (1951).** **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, n. 2, p.117-136, 2001.

_____. **Nacionalismo e catolicismo no Brasil: a participação dos colégios salesianos nos desfiles patrióticos (1916-1917).** **Revista Lópera Salesiana dal 1880 al 1922.** Significatività e portata sociale, Roma, vol. III, p.275-284, 2001.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

BRANDÃO, Z. **A intelligentsia educacional – um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da escola nova no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLAGE, F. **Ação social de Leão XIII**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1941.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. **Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação**. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 115-132.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.

DARNTON, R. **O beijo de lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, R. **A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922-1935**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado). UNICAMP.

FALCON, F. **História das idéias**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et al. **Domínios da história: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997,

FARACO, C. A. **Aventuras do pensamento**. (org.) Francisco Paz. Curitiba: UFPR, 1992.

FAUSTO, B. **O Brasil republicano: sociedade e instituições**. São Paulo: 1977.

GAETA, M. A. J. V. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado).USP.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HOBSBAWN, E. **O sentido do passado**. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.

IGLÉSIAS, F. Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo. _____. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. de C. de; COSTA, W. P. da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. P. 93-114.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP: 1997. P. 73-113.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996.

MÁRCHI, E. **A igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

MARTINA, G. **História da Igreja - de Lutero a nossos dias - a era contemporânea**. São Paulo: Loyola, vol. 4, 1997.

MARTINS, R. **História do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Rumo Ltda., 1939.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1974.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: UFPR, 1997.

NEVES, R. de S. **Dicionário de expressões latinas usuais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo: O Paraná inventado cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PILOTTO, E. **Obras** – Mallarmé, Notas sobre Spinoza, Poeria do Quotidiano, Estudos Paranaenses (Emiliano, Dario Vellozo, João Turim, Th. De Bona). Tomo II. Curitiba: Composto e impresso em Imprimax Ltda., 1976.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001.

RIBEIRO, L. C. **Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em história) USP.

ROMANO, R. **Brasil: igreja contra estado (crítica ao populismo católico)** São Paulo: Kairós, 1991.

RORTY, R. La historiografía de la filosofía: cuatro géneros. In: _____. SKINNER, Q. (org.) et al. **La filosofía en la historia: ensayos de historiografía de la filosofía**. Barcelona: Paidós, 1990.

SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (org.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. **Infância: sol do mundo**. A primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) - UFPR.

SERPA, É. C. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997.

SZVARÇA, D. R. **O forjador – ruínas de um mito - Romário Martins (1874-1944)**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias - mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. v. 6.

VEYNE, Paul. Os conceitos em história. In: SILVA, M. B. N. da (org.). **Teoria da história**. São Paulo: Cultrix. p. 120-133.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Os intelectuais e a organização da cultura no Paraná no século XX**. Curitiba, 2000. (Projeto de pesquisa em História e Historiografia da Educação) - UFPR.

_____. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - PUC-SP.

_____. **O movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto**. Educar em Revista, Curitiba, n. 18, p. 53-73, 2001.

VILLAÇA, Antonio C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WACHOWICZ, Lilian. Relação professor-Estado no Paraná tradicional. Curitiba: Cortez, 1984.

WERNET, A. **A Igreja paulista no início do século XIX**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A igreja e a República: separação entre a Igreja e o Estado**. São Paulo: Anais da XI Reunião da SBPH, 1991.